



# ONDE ESTÃO NEGRAS & NEGROS NA HISTÓRIA DA PARAÍBA?

Análise da Literatura Didática sob a Luz da Lei n.º 10.639/2003

MÁRCIA DE ALBUQUERQUE ALVES  
VILMA DE LURDES BARBOSA

**ISBN: 978-85-5597-135-8**

**ONDE ESTÃO NEGRAS & NEGROS NA HISTÓRIA DA  
PARAÍBA?**  
**Análise da Literatura didática sob a luz da Lei n.º 10.639/2003**

**MÁRCIA DE ALBUQUERQUE ALVES  
VILMA DE LURDES BARBOSA**

**Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP**

Cabedelo  
2019



## **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA – IESP**

### **Diretora Geral**

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

### **Diretora Acadêmica**

Iany Cavalcanti da Silva Barros

### **Diretor Administrativo/Financeiro**

Richard Euler Dantas de Souza

### **Editora IESP**

#### **Editores**

Cícero de Sousa Lacerda

Hercilio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcante

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

#### **Corpo editorial**

Antônio de Sousa Sobrinho – Letras

Hercilio de Medeiros Sousa – Computação

José Carlos Ferreira da Luz – Direito

Marcelle Afonso Chaves Sodré – Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas - Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física

Thiago Bizerra Fideles – Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho - Mídias Digitais

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire - Ciências Contábeis

Copyright © 2019 – Editora IESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade das autoras.

**Editoração Eletrônica** Márcia de Albuquerque Alves  
**Ilustrações**  
**Capa e Arte**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

A474o Alves, Márcia de Albuquerque.

Onde estão negras & negros na História da Paraíba? Análise da literatura didática sob a luz da Lei nº 10.639/2003 / Márcia de Albuquerque Alves, Vilma de Lourdes Barbosa. - Cabedelo, PB: Editora UNIESP, 2019.

94 p.

Tipo de Suporte: E-book

ISBN: 978-85-5597-135-8

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053



*Aos meus pais, Biu e Marlene (in  
memoriam), que me possibilitaram  
condições de alcançar sonhos que  
jamais imaginei que seriam possíveis.  
A vocês, meu amor incondicional e  
minha gratidão infinita.*

*A minha amiga e orientadora, Vilma de  
Lurdes Barbosa, por sempre acreditar  
em mim e me ajudar a seguir em muitos  
momentos que quase desisti. Obrigada  
por me ensinar a amar constantemente.*

*Ao meu irmão Marcelo e a minha  
cunhada Thaíse, pelo amor,  
compreensão e por me dar a  
oportunidade de aprender ser melhor  
todos os dias com Maria.*

*A toda pessoa negra, excluída, oprimida  
e silenciada. Presente, sempre!*

## APRESENTAÇÃO

Em 2003 foi assinada Lei n.º 10.639/2003 que tornou obrigatório o Ensino de História e Cultura da África e dos Afro-descendentes na Educação Básica, porém, a sua implementação no cotidiano de aprendizado formal se apresenta como um desafio, visto que as abordagens sobre este continente foi considerado por muitos como um conteúdo inexpressivo ou estereotipado por um bom tempo.

A regulamentação desta Lei desencadeou mudanças quanto ao cotidiano escolar, tal como os conteúdos dos Livros Didáticos e a formação dos professores no Ensino Superior. No entanto, após anos de sua implementação ainda percebe-se falhas e lacunas quanto à efetivação e o compromisso de desmistificação da população negra brasileira nos manuais didáticos. Desta forma, este trabalho, intitulado inicialmente como "O afro-descendente na historiografia didática de História da Paraíba para o Ensino Médio: de 2001 a 2011 sob a luz da Lei n.º 10.639/2003", nasceu na intenção de analisar a literatura didática de História da Paraíba com o objetivo de refletir 'se' e 'como ocorreu' a sua inclusão.

Na intenção de cumprir este objetivo se fez pertinente desenvolver uma discussão sobre: as leis específicas; a História da Paraíba no Ensino Médio; a História da África como conhecimento histórico escolar, e por fim, uma apreciação da História da África nos Manuais Didáticos de História da Paraíba para o Ensino Médio.

Ressalta-se ainda os avanços quanto às leis específicas, produção acadêmica e debates, porém, embora a África esteja de alguma forma inserida nos manuais, ainda apresenta-se minimamente e em algumas situações de forma distorcida. Há mudanças, mas é preciso transformação quanto à concepção de ensino direcionada a desmistificação do continente africano.

Márcia de Albuquerque Alves  
João Pessoa, 2012.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	09
1.1 O percurso das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	10
1.2 A História da África na trajetória da Lei 10.639/2003	15
<b>2 HISTÓRIA DA PARAÍBA NO ENSINO MÉDIO SOB A LEI 10.639/2003</b>	22
2.1 Os Referenciais Curriculares de História para o Ensino Médio na Paraíba	22
2.2 Os programas de vestibulares da UFPB no período de 2001 a 2011	26
2.2.1 Breve Histórico da Universidade Federal da Paraíba	26
2.2.2 Breve Histórico dos Vestibulares da UFPB	27
2.3 O Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM	31
2.3.1 Histórico	31
2.3.2 O Enem e o fim das Histórias Locais	39
2.4 As mudanças ocorridas nas discussões dos Fóruns de História após a Lei 10.639/2003	41
2.4.1 Associação dos Professores Universitários de História – ANPUH	42
2.4.2 Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História	44
<b>3 HISTÓRIA DA ÁFRICA: CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR E CULTURA HISTÓRICA ESCOLAR</b>	46
3.1 História da África na sala de aula	47
3.2 A relação entre o Conhecimento Histórico Escolar e a Cultura Histórica Escolar	49
3.3 A História da África como conhecimento histórico na perspectiva da Cultura Histórica Escolar	53
<b>4 A HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS MANUAIS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO NA PARAÍBA: UM PANORAMA DA PRODUÇÃO DIDÁTICA</b>	55
4.1 O Livro didático como artefato para pesquisa sobre Ensino de História	55
4.2 Passeio no tempo através dos Livros Didáticos de História da Paraíba – Guia de Fontes	59
4.3 Coleções específicas para a História da África distribuídas pelo MEC para as escolas públicas do Estado: isso resolve?	76
4.4 Os conteúdos e abordagens sobre a História da África na produção didática paraibana para o Ensino Médio	78
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	87
<b>REFERENCIAS</b>	90

## 1 INTRODUÇÃO

*O meu lugar está marcado  
no campo da luta  
para conquista da vida perdida*

*Eu sou. Existo  
As minhas mãos colocaram pedras  
nos alicerces do mundo  
Tenho direito ao meu pedaço de pão*

*Sou um valor positivo  
da humanidade  
e não abdicó,  
nunca abdicarei!*  
(*A Renúncia Impossível de Agostinho Neto, 1949*)

O poema citado – *A Renúncia Impossível* – o qual escolhe-se para iniciar este trabalho é de Antonio Agostinho Neto, um angolano que nasceu em 1922 e faleceu em 1979. Poeta revolucionário e primeiro Presidente da República Popular da Angola têm em sua obra as imagens poéticas das vivências do homem angolano. Ele não escreve apenas sobre o passado ou presente, mas também sobre a busca do futuro. Sua poesia inspira luta, sonhos, independência e liberdade. E apreciar seus versos nos dias atuais não nos parece distante da nossa realidade de desejos e sonhos em um mundo melhor.

O poeta discorre sobre um lugar marcado, onde há uma luta pela conquista da vida perdida, no qual afirma sua existência, sua importância na construção da sociedade e requer seus direitos como um homem de valor, o qual não abdica disto. Não diferente das linhas do poeta, são as lutas da população negra, homens e mulheres, pelo reconhecimento de sua existência como sujeitos históricos na construção do Brasil. Um passo significativo por alcançar milhões de brasileiros e brasileiras na escola, instituição de formação cidadã, foi à regulamentação da Lei 10.639/2003 que altera a LDB n.º 9.394/96 tornando obrigatório o Ensino de História e Cultura da África e dos Afro-descendentes na Educação Básica. Segundo os Referenciais Curriculares de História para o Ensino Fundamental do Estado da Paraíba (2010), a História como disciplina escolar passa por mudanças significativas quando se refere à legislação, resolução e pareceres principalmente a partir de 1990. Neste sentido, se faz necessário uma apreciação sobre a legislação que rege a Educação Brasileira.



## 1.1 O PERCURSO DAS LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

O anteprojeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi elaborado em 1948, no ministério de Clemente Mariani, baseado em um trabalho construído por educadores sob a orientação de Lourenço Filho. Neste projeto fizeram parte os escolanovistas<sup>1</sup> e católicos tradicionais como Leonel França e Alceu Amoroso Lima. Como a Educação não se mantém isenta dos jogos políticos de interesses, o processo desse projeto foi tumultuado<sup>2</sup> e devido a discussões que se sucederam o mesmo só foi sancionado em 1961, como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 4.024. Entretanto, quando essa lei foi regulamentada, ela encontrava-se ultrapassada tendo em vista às mudanças sociais e econômicas ocorridas no país durante seu processo de elaboração.

Quando foi apresentado como anteprojeto em 1948 era considerado avançado para a época, porém passaram-se trezes anos e quando se tornou Lei já tinha “envelhecido” sem acompanhar as mudanças do tempo. A década de 1960 em que a LDB n.º 4.024 foi regulamentada corresponde a um momento de efervescência, mudanças políticas e sociais no Brasil com o regime militar que refletiram diretamente na educação, tal como ressalta Aranha (2006, p. 313),

Durante vinte anos (de 1964 à 1985) os brasileiros viviam o medo gerado pelo governo arbitrário e pela ausência do estado de direito. Esses anos de chumbo, além do sofrimento dos torturados e desaparecidos, foram desastrosos para a cultura e a educação.

O Brasil passava por um momento de contradição entre ideologia política e o modelo econômico, correspondendo ao período de atuação do governo militar autoritário que se fez sentir na educação, e principalmente, na representação estudantil, levando as ruas movimentos de estudantes organizados.

---

<sup>1</sup> Refere-se a Escola Nova e ao seu ideal de superar a escola tradicional voltada para memorização de conteúdos.  
<sup>2</sup> Segundo Aranha (2006), as divergências se deram a partir das críticas dos escolanovistas à descentralização do ensino e aumentou através do deputado Carlos Lacerda, representante dos conservadores, quando em 1959 apresentou um Substitutivo que considerava competência do Estado os recursos em prol das condições das escolas oficiais e particulares. Neste período, a maioria das escolas particulares pertenciam as congregações religiosas e esse ensino sempre favoreceu os seguimentos privilegiados, assim os religiosos entraram na discussão defendendo que a escola leiga apenas instrua, não educava, em oposição ao monopólio do Estado. Por outro lado, os pioneiros a educação nova apoiados por intelectuais, estudantes, entre outros, davam início a “Campanha em Defesa da Escola Pública” que teve seu ponto máximo com o “Manifesto dos Educadores Mais uma vez Convocados” que foi assinado por Fernando de Azevedo com mais 189 pessoas. Neste contexto, a LDB n. 4.024 só foi publicada em 1961.

Em 1968 a Lei n.º 5.540 que “*Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*”, que se referia ao ensino do 3º grau, inseriu várias mudanças na LDB de 1961, no entanto, a reforma no Ensino Fundamental e Médio se deu precisamente no período do governo Médici em 1971.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 5.692 de 1971 apontou várias mudanças na educação, tais como, a reestruturação do ensino ampliando a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos; a união do ensino primário ao fundamental; a obrigação da disciplina de Educação Moral e Cívica; a saída de cena de disciplina como a Filosofia ou a aglutinação, como a História e Geografia se tornando Estudos Sociais. Algumas dessas mudanças foram desastrosas segundo Aranha (2006, p. 320),

(...) ao introduzir disciplinas sobre civismo, impunha-se a ideologia da ditadura, reforçada pela extinção da Filosofia e pela diminuição da carga horária de História e Geografia, o que exerceu a mesma função de diminuir o senso crítico e a consciência política da situação.

A partir dos anos de 1980, com o contexto na história do Brasil, baseado na abertura política, e no processo de redemocratização, a escola pública foi uma das questões que instigaram discussões nos trabalhos da então Assembléia Constituinte de 1987 a 1988<sup>3</sup>, que culminou com a nova Carta Magna. Entre os pontos importantes da nova Constituição estava: à questão da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e sua extensão ao Ensino Médio; o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos; a valorização dos profissionais do ensino; a autonomia universitária e o Plano Nacional de Educação visando à articulação e o desenvolvimento do ensino em diversos níveis junto às ações do poder público, entre outros. A nova Constituição foi aprovada em 1988 e partindo das suas linhas foi regulamentada, em 1996, a LDB n.º 9.394.

Partindo desta breve contextualização, podemos observar que a Educação, responsável pelo processo formativo do ser humano, não é um setor isento das mudanças ocorridas no país, pelo contrário, é um setor atuante e de muito interesse político e econômico, uma vez que envolve suntuosos recursos financeiros nas esferas públicas: nacional, estadual e municipal, além é claro de setores privados a exemplo do mercado editorial. Neste sentido,

---

<sup>3</sup> A Constituição é a lei máxima de nosso País, determina as relações presentes na sociedade, define os direitos e deveres dos cidadãos e impõe os limites para que a vida em comunidade seja possível. Nenhuma outra lei, código, medida provisória ou decreto pode entrar em conflito com o que está estabelecido no documento promulgado em 1988. Através do site <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>, o cidadão pode ter acesso a todo o material legislativo produzido na história do Brasil: a Constituição Federal, as leis federais, decretos, estatutos dentre outros.

podemos observar que a Legislação da Educação no Brasil até a presente data se divide basicamente em três LDB's:

- **LDB n.º 4.024/61:** foi a primeira depois de treze anos de discussão, esta discorria sobre uma *“Educação nacional inspirada nos princípios de liberdade e de ideais de solidariedade humana (...).”*(p.01). Buscando explicar os direitos e deveres na sociedade, nela destacamos alguns itens: O direito de todos à educação; a regulamentação dos Conselhos Estaduais e Federais de Educação; a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física; o Ensino Primário a partir de sete anos em quatro séries anuais; a formação do professor para o Ensino Primário no Ensino Normal de grau ginásial ou colegial e o Ensino religioso facultativo.
- **LDB n.º 5.692/71:** foi à segunda, que *“Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (...).”* (p. 01). Nesta, percebemos uma maior organização do documento em capítulos. Elaborada e publicada durante o regime militar, acompanha as mudanças políticas, sociais e econômicas do país. Nesta destacamos: a valorização do ensino técnico profissionalizante; a disciplina de Educação Moral e Cívica como obrigatória e o religioso facultativo; o 1º grau passa a ser de sete anos e o 2º grau de três a quatro anos; nota-se a inserção de um capítulo para tratar do ensino supletivo e outro da questão da Formação dos Professores. Percebemos uma mudança significativa na importância do documento quanto à formação técnica para o trabalho.
- **A LDB n.º 9.394/96:** apresenta-se estruturalmente organizada, fundamentando desde o que significa “Educação” ao direito e dever de educar. Nesta destacamos mudanças com relação à prioridade em uma educação mais formativa do cidadão, visto que percebemos anteriormente uma grande preocupação com o aspecto profissionalizante, ou seja, a formação do “trabalhador”. Ressaltamos que se organiza estabelecendo os princípios da Educação nacional e sua organização; apresenta a Educação enquanto níveis e modalidades; explica sobre a educação profissional técnica de nível médio; define caminhos sobre a Educação de Jovens e Adultos - EJA; discute sobre a educação superior e especial; discorre sobre os direitos e deveres dos profissionais da educação, como também, dispõe sobre os recursos financeiros.

Percebe-se que as três Leis de Diretrizes e Bases apresentadas, são frutos de transformações na sociedade brasileira. A de 1961, pelo que vimos, passou por um período de 13 anos de discussão na qual sofreu modificações e ajustes que a adaptaram a realidade

imediate da época. A LDB de 1971 nasceu no contexto específico de um governo militar autoritário e vigorou entre as décadas de 1970 e 1980, se constituindo para responder as necessidades deste governo. Com a abertura política, especialmente na segunda década de 1980, a partir de discussões, debates e lutas, em prol de uma educação igualitária e de qualidade é elaborada a LDB de 1996, da qual, gostaríamos de enfatizar alguns artigos muito significativos para nossa sociedade, tais como o Art. 26 (LDB 1996, p. 12):

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Observa-se que o referido artigo das Disposições Gerais da Educação Básica traz uma importante contribuição, pois possibilita uma parte dos currículos para ser completada com às características *regionais e locais*, como também com a *diversidade cultural*, uma vez que torna obrigatório no Ensino de História, o estudo das contribuições para a formação do povo brasileiro, das diferentes culturas e etnias de matrizes indígena, africana e européia. Neste sentido, o Art. 26-A ressalta determinações para a inclusão da História da África e dos afro-brasileiros na Educação Básica e superior:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (1996, p.09)

Parece simples, um mero artigo, entretanto, chamamos atenção para uma reflexão mais detalhada dos itens deste artigo:

- *Primeiro*, a Lei torna obrigatório, ou seja, não é uma sugestão, é uma obrigação, o estudo da História da África e da cultura afro-brasileira e indígena deve ser ministrado nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, de ordem pública ou privada.

- *Segundo*, o conteúdo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, ou seja, a história dos negros e índios. Não se trata de “citar” o índio e o negro em momentos como a *Conquista da terra* ou o *Processo de escravidão*, se trata de entender e estudar a história da África e da população africana, as acirradas lutas de resistências dos negros e índios no Brasil, a cultura negra e indígena intrinsecamente brasileira. Trazer para o processo histórico o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas: social, econômica e política referente à história do Brasil.
- *Terceiro*, estes conteúdos devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileira.

No quadro 01 apresenta-se algumas mudanças na Educação a partir de 2003 com a Lei 10.639.

DATA	ATO	ASSUNTO
09/01/2003	Lei n° 10.639/2003	Altera a Lei 9.394/1996 – inclusão obrigatória da temática <i>História e Cultura Afro-Brasileira</i>
10/03/2004	Parecer CNE/CP 3/2004	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
17/06/2004	Resolução CNE n° 01/2004	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
10/03/2008	Lei n° 11.645/2008	Altera a Lei 9394, de 20/12/1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9/01/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
01/06/2010	Parecer CEE/PB n° 149/2010	Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” e da “História e Cultura Indígena”.
01/06/2010	Resolução CEE/PB n° 198/2010	Regulamenta as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” e da “História e Cultura Indígena” no sistema estadual do ensino.

**QUADRO 01 – Bases Legais quanto as Questões Étnico-raciais<sup>4</sup>**

**Fonte:** Adaptação do Quadro 01 de BARBOSA E FERNANDES In. Referenciais Curriculares de História para o Ensino Fundamental do Estado da Paraíba, 2010, p. 42.

Como pode se perceber a regulamentação da Lei n.º 10.639/2003 desencadeou algumas mudanças que teoricamente deveriam estar presentes em toda a forma de se estudar

<sup>4</sup> Chamamos a atenção para a qualificação dos Atos e sua relação para efetivação que segue a ordem: primeiro é elaborado um parecer que torna-se resolução e posteriormente Lei.

nossa sociedade, de entender a negra e o negro afro-brasileiro(a) como sujeito construtor da nossa história. Esse é o grande desafio dessa Lei, transformar.

## 1.2 A HISTÓRIA DA ÁFRICA NA TRAJETÓRIA DA LEI N.º 10.639/2003

Estudar e ensinar a história da população negra, advinda da África, na Educação brasileira, por meio da referida lei, é resultado da influência e demanda de movimentos sociais, a exemplo do Movimento Negro, que mobilizou vários segmentos da sociedade, somado à reflexão advinda dos fóruns ligados ao Ensino Superior, que estimularam e contribuíram para uma maior visibilidade das influências e contribuições da população negra do Brasil. Todavia, a sua implementação no cotidiano escolar se apresenta como um desafio, uma vez que, por tanto tempo, foi considerado por muitos como um conteúdo inexpressivo ou estereotipado. Para estes, a África e a população afrodescendente não possuía “uma história”, ‘uma cultura’, ou não representavam “um povo” que faz parte da história nacional.

A importância de estudar a temática é incontestável, seja pelo significado do continente africano em si, seja pelo que representa como berço da história em geral. O continente africano é muito rico em diversidade e segundo Wedderburn (2005), possui cerca de 22% da superfície sólida da terra; uma topografia variada como desertos, savanas, planícies, áreas montanhosas e imensas florestas; mais de 2000 povos com organizações socioeconômicas completamente diferentes; e é o território da mais longa ocupação humana que se tem conhecimento. Nele nasceram as primeiras sociedades agro-sedentárias e os primeiros Estados burocráticos, como: Egito, Kerma e Kush, que despertaram ao longo dos séculos a cobiça de muitos povos, e desde meados do primeiro milênio a.C. até o período de dominação colonial pela Europa Ocidental, este continente tem sido o lugar do mundo que mais sofreu com invasões de diversos povos que devastaram, conquistaram, exploraram e se apossaram da terra e dos seus.

Sendo o território que possui a mais antiga ocupação pelos seres humanos, nele foi desenvolvido muitos dos conhecimentos da humanidade, desde as culturas pastoris às letradas. Segundo Cunha Jr. (2005) a realização de cidades, reinos, impérios e sistemas comerciais, faz parte do processo africano em várias regiões do continente, isto significa dizer que, os povos que para o Brasil vieram, trouxeram uma bagagem rica de conhecimento, tal como afirma este autor:

É de costume dos intelectuais brasileiros darem este papel de colonizador, de tecelão da cultura, ao português, em razão da língua e da posição de



dominador. Esquecem que os africanos que para cá foram trazidos vinham de todas as profissões, de todas as camadas sociais, de todas as esferas de conhecimento (...). O legado europeu era pobre, numericamente diminuto em conhecimentos e na maioria era dos enfeitados da metrópole portuguesa”. (2005, p. 266).

Neste sentido, percebe-se que diferente do que foi minimamente ensinado nas salas de aula, os povos africanos não eram desprovidos de conhecimento, ao contrário, foram povos com saberes e funções, que se tornaram fundamentais para os interesses políticos e econômicos do nosso país, tal como indica Chagas (2010) ao afirmar que os europeus se interessavam pelos conhecimentos que os africanos dominavam como a técnica da metalúrgica, da agricultura, da navegação, entre outros. Esses homens e mulheres que foram trazidos para o Brasil como mão-de-obra escrava, constituíram a base trabalhadora da colonização fornecendo seu suor, seu conhecimento e sua cultura. Durante os séculos de escravidão eles compuseram a nossa história, mas não receberam os créditos de participação.

Ao olhar o passado, percebe-se que com o fim da escravidão no Brasil, a população afro-descendente estava liberta dos grilhões de ferro, mas não livre dos ideológicos, não livre do que iriam enfrentar ao passar da categoria de ‘mercadoria’ para ‘homens e mulheres livres’. A imagem negativa que se tem da África e que se enraizou no passado/presente da população afro-brasileira, segundo Wedderburn (2005, p.138) é decorrente do fato deste continente

(...) ter sido o primeiro e único lugar do planeta onde seres humanos foram submetidos às experiências sistemáticas de escravidão racial e de tráfico humano transoceânico em grande escala.

Entretanto, embora nada justifique a escravidão, segundo Cunha Jr. (2005), teorias racistas tentaram explicar por meio de um suposto atraso cultural dos escravizados, porém mesmo que existisse esse atraso cultural, este não se justifica, a “escravidão é crime perante a humanidade.” (p. 250)

Diante deste estigma de ‘inferior’, após a abolição, a população livre buscava uma ascensão social que a permitisse se libertar desta condição. Segundo Santos (2010), a educação formal passou então a ser uma maneira de conseguir ascensão, porém não demorou muito para se perceber que a educação percorre também um viés eurocêntrico, conseqüentemente, excludente e preconceituoso. A partir daí, os movimentos negros, segmentos organizados, passaram a reivindicar o estudo da história do continente africano e da população afro-descendente desde 1950, tal como afirma:

(...) ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Parte desta reivindicação já constava na declaração final do *I Congresso do Negro Brasileiro*, que foi promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950, portanto, há mais de meio século. (SANTOS, 2010, p. 23)

Entretanto, observa-se que transcorreu um tempo considerável para que o estudo da História da África e dos Afro-descendentes fosse obrigatório na educação brasileira. Antes da regulamentação da Lei n.º 10.639/2003 pouco constava quanto ao Ensino de História da África e da cultura afro-brasileira na educação, esta foi a primeira conquista oficial advinda de uma demanda social organizada como afirma Lima (2008, p.49), ainda sobre a Lei:

Podemos dizer que, em grande medida, ela é resultado da luta de gerações e mais gerações de ativistas e pedagogos, que perceberam que a educação, do mesmo modo que é um poderoso fator de reprodução das desigualdades sociais e raciais, pode também se tornar um instrumento estratégico no combate a todas as formas de discriminação, inclusive a étnico-racial.

A obrigatoriedade do Ensino de África e da Cultura afro-brasileira na Educação Básica desencadeou mudanças quanto os conteúdos escolares e as disciplinas no Ensino Superior. Os conteúdos escolares deveriam abordar os assuntos referentes à África e as universidades deveriam instituir disciplinas na intenção de embasar teórica e metodologicamente o(a) docente. Diante disto, o Livro Didático, instrumento utilizado na sala de aula da Educação Básica, também sofreu modificações tendo que inserir este conteúdo em consonância com a legislação pertinente.

A invisibilidade, estereótipo ou pouco destaque à população negra na história nos inquieta, visto que ainda representa a figura do escravizado e suas linguagens fazem parte do folclore ou cultura popular. Apesar ter sido um avanço para a educação, após oito anos de implementação da referida lei, ainda existiam falhas e lacunas a serem observadas quanto à efetivação prática e o compromisso de desmistificação da população negra brasileira retratada nos Livros Didáticos.

Desta forma, analisamos a literatura didática de História da Paraíba, visto que se faz necessário e importante para a educação do Estado a análise do material didático sob a luz da lei 10.639/2003 no decorrer da década de 2001 a 2011 para que se possa perceber ‘se’ e ‘como ocorreu’ a mudança, visto que este período nos oferece um panorama quanto às

transformações ocorridas na educação na Paraíba, pois, comporta a década em que se insere a lei.

Este trabalho faz conexões com pesquisas que contemplam as Leis específicas, o Ensino de História, os Livros Didáticos e a História local. Entretanto, ao se referir ao material didático correspondente ao Ensino Médio, procurando identificar os que abordam a questão das populações negras na História da Paraíba, este pode se constituir como uma contribuição para a história deste Estado, visto que, é uma reivindicação quanto aos homens e mulheres que construíram esse país e que podem estar ausentes nas páginas destes manuais.

O nosso tema discute a questão negra nos Livros Didáticos de História da Paraíba, porém, não negamos a existência no Estado de importantes produções de autores paraibanos ou não paraibanos, abordando as populações afro-descendentes como Rocha (2009), Chagas (2010), Flores (2006) e Lima (2006), porém, são produções mais discutidas na Academia, na Graduação de História, não chegando **diretamente** ao Ensino de História da Educação Básica, ou seja, podem chegar com os professores formados na UFPB a partir do ano de 2002, um ano antes da Lei n.º 10.639/2003 ser regulamentada, quando começou a ser ofertada uma disciplina optativa sobre Áfricas, e posteriormente, disciplinas obrigatórias sobre África Contemporânea. Entretanto, a situação se torna mais difícil ao se tratar de professores de outras instituições, como também da UFPB, que tiveram sua formação anterior a implementação da Lei 10.639/2003, e desde então estão na sala de aula.

Neste sentido, nosso trabalho é uma análise destes conteúdos, para que essa história seja permitida aos sujeitos que compõem a escola. A escolha dos manuais de História da Paraíba foi decorrente da necessidade de conhecer e abrir caminhos para discussão sobre como o Ensino de História a partir destes manuais didáticos contempla as populações negras que contribuíram na construção do nosso Estado, uma vez que para a História da África poderá ser uma contribuição ao ressaltar o cumprimento da Lei 10.639/2003 nestes manuais didáticos.

A questão negra no nosso Estado está sendo discutida, não se pode negar importantes contribuições acadêmicas elaboradas nos últimos anos, mas na nossa pesquisa procuramos apresentar uma Lei específica e seus desdobramentos no que se refere à produção e abordagem do tema em Livros Didáticos de História da Paraíba para o Ensino Médio. Desta

---

<sup>5</sup> De acordo com o Sistema de Controle Acadêmico (SCA) da UFPB, a disciplina optativa “Tópicos Especiais em História Contemporânea (África)” começou a ser oferecida no ano de 2002. Entre 2008.2 até 2010.1 não foi oferecida nenhuma disciplina que abordasse a questão de África e a partir de 2010.2, começou a ser oferecida em caráter obrigatório a disciplina “História da África Contemporânea” até os dias atuais.

maneira, trabalhamos com o Manual didático enquanto fonte/documento, visto que nos permitiu a viabilidade da pesquisa através da existência comprobatória desse material, pois a análise destes pode ser um resgate de uma história negada durante anos.

A escolha por esse tema de História da África em manuais didáticos de História da Paraíba para o Ensino Médio partiu em especial a partir das reflexões de duas disciplinas do Curso de Graduação em História na UFPB, primeiro de “História da África Contemporânea”, oferecida pelo Prof. Elio Flores, na qual tivemos a oportunidade de conhecer um pouco da história do continente africano e do processo da Lei 10.639/2003. Até então, o interesse ainda era embrionário, sabíamos apenas que a África estaria em nossa pesquisa. No entanto ao começarem as aulas na disciplina de “Estágio Supervisionado VI: Prática Docente em História do Brasil”, oferecida pela Prof. Vilma de Lurdes Barbosa, começamos primeiro a estudar o ensino desde a legislação nacional até os Referenciais Curriculares para o Ensino de História no Estado da Paraíba. Num segundo momento fomos para a prática em sala de aula. O estágio na escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira, na qual pudemos ministrar aula sobre as influências africanas para a formação do povo brasileiro, como também instigar ao conhecimento das influências para com a Paraíba, percebemos algumas dificuldades sobre o tema da África, tais como: a falta material didático, o desconhecimento do professor quanto ao assunto e o imaginário distorcido dos alunos. Observamos que para além do despreparo do professor, o que tornou mais complicada a situação foi a falta de material didático.

A partir destas observações iniciamos uma pesquisa bibliográfica do que havia escrito sobre a História da África em Livros Didáticos. Percebemos que apesar da legislação ser relativamente nova, há pesquisas que abordam a análise da Lei 10.639/2003 em manuais didáticos, porém ao se tratar de Livros Didáticos de História da Paraíba não encontramos referencial sistematizado sobre o assunto, existindo alguns escritos, porém pulverizados e normalmente voltados à academia. Assim, tendo em vista que estamos na Paraíba, que a Universidade Federal da Paraíba contempla a História do Estado, que os Referenciais Curriculares de História do Estado da Paraíba – Ensino Fundamental e Ensino Médio - discorrem em suas sugestões sobre a História local e História da África, que as provas de vestibulares da UFPB são elaboradas por Professores da UFPB e os concursos são baseados nestes conhecimentos, e por fim, que o Ensino Médio é etapa final da Educação Básica, em que o aluno ao seu termino, poderá se submeter ao concurso vestibular ou algum outro

processo seletivo no Estado que provavelmente abordará a questão local, decidimos então contemplar os Livros Didáticos de História da Paraíba para o Ensino Médio<sup>6</sup>.

A partir da situação dos professores de História do Estado da Paraíba, baseado nos Referenciais Curriculares de História para Ensino Médio que contemplam em suas sugestões a História da África e da Paraíba, e que de certa forma são responsáveis pelo preparo do aluno que vai concorrer a uma vaga no Ensino Superior, decidimos pesquisar e elaborar este tema para que tivessem um material mais sistematizado sobre o assunto.

Neste sentido, nossa pesquisa se encontra aqui organizada em quatro capítulos: O primeiro é este que faz uma breve apresentação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e da trajetória da História da África mediante a Lei 10.639/2003. Para elaboração deste foram feitas pesquisas quanto a Legislação Educacional e a História da África na sala de aula e nos manuais didáticos.

O segundo capítulo “*História da Paraíba no Ensino Médio sob a Lei 10.639/2003*”, na proposta de analisar a abordagem feita sobre o afro-descendente nos materiais didáticos de História da Paraíba para o Ensino Médio, se fez necessário ao longo da nossa pesquisa, uma observação sobre como podemos perceber a atuação da legislação em parâmetros maiores, tais como: nos Referenciais Curriculares de História para o Ensino Médio da Paraíba(2006), nos programas de vestibulares da UFPB no período de 2001 à 2011, no Enem, e por fim, nas discussões dos Fóruns de História<sup>7</sup>. Percebemos como essencial a apreciação destes documentos, provas e artigos que fazem parte do contexto da educação na Paraíba com relação ao Ensino de História.

No terceiro capítulo intitulado *História da África: Conhecimento histórico escolar e Cultura histórica escolar*, pesquisamos a História da África em manuais didáticos e estando este compondo o cotidiano escolar, fizemos uma discussão sobre História da África na Sala de aula, o Conhecimento histórico escolar e a Cultura escolar. Para elaboração deste foi feita uma pesquisa em livros e artigos que traziam discussões sobre a Cultura escolar e o conhecimento histórico.

E por ultimo, o quarto capítulo, *A História da África nos manuais didáticos do Ensino Médio na Paraíba: um panorama da produção didática*, consta de uma discussão sobre o Livro Didático enquanto artefato, apresentação dos manuais de História da Paraíba para o Ensino Médio, discussão contemplando as coleções específicas para História da África

---

<sup>6</sup> Considerar o processo de escrita no ano de 2012.

<sup>7</sup> São encontros internacionais/nacionais/locais que contemplam discussões sobre História. Neste caso, pesquisamos os Encontros Nacionais da Anpuh, o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História.

distribuídas pelo MEC para as escolas públicas do Estado e por fim, uma análise dos conteúdos e abordagens da História da África na produção didática paraibana. Para elaboração deste, fizemos um levantamento dos Livros Didáticos publicados no Estado para montar nosso acervo pesquisa, ou seja, encontrar os manuais para serem analisados. No mais, apresentamos considerações finais, sugestões e apreciações quanto ao tema.



## **2 HISTÓRIA DA PARAÍBA NO ENSINO MÉDIO SOB A LEI n.º 10.639/2003**

Partindo deste contexto exposto no capítulo anterior, nos questionamos: se a Lei foi implementada, se as escolas têm que oferecer os conteúdos, se as universidades têm que oferecer a disciplina a exemplo da UFPB que oferece a disciplina desde 2002 como optativa e a partir de 2010 como eletiva, se os Livros Didáticos têm que contemplar a História e Cultura dos povos africanos, se livros temáticos vêm sendo escritos e publicados, como se deu essa mudança nos manuais de Ensino Médio de História da Paraíba, tendo em vista que influenciam diretamente no ensino? Essa é nossa inquietação neste capítulo, principalmente, pelo fato de pesquisarmos a etapa final da Educação Básica que está intrinsecamente ligado ao contexto de seleção para acesso ao nível superior da educação.

Desta forma, faremos uma apresentação: dos Referenciais Curriculares de História para o Ensino Médio na Paraíba, do que eles determinam e de como contemplam a Lei; dos programas de vestibulares da UFPB no período de 2001 a 2011 observando se acompanham as mudanças, na intenção de cumprir a legislação; do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), se ele abre discussões sobre a questão negra; e dos Fóruns de História na intenção de destacar se tem acompanhado essas mudanças e se pesquisadores têm publicado sobre o tema.

### **2.1 OS REFERENCIAIS CURRICULARES DE HISTÓRIA PARA O ENSINO MÉDIO NA PARAÍBA**

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – LDB n. 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, os Parâmetros Curriculares e outras ações desenvolvidas na intenção de promover a reforma do Ensino Médio, os Estados brasileiros começaram a se articular para a construção de Referenciais Curriculares. No Estado da Paraíba os trabalhos para essa elaboração contaram com as contribuições dos Fóruns, seminários e ações de formação continuada de professores que fazem parte da rede estadual de ensino. Junto a estes, estavam os professores das Universidades Públicas do Estado que contribuíram no processo de estruturação dos textos em cada disciplina.

A rede pública estadual de Ensino Médio mandou um representante por região de ensino e disciplina que formavam um grupo multidisciplinar com os profissionais representantes do ensino público de nível superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Campina

Grande (UFCG), para discussão, planejamento, revisão e estruturação dos textos. Desta forma, esse material composto a partir do trabalho desses profissionais, tem função de subsídio para apoiar o professor, principalmente quanto à vivência em sala na adoção de orientações para novas práticas pedagógicas escolares.

Os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio (2006) é desta maneira, uma proposta curricular específica para o Estado da Paraíba composto de três volumes, o primeiro é *Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias*; o segundo *Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias*; e o terceiro, *Ciências Humanas e suas Tecnologias*, o qual faremos aqui uma breve apreciação.

O terceiro volume, *Ciências Humanas e suas Tecnologias* é composto de quatro capítulos: *Conhecimentos de Filosofia, Conhecimentos de Geografia, Conhecimentos de História e Conhecimentos de Sociologia*. Neste sentido, faremos uma apreciação do terceiro capítulo: *Conhecimentos de História* que teve como consultoras as Professoras: Luciana Calissi (UEPB) e Rosa Maria Godoy Silveira (UFPB), e como Professoras Colaboradoras: Josefa Naubia Alves de Brito Marques, Maria do Socorro Eufrásio Santos e Valkíria Lúcia de Carvalho. Este é organizado em 10 itens, os quais seguem abaixo.

### **1. Apresentação da Área de História**

Este capítulo do Referencial é composto no total dez textos e o primeiro consta de uma breve apresentação e dos objetivos.

O objetivo geral ressalta que o presente documento é uma proposta de Referenciais Curriculares do Ensino Médio, específicos para o Estado da Paraíba, elaborado a partir da leitura e análise das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 2000, dos Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+) de 2002, das Orientações Curriculares do Ensino Médio de 2004 e das Orientações Curriculares Nacionais - História (versão 2005/MEC).

Os objetivos específicos são basicamente:

- indicar os conceitos estruturadores do conhecimento histórico;
- indicar competências a serem desenvolvidas no Ensino Médio;
- sugerir problemáticas norteadoras para o Ensino de História nesta etapa de Ensino;
- sugerir Eixos temáticos organizadores de conteúdos;
- sugerir conteúdos de acordo com os Eixos temáticos;
- indicar atividades.

### **2. Avaliação crítica dos Parâmetros e Documentos Curriculares Nacionais**

Este texto é dividido em duas partes, a primeira parte é uma discussão sobre *Avaliação da Questão dos conceitos, das Competências, Habilidades e os Conteúdos*. Neste, é explanado sobre: os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN-2000; Parâmetros Curriculares em Ação – PCN+ 2002; Orientações Curriculares do Ensino Médio, em dezembro de 2004; os documentos curriculares sobre algumas áreas de conhecimento, 2005; e por fim, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, V:3: Ciências Humanas e suas Tecnologias,

em 2006. Ao final deste, é ressaltada uma crítica com relação ao excesso, pois como pode-se observar em sete anos há cinco PCN's.

A segunda parte do texto é *Avaliação dos Eixos temáticos de História – PCN+*, no qual apresenta-se sugestão de Eixos temáticos envolvendo os aspectos da experiência social. Os Eixos analisados se dividem em temas, são eles: *Cidadania: diferenças e desigualdades; Cultura e trabalho; Transporte e Comunicação; e Nações e nacionalismos*; e cada tema se divide em subtemas, possibilitando estudar os conteúdos de forma articulada em torno de uma problemática. Essa proposta organizada em eixos, temas, subtemas e recortes de conteúdos, representa um avanço quanto a organização curricular do Ensino de História em relação à organização temporalmente linear dos conteúdos, no entanto os Eixos temáticos sugeridos, são problemáticos conceitualmente, por correr o risco de ser restrito em algum conteúdo ou não ser mencionado assuntos relevantes, tal como ressaltam as autoras no Tema 02 do 1º Eixo – *Cidadania: diferenças e desigualdades*:

O Tema 02 – Cidadania e Liberdade – abrange dois subtemas: *A luta pela liberdade e Liberdade para lutar*, a distinção podendo gerar uma percepção fragmentada. Os recortes de conteúdos sugeridos contemplam apenas escravos e negros, revelando um sentido restritivo de liberdade, apenas talvez relativa a escravos, não contemplando outros grupos. Por outro lado, recortes de conteúdos importantes na luta pela Cidadania, como movimentos por direitos políticos e sociais, nos séculos XIX e XX, no mundo e no Brasil, não foram sugeridos. (RCEM, 2006, p. 93)

### **3. O Ensino Médio e o Ensino de História**

Apresenta uma discussão sobre o Ensino Médio, parte final da Educação Básica, que deve ter o propósito do educando aprofundar os conhecimentos do Ensino Fundamental. Sugerem que deve possibilitar a formação de pessoas capazes de atuarem crítica e criativamente no contexto social, no mercado de trabalho e ter base para continuidade dos estudos em nível acadêmico. O Ensino de História atua de forma significativa neste sentido, pois trabalha com a duração e temporalidade, podendo “navegar” em muitos passados se relacionando com seu tempo presente.

### **4. Educar no e para o Conhecimento Histórico**

Este retoma a questão das Competências. É dividido em dois itens, o primeiro é *As Competências ou Capacidades*, em que inicia discutindo sobre a idéia da finalidade do ensino-aprendizagem de qualificar as pessoas para a Cidadania e o mercado de trabalho. Este se propõe ao entendimento do indivíduo como ser econômico, político, cultural, compondo sua cidadania.

No segundo item *As Competências ou Capacidades no e para o Conhecimento Histórico*, inicia com o questionamento “o quanto a História qualifica”, visto que, o conhecimento da História deve formar pessoas criticamente, para pensarem historicamente, temporalmente e contextualmente. As competências neste sentido, dizem respeito a saberes e fazeres, na intenção de que as pessoas possam ultrapassar o senso comum e construir conhecimentos.

### **5. Os conceitos da História e sua importância no(a) ensino-aprendizagem**

Discute sobre o conhecimento que para ser apreendido requer o domínio de repertórios de saberes acumulados para construção de novos conhecimentos. Esses repertórios de um determinado campo contêm não só informações sobre o objeto, mas, reflexões e interpretações sobre o mesmo. No sentido da investigação histórica, os conceitos auxiliam na problematização das fontes e das experiências representadas por elas.

### **6. A Proposta de Eixos temáticos**

Inicia com a seguinte justificativa:

A proposta de estruturar os conhecimentos históricos em torno de problemas significativos da contemporaneidade, sob a forma de Eixos temáticos, deriva da compreensão sobre as finalidades do Ensino Médio, da inserção da História – Conhecimento nesse nível do processo educativo, da qualificação desejável no ensino de História e dos conceitos gerais da disciplina, que foram expostos nos textos anteriores. (RCEM, 2006, p. 117)

As autoras neste texto enfatizam que essa sugestão curricular sob forma de Eixos temáticos é uma opção de seleção e organização dos conteúdos mais apropriada para o Ensino Médio, devido à possibilidade de: quebrar a visão de linearidade do tempo; pela abordagem focal e aprofundada de determinado tema; o estudo de várias sociedades e/ou grupos sociais ao mesmo tempo em diferentes épocas; e tratar o conhecimento como o conjunto articulado entre finalidades do Ensino Médio, qualificação desejável para o ensino-aprendizagem de História, conceitos gerais indispensáveis à compreensão da História e representações historiográficas. Esta tematização da proposta conduziu a reflexão sobre a sociedade e também sua problematização. Neste sentido, três pontos relevantes foram identificados, e a compreensão histórica deles se apresenta como importante para a formação dos alunos em indivíduos críticos. São eles: o exercício de uma cidadania efetivamente democrática; a sobrevivência dos seres humanos de forma inclusiva; e a convivência dos seres humanos na diversidade cultural.

Depois dessa breve discussão do primeiro momento do texto, é apresentado o item *A configuração dos Eixos temáticos sugeridos*, neste é discorrido sobre os Eixos temáticos: 1. *Cidadania, participação política e poder*, 2. *Produção, trabalho e consumo* e 3. *Diversidade Cultural*. Destacamos que nas tabelas – *Proposição de Eixos temáticos* - nos três Eixos temáticos são contempladas a História dos afro-descendentes e a questão local, que se apresenta de forma muito interessante, visto que o Estado da Paraíba, em seus Referenciais cumprem a determinação da Lei.

#### **7. Procedimentos metodológicos para o processo ensino aprendizagem de História**

É dividido em dois itens, o primeiro é *Organização* em que destaca a questão do objetivo do Ensino Médio em História de formar indivíduos capazes de compreender o mundo e as maneiras de construir conhecimento desde a ativação do conhecimento prévio dos alunos a mobilização de saberes. O segundo item é *Sugestões de Atividades* que recomenda exemplos de aplicação dos conhecimentos no processo de ensino.

#### **8. Avaliação de ensino-aprendizagem**

Tem o propósito de discutir as formas de verificar o êxito da proposta do curso, através da aprendizagem do aluno, discutindo os processos de avaliação.

#### **9. Requisitos para a implementação da Proposta**

Destaca que para implementar os pressupostos da proposta é preciso observar as condições da Escola e se seus profissionais, ou seja, qualificação dos professores para aplicação dos novos parâmetros, recursos didáticos pedagógicos, recursos materiais e profissionalização do professor.

#### **10. Considerações finais**

Neste último texto, temos dois itens, o primeiro é *Algumas questões pendentes* em que é discutido os parâmetros com relação à Paraíba que devem ser referências para o vestibular da UFPB, UEPB e UFCG. Entretanto, adverte que é necessário um trabalho complementar entre as áreas no propósito de perceber intersecções e elaborar sugestões de atividades conjuntas. Finaliza os Referenciais com o item *A expectativa de recepção da Proposta*, esclarecendo que são um conjunto de **sugestões** para apoiar o professor em novos e variados caminhos.

### **QUADRO 02 – Apreciação do Material: Conhecimentos de História**

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras.

O material apresenta-se rico em sugestões quanto às formas de construção de conhecimento, apresentando um viés inovador com os Eixos temáticos, visto que contempla o ensino através de temas e possibilita ao aluno um passeio no tempo e em variados espaços, com um olhar mais crítico e reflexivo sobre a História. Ressaltamos como fundamental o fato que os Referenciais abordam a questão da História local e nesta a questão afro-descendente. Entretanto, ressaltamos que com esses Referenciais, a Secretaria Estadual de Ensino tem em mãos um documento importante para o Ensino Médio, em que podemos perceber através dos documentos da Coperve o quanto eles influenciaram o Ensino Médio na Paraíba, inclusive, movimentou a rede privada de ensino, que mobilizou esforços para ter as consultoras do Referenciais em seus espaços físicos para se pronunciarem e diminuir as dúvidas de professores e alunos, estes últimos, candidatos ao concurso vestibular, certamente que definiu em seu programa o uso das sugestões dos Referenciais.

## 2.2 OS PROGRAMAS DE VESTIBULARES DA UFPB NO PERÍODO DE 2001 A 2011

### 2.2.1 Breve Histórico da Universidade Federal da Paraíba

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955 e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba. Com a sua federalização pela Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960 foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. Desenvolveu uma crescente estrutura distinguindo-se das demais Universidades Federais do sistema de ensino superior do país, singular por sua atuação em sete campi implantados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras.

No entanto, no ano de 2002 a UFPB passou por um desmembramento de quatro dos sete campi, através da Lei n. 10.419 de 09 de abril de 2002, que criou a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) na qual os campi de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa ficaram incorporados. A UFPB ficou então composta dos Campi de João Pessoa, Areia e Bananeiras.

Desde sua criação a UFPB vem desempenhando um papel fundamental com relação ao ensino superior, pesquisa e extensão. Em 2005 criou o campus no Litoral Norte do Estado, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, e através desse Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), nos últimos cinco anos é a instituição

de Ensino Superior do Norte e Nordeste do país a oferecer o maior número de vagas no seu processo seletivo. Em 2005 oferecia cerca de 3.700 vagas por ano. Para 2012, são 8.020 vagas distribuídas entre o Processo Seletivo Seriado (PSS) e o ENEM/SISU. Neste sentido se faz necessário entender um pouco sobre o Processo seletivo (PSS) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

### **2.2.2 Breve Histórico dos Vestibulares da UFPB**

Apesar da Universidade Federal da Paraíba ter sido criada em 1955, as primeiras provas de Vestibular que podem ser encontradas nos arquivos da COPERVE - Comissão Permanente do Concurso Vestibular - são da década de 1960, estando disponibilizadas no site da mesma as provas digitalizadas de 1965. Essas primeiras provas eram datilografadas em máquinas de escrever e mimeógrafos, sendo até 1979 o tamanho de uma folha de ofício 21x32cm.

Nesse período a comissão responsável se chamava “Comissão de Coordenação do Concurso de Habilitação”. As provas eram corrigidas manualmente, sendo em sua maioria subjetivas, porém, com algumas questões objetivas. Em 1971 passou a se chamar “Comissão Executiva do Concurso Vestibular” e as provas a partir daí foram corrigidas utilizando-se computador. Ainda nesta década as provas eram aplicadas em quatro dias.


Em 1980 mais mudanças, o formato das provas foi reduzido e a comissão passou a se chamar “Comissão Permanente do Concurso Vestibular” (COPERVE). Nos anos de 1994 a 1999, o Vestibular mudou sendo então dividido em duas etapas: uma primeira etapa eliminatória o chamado “peneirão” e uma segunda etapa para os candidatos classificados.

A partir 1993 o vestibular foi completamente digitado em computador e em 1994 as provas passaram a ser digitadas com o MS Word, sendo utilizadas folhas de leitura ótica para correção. Em 1995 houve dois vestibulares, um no início e outro no meio do ano, mas, essa idéia não logrou êxito, sendo descartada daí em diante. Em 2000 foi introduzido o Processo Seletivo Seriado (PSS) no qual o conteúdo programático pode ser fragmentado em três, com uma prova ao término de cada série do Ensino Médio.

Observamos nesse pequeno histórico que a questão do vestibular da UFPB vive em constante mudança buscando acompanhar as transformações sociais, como podemos perceber as transformações ocorridas com a adoção dos Eixos temáticos a partir do ano de 2010. Neste sentido, apresentamos uma apreciação dos conteúdos programáticos dos vestibulares da





UFPB de 2001-2011, no intuito de observar como a Lei 10.639/2003 (para o Ensino da História da África), vem sendo problematizada.

CAPA DOS MANUAIS	OS AFRO-DESCENDENTES NOS PROGRAMAS DE VESTIBULARES DA UFPB
 <p>UFPB UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PSS 2001 Processo Seletivo Seriado 2001 Manual do Candidato</p> <p>UFPB UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PSS 2002 Manual do Candidato</p> <p>UFPB UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PSS 2003 Processo Seletivo Seriado 2003 Manual do Candidato</p> <p>UFPB UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PSS 2004 Processo Seletivo Seriado 2004 Manual do Candidato</p>	<p style="text-align: center;"><b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS MANUAIS DOS PSS's DE 2001 à 2009</b></p> <p><b>1ª Série (Introdução à História, Pré-História Geral e do Brasil, Antiguidade Oriental e Clássica e Idade Média)</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução à História       <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Conceitos de História</li> <li>1.2. A periodização histórica e seus significados</li> <li>1.3. As fontes históricas: conceito, modalidades e utilização</li> <li>1.4. A construção do conhecimento histórico: correntes historiográficas.</li> </ol> </li> <li>2. A Pré- História       <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Mito e ciência na explicação da origem do homem</li> <li>2.2. O Processo de hominização</li> <li>2.3. A origem do homem na América e no Brasil: as sociedades ameríndias</li> <li>2.4. As Sociedades primitivas na Paraíba</li> </ol> </li> <li>3. Antiguidade Oriental Clássica       <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. As bases econômicas, sociais e culturais do Estado Teocrático</li> <li>3.2. As bases socioeconômicas e políticas das civilizações clássicas</li> <li>3.3. Cultura, arte e imaginário das civilizações clássicas</li> <li>3.4. A crise do mundo clássico: ascensão do cristianismo e invasões bárbaras</li> </ol> </li> <li>4. O Mundo Medieval       <ol style="list-style-type: none"> <li>4.1. As civilizações bizantina e islâmica e suas relações com o Ocidente medieval</li> <li>4.2. O feudalismo: senhores, vassalos e camponeses</li> <li>4.3. O cristianismo medieval: Igreja, dogmas e heresias</li> <li>4.4. Cultura e vida cotidiana na Idade Média</li> <li>4.5. A crise do mundo feudal e a origem do capitalismo</li> </ol> </li> </ol> <p><b>2ª Série (A Idade Moderna, Brasil e Paraíba Coloniais)</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A Construção da Modernidade       <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. A cultura do Renascimento e as bases do pensamento moderno</li> <li>1.2. O Cristianismo na modernidade: Reforma Religiosa, Contra-Reforma e Inquisição</li> <li>1.3. A formação do Estado Moderno, a expansão marítima e o sistema colonial</li> </ol> </li> <li>2. A Formação da América       <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. América: as civilizações indígenas e a formação do império colonial espanhol</li> <li>2.2. A colorização inglesa na América</li> <li>2.3. A colonização portuguesa           <ol style="list-style-type: none"> <li>2.3.1. A conquista do Brasil e o confronto interétnico</li> <li>2.3.2. A estrutura político-administrativa: capitanias hereditárias e o governo geral</li> <li>2.3.3. A conquista da Paraíba e a dizimação dos índios</li> <li>2.3.4. O domínio holandês no Brasil e na Paraíba</li> </ol> </li> </ol> </li> <li>3. O Mundo Colonial no Brasil       <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. As relações sociais e de trabalho</li> <li>3.2. As atividades econômicas e a formação do território brasileiro</li> <li>3.3. A estrutura econômica e social da Paraíba Colonial</li> <li>3.4. Cultura e vida cotidiana no Brasil e na Paraíba</li> </ol> </li> <li>4. Liberalismo e Revoluções       <ol style="list-style-type: none"> <li>4.1. Iluminismo e Revoluções Liberais: Revoluções Inglesas e Revolução Francesa</li> <li>4.2. Burguesia e Revolução Industrial</li> <li>4.3. Crise do sistema colonial e processo de emancipação das colônias inglesas e hispano-americanas</li> </ol> </li> <li>5. O Processo de Emancipação do Brasil       <ol style="list-style-type: none"> <li>5.1. Os movimentos de contestação ao Pacto Colonial: Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana e Revolução de 1817</li> <li>5.2. A Paraíba e a crise do Pacto Colonial: a subordinação a Pernambuco</li> <li>5.3. As etapas da separação brasileira de Portugal (1808-1822)</li> </ol> </li> </ol>

	<p><b>3ª Série (O Mundo Contemporâneo, Brasil e Paraíba nos períodos imperial e republicano)</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A Formação do Estado Brasileiro       <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Base legal e processo político: contestação à ordem e estabilidade do regime (1824-48)</li> <li>1.2. Hegemonia britânica, economia cafeeira e o processo de modernização no Brasil</li> <li>1.3. Cultura e cotidiano no Brasil Imperial</li> </ol> </li> <li>2. Correntes de Pensamento e Lutas Sociais do Século XIX       <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Liberalismo, Socialismo, Anarquismo e Nacionalismo</li> <li>2.2. As lutas operárias de contestação à ordem burguesa</li> </ol> </li> <li>3. A Desagregação do Regime Monárquico       <ol style="list-style-type: none"> <li><b>3.1. A crise do escravismo e a transição para o trabalho livre</b></li> <li>3.2. A implantação da República</li> </ol> </li> <li>4. A Concentração de Capitais e a Expansão Imperialista       <ol style="list-style-type: none"> <li><b>4.1. O domínio da Ásia e a partilha da África</b></li> <li>4.2. A Primeira Guerra: seus condicionantes e conseqüências</li> <li>4.3. Contestação à ordem capitalista: a Revolução Russa e a formação da URSS</li> </ol> </li> <li>5. O Estado Oligárquico Brasileiro       <ol style="list-style-type: none"> <li>5.1. Estrutura de Poder: Oligarquias e coronelismo</li> <li>5.2. Bases econômicas: a agro-exportação e sua crise</li> <li>5.3. Lutas sociais na 1ª República: movimentos operários, misticismo e cangaço</li> <li>5.4. Cultura e vida cotidiana; artes e literatura.</li> <li>5.5. Contestações anti-oligarquicas e o movimento de 30 no Brasil e na Paraíba: a desagregação da 1ª República</li> </ol> </li> <li>6. Crise das Democracias Liberais e as Experiências Totalitárias       <ol style="list-style-type: none"> <li>6.1. Ascensão do Nazi-facismo</li> <li>6.2. A 2ª guerra mundial: seus condicionantes e conseqüências</li> </ol> </li> <li>7. A Era Vargas       <ol style="list-style-type: none"> <li>7.1. Centralização econômica, industrialização e trabalhismo</li> <li>7.2. Centralização política, controle ideológico e repressão</li> </ol> </li> <li>8. A Guerra Fria: Confronto entre o Capitalismo e o Socialismo       <ol style="list-style-type: none"> <li>8.1. A hegemonia norte-americana na América Latina</li> <li><b>8.2. O processo de descolonização na Ásia e na África</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>8.2.1. A Revolução Chinesa</li> </ol> </li> <li>8.3. Experiências socialistas na América Latina: Cuba, Chile e Nicarágua.</li> </ol> </li> <li>9. O Estado Populista       <ol style="list-style-type: none"> <li>9.1. Políticas de desenvolvimento econômico (1945-64)</li> <li>9.2. A desagregação do Populismo e os conflitos sociais na Paraíba e no Brasil</li> <li>9.3. As propostas culturais dos anos 60: Bossa Nova, Jovem Guarda, Tropicalismo, Cinema Novo e Revolução Sexual</li> <li>9.4. O Golpe de 1964</li> </ol> </li> <li>10. A Militarização do Estado na América Latina e no Brasil       <ol style="list-style-type: none"> <li>10.1. As experiências da Argentina, do Chile e do Uruguai</li> <li>10.2. O Estado militarista brasileiro: política econômica e regime político</li> <li>10.3. A transição democrática na América Latina e no Brasil</li> </ol> </li> <li>11. Tendências, Problemas e Perspectivas do Mundo Atual       <ol style="list-style-type: none"> <li>11.1. A desagregação do bloco socialista e a nova ordem mundial</li> <li>11.2. O processo de globalização e o neoliberalismo</li> <li>11.3. A inserção do Brasil na nova ordem mundial: da Nova República aos dias atuais</li> <li>11.4. Problemas e desafios no Brasil e na Paraíba           <ol style="list-style-type: none"> <li><b>11.4.1. A situação das minorias: os índios, os negros, as mulheres e os homossexuais</b></li> <li>11.4.2. A luta pela terra e a Reforma Agrária</li> <li>11.4.3. Violência, desemprego e miséria</li> <li>11.4.4. A construção da cidadania</li> <li>11.4.5. Problemática do meio ambiente e os movimentos ecológicos</li> <li>11.4.6. Cultura e cotidiano nos dias atuais</li> </ol> </li> </ol> </li> </ol>

**QUADRO 03 – Apreciação dos Manuais do Processo Seletivo Seriado PSS 2001 a 2009**

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

CAPA DOS MANUAIS	OS AFRO-DESCENDENTES NOS PROGRAMAS DE VESTIBULARES DA UFPB
	<p style="text-align: center;"><b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO PSS 2010</b></p> <p>O Processo Seletivo Seriado (PSS) 2010 apresentou mudanças quanto ao conteúdo programático. O manual é uma exceção, pois foi composto de dois conteúdos, o anterior acima apresentando desde 2001, para quem iria fazer as três provas, um outro conteúdo baseado nos Eixos temáticos para os candidatos que fossem fazer apenas o Processo Seletivo Seriado referente à 1ª Série. Neste sentido, destacamos que neste conteúdo do PSS1 baseado nos Eixos temáticos, a História da África é mencionada na 1ª Série nos tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Lutas pela liberdade (resistência dos escravos);</i></li> <li>• <i>Sociedades tribais Africanas, séculos XIX a XXI.</i></li> </ul>
	<p style="text-align: center;"><b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO PSS 2011</b></p> <p>O Processo Seletivo Seriado (PSS) 2011 apresentou mudanças quanto ao conteúdo programático. O manual foi composto por Eixos temáticos. Neste sentido, destacamos sobre África, afro-descendente ou escravidão:</p> <p><b>PSS1 Eixo temático: Cidadania, Participação Política e Poder</b> Lutas pela liberdade (resistência dos escravos); Sociedades tribais africanas (séculos XIX ao XXI).</p> <p><b>PSS2 Produção, trabalho e consumo</b> Sociedades tribais africanas; Escravistas modernas: Brasil e Paraíba colonial; As classes sociais correspondentes a cada modo de produção e consumo: senhores e escravos; Na América Latina, Brasil e Paraíba: senhores e escravos.</p> <p><b>PSS3 Diversidade Cultural</b> Peculiaridades culturais de negros; A colonização na América e o Imperialismo na África e Ásia; A desestruturação das sociedades indígenas pré-colombianas e das sociedades tribais africanas; Racismo e Apartheid: Estados Unidos e África do Sul; Os preconceitos no Brasil contra negros, indígenas e classes populares; A resistência dos escravos no Brasil; Brancos x negros; Lutas contra o racismo e contra outras formas de discriminação; as políticas afirmativas de inclusão social no Brasil e na Paraíba;</p>

**QUADRO 04 – Apreciação dos Manuais do Processo Seletivo Seriado PSS 2010 e 2011**

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Como podemos perceber os manuais de 2001 a 2009 nada mudam com relação à regulamentação da Lei, o mesmo conteúdo programático é apresentado sem modificações neste período. Há uma mudança com relação a adesão aos Eixos temáticos a partir do Processo Seletivo Seriado da 1ª Série no ano de 2010, porém foi para os candidatos que iriam

fazer apenas a prova do PPS1, os demais inscritos em outras séries acompanhariam o mesmo conteúdo dos anos anteriores.

No ano de 2011 com a adesão dos Eixos temáticos, os quais seguem os Referenciais Curriculares de História para o Estado da Paraíba podemos perceber mudanças quanto às várias questões sobre a África, os afro- descendentes ou escravidão. Queremos destacar que não estamos avaliando o conteúdo em si, apenas as **indicações**. Fica claro nos conteúdos programáticos para o vestibular de 2001 a 2010, que o professor em sala de aula como os professores elaboradores das questões do vestibular poderiam inserir dentro dos assuntos questões com relação à África e os Afro-descendentes, tendo em vista o conhecimento quanto a Lei, porém dependeu dos mesmos para que houvesse essa ponte, visto que não foi cobrado explicitamente nos conteúdos durante anos.

## 2.3 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM

### 2.3.1 Histórico

O Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, foi instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o INEP, em 1998, na intenção de ser aplicado aos alunos concluintes. Trata-se precisamente de uma avaliação escrita, proposta aos concluintes do Ensino Médio ou demais pessoas que já tenham concluído, com o objetivo de avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica. Esta avaliação considera importante para a formação geral na Educação Básica, uma sólida aquisição de conteúdos tradicionais associadas ao desenvolvimento de estruturas capazes de preparar o aluno para resoluções de problemas da sua realidade social.

Neste sentido, considera a velocidade com que as mudanças sociais vêm se processando e como alteram nossa vida cotidiana impondo a escolaridade básica acompanhar essas transformações para que possa fornecer aos alunos condições de atuar na sociedade desenvolvendo um raciocínio histórico lógico, relacionando temporalidades e espacialidades diversas e concomitantes. Neste sentido, os projetos pedagógicos devem promover competências que provoquem reflexão e ao final do Ensino Médio, o aluno possa ter construído uma base de conhecimento científico, tecnológico e histórico.

No entanto, o INEP vem promovendo o ENEM que é uma avaliação diferente, composta por uma prova única, abrangendo várias áreas de conhecimentos da escolaridade básica no Brasil. Esse exame não faz indicação de conteúdos programáticos, porém, apresenta

uma “Matriz de Referência” que se refere a eixos de competências e habilidades de cada área com relação aos conteúdos do Ensino Fundamental e Médio, embasados pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, pela Reforma do Ensino Médio e pelas Matrizes Curriculares de Referência para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

Quanto à prova em si, ela era constituída no total de 63 (sessenta e três) questões objetivas de múltipla escolha e uma proposta de redação. Com o Novo Enem a partir de 2009 a prova passou a ter 180 questões, dividida em dois dias e uma proposta de redação. A Matriz de Competência foi desenvolvida por um grupo de profissionais da educação a partir do projeto elaborado pelo INEP para estruturar o Enem. Neste sentido, de acordo com essa Matriz, o conhecimento pressupõe a colaboração e integração de conteúdos de diversas áreas que compõem as propostas curriculares das escolas brasileiras. Assim, o aluno deve demonstrar possuir condições de comunicação e expressão para compreender um texto e um problema matemático, para descrever um processo físico, químico ou biológico, e para compreender as transformações do espaço-tempo da história, geografia e literatura.

A Matriz de Referência é composta por duas partes. A primeira diz respeito a: Matriz de Referência de Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Matriz de Referência de Matemática e suas Tecnologias; Matriz de Referência de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e, Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias; e a relação de cada uma com os Eixos Cognitivos comuns a todas as áreas de conhecimentos que são: dominar linguagens, compreender fenômenos, enfrentar situações-problemas, construir argumentação e elaborar propostas. Na segunda parte são apresentados os “Objetos de conhecimento associados às Matrizes de Referência”, neste faremos uma breve apreciação quanto a “Ciências Humanas e suas Tecnologias”, referente à Matriz de 2011, ressaltando o que mencionam sobre África.

<b>Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade.</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Conquista da América. Conflitos entre europeus e indígenas na América colonial. A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América.</li> <li>• História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira.</li> </ul>
<b>Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado.</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geopolítica e conflitos entre os séculos XIX e XX: Imperialismo, a ocupação da Ásia e da África, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria.</li> </ul>
<b>Características e transformações das estruturas produtivas.</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diferentes formas de organização da produção: escravismo antigo, feudalismo,</li> </ul>



capitalismo, socialismo e suas diferentes experiências.
<b>Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente.</b>
• Nada consta diretamente.
<b>Representação espacial.</b>
• Nada consta diretamente.

**QUADRO 05 – Matriz de Referência de Ciências Humanas e Tecnologias**

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Após exposição, podemos observar que os Objetos de Conhecimento associados à Matriz de Referência - *Ciências Humanas e suas Tecnologias* - no primeiro tópico “*Diversidade Cultural, conflitos e vida em sociedade*” contempla a questão dos povos negros oriundos da África e seus descendentes no Brasil, suas lutas e culturas. De todos os tópicos, citam a África ou o escravismo dentro do contexto, mas só o primeiro é o mais claro ao discorrer sobre esta população. Faremos a seguir uma apreciação das Provas do Enem com relação aos conteúdos objeto de nosso estudo.

Ano	N.º da questão e conteúdo
2001	<p>A África é mencionada em um dos textos que dão base a elaboração da redação sobre o tema: “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?”. O texto é de Paulo Adário e discorre sobre a África ao citar o quanto ela perdeu da sua floresta com a destruição ambiental.</p> <p>Na questão 46 são discutidos os estudos populacionais baseados no relatório de <i>Perspectivas da População Mundial</i>, o qual afirma que deverá ser de 9,3 milhões de pessoas em 2050. Ressalta também que esses elevados índices contrastam com os dos países mais desenvolvidos e partindo desta discussão apresenta cinco afirmativas na qual uma delas é “nos países asiáticos e africanos, as condições de vida favorecem a reprodução humana”.</p>
2002	<p>A questão 23 que discute sobre a palavra “Tatuagem” menciona o “negro” apenas no texto que serve de base para questão, visto que este está contemplado em um trecho do livro “<i>O Rio de Janeiro em verso e Prosa</i>”:</p> <p>(...). Há três casos de tatuagem no Rio, completamente diversos na sua significação moral: os <b>negros</b>, os turcos com o fundo religioso e o bando de meretrizes, dos rufiões e dos humildes, que se marcam por crime ou por ociosidade. RIO, João do. Os Tatuadores. Revista Kosmos. 1904, apud: A alma encantadora das ruas, SP: Cia das Letras, 1999.(2002, p.11).</p> <p>A questão 37 discute as fronteiras do continente africano a partir do texto:</p> <p>O continente africano em seu conjunto apresenta 44% de suas fronteiras apoiadas em meridianos e paralelos; 30% por linhas retas e arqueadas, e apenas 26% se referem a limites naturais que geralmente coincidem com os de locais de habitação dos grupos</p>



	<p>étnicos. MARTIN, A. R. Fronteiras e Nações. Contexto, São Paulo, 1998. (2002, p.15)</p>
2003	<p>A questão 48 discorre sobre contexto da Escravidão negra a partir do texto de Montesquieu:</p> <p>A escravidão não é boa por natureza; não é útil nem ao senhor, nem ao escravo: a este porque nada pode fazer por virtude; àquele, porque contrai com seus escravos toda sorte de maus hábitos e se acostuma insensivelmente a faltar contra todas as virtudes morais: torna-se orgulhoso, brusco, duro, colérico, voluptuoso, cruel. Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tornar escravos os negros, eis o que eu diria: tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África para utilizá-los para abrir tantas terras. O açúcar seria muito caro se não fizessemos que escravos cultivassem a planta que o produz. “(Montesquieu. O espírito das leis.) (2003, p.16)</p> <p>Na questão 53 é apresentado um mapa sobre os membros do Conselho de Segurança, e neste, aborda sobre as nove civilizações do mundo e cita dentre elas a África em uma das alternativas como um continente que não possui representante no Conselho.</p> <p>A África é mencionada em uma das alternativas na questão 56 que apresenta um mapa e informações sobre a origem do petróleo consumido no Brasil.</p>
2004	<p>As questões 20 e a 21 referem-se a este poema e fazem menção as três raças: branco, preto e índio:</p> <p style="text-align: center;"><b>Brasil</b></p> <p style="text-align: center;">O Zé Pereira chegou de caravela E perguntou pro guarani da mata virgem — Sois cristão?</p> <p style="text-align: center;">— Não. Sou bravo, sou forte, sou filho da Morte Teterê tetê Quizá Quizá Quecê! Lá longe a onça resmungava Uu! ua! uu! O negro zonzó saído da fomalha Tomou a palavra e respondeu — Sim pela graça de Deus Canhem Babá Canhem Babá Cum Cum! E fizeram o Carnaval (Oswald de Andrade)</p> <p>A questão 24 discute sobre a origem do movimento do Hip hop e cita a influência negra: “Enraizado nas camadas populares urbanas, o <i>hip-hop</i> afirmou-se no Brasil e no mundo com um discurso político a favor dos excluídos, sobretudo dos negros.” (Adaptado de Ciência e Cultura, 2004)</p>
2005	<p>Na questão 05 sobre a formação das fronteiras étnicas e políticas do continente africano é apresentado dois mapas com divisões, no qual aponta para que o estudante escolha entre as alternativas a que explique corretamente essas fronteiras.</p> <p>A questão 23 apresenta um quadro acerca da distribuição da miséria no</p>

	<p>mundo nos anos de 1987 a 1998, em que a África Subsaariana apresenta os maiores índices de miséria no mundo neste período.</p> <p>Na questão 40 é apresentado um texto discutindo sobre o petróleo e fontes energéticas alternativas como o gás natural. Na tabela, a África é apresentada como uma das fontes de energia, porém, quem se destaca como maior distribuidor de Petróleo o Oriente Médio e de Gás natural é a Ex-União Soviética.</p>
<b>2006</b>	<p>A questão 09 apresenta uma esquematização da história da terra e em seguida oferece as opções, onde a África é citada em uma das alternativas: “Quando a espécie Homo sapiens surgiu no planeta, América do Sul e África estavam fisicamente unidas.”</p> <p>Na questão 11 sobre o Povoamento da América, a África é citada em uma das alternativas: “A - comprovam que grupos de origem africana cruzaram o oceano Atlântico até o Piauí há 18 mil anos.”</p> <p>Na questão 29 é discutido o problema da poluição ambiental e exposto uma tabela dos países que estão emitindo mais CO<sub>2</sub> per capita. Assim a África é apresentada como um desses países.</p>
<b>2007</b>	<p>A questão 16 apresenta um trecho do texto de Munanga sobre a Identidade negra abordando sobre a colonização, tráfico negreiro e escravidão.</p> <p>Na questão 17 é discutida a estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822) e conseqüentemente sobre a escravidão, a partir de um texto de Paul Singers que afirma que</p> <p style="padding-left: 40px;">O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos. O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora.(2007, p.07)</p> <p>A questão 18 aborda também a escravidão ao discutir sobre as Leis no processo de abolição da escravatura no Brasil.</p>
<b>2008</b>	<p>Na questão 39 é apresentado um texto de Joaquim Nabuco sobre a abolição em seguida alternativas sobre a luta levou ao fim da escravatura.</p> <p>Questão 38 é apresentada a obra <b>Entrudo</b>, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), e abaixo as alternativas sobre sua interpretação, as quais ressaltam a presença dos escravos no cotidiano dos senhores de engenho.</p>

<sup>8</sup> Paul Singer. **Evolução da economia e vinculação internacional**. In: I. Sachs; J. Willheim; P. S. Pinheiro (Orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 80.

2009 <sup>9</sup>	<p><b>1º dia</b></p> <p>A questão 03 discute sobre uma vacina contra o HIV e a África é citada no texto como um dos lugares em que vem crescendo o número de pessoas infectadas.</p> <p>Estima-se que haja atualmente no mundo 40 milhões de pessoas infectadas pelo HIV (o vírus que causa a AIDS), sendo que as taxas de novas infecções continuam crescendo, principalmente na África, Ásia e Rússia. Nesse cenário de pandemia, uma vacina contra o HIV teria imenso impacto, pois salvaria milhões de vidas. Certamente seria um marco na história planetária e também uma esperança para as populações carentes de tratamento antiviral e de acompanhamento médico. TANURI, A.; FERREIRA JUNIOR, O. C. Vacina contra Aids: desafios e esperanças. <b>Ciência Hoje</b> (44) 26, 2009 (adaptado).</p> <p>Na questão 49 é apresentado um texto que discute as interpretações a cerca da Idade Média, e suas alternativas são exemplos mediante a idéia do texto, em que uma dessas ressalta “a luta dos negros sul-africanos contra o <i>apartheid</i> inspirada por valores dos primeiros cristãos.”</p> <p>A questão 64 apresenta um texto fazendo uma discussão a cerca da diferença no processo de formação dos Estados na Europa, na América Latina, na África e na Ásia, e na explicação sobre a África, ressalta:</p> <p>Na África, as colônias tiveram fronteiras arbitrariamente traçadas, separando etnias, idiomas e tradições, que, mais tarde, sobreviveram ao processo de descolonização, dando razão para conflitos que, muitas vezes, têm sua verdadeira origem em disputas pela exploração de recursos naturais.</p> <p><b>2º dia</b></p> <p>Na questão 91 é apresentado um texto sobre a existência no Brasil de diversas Culturas. Ressalta Arthur Ramos que distingue culturas européias e não européias e Darcy Ribeiro que fala de vários Brasis. E partindo da hipótese de Darcy Ribeiro a opção era para distinguir entre as obras apresentadas a arte brasileira de origem negro-africana.</p> <p>Na questão 120 sobre o Romance regionalista é discutida as diferentes formas de valorizações dos homens e das paisagens por determinadas regiões. Assim, uma das alternativas, ressalta a Literatura urbana brasileira que tem como expoente Machado de Assis, e que põe em relevo as raízes africanas que caracterizam o nosso povo.</p> <p>Para as questões 121 e 122 é apresentado um texto que discute sobre diversos povos que fazem parte da população brasileira, e neste, cita os africanos como um dos povos que vieram para o Brasil.</p> <p>A questão 123 apresenta um texto literário que através de metáforas descreve o sistema capitalista das sociedades ocidentais, e uma das alternativas que busca interpretar o que diz o autor são citadas as sociedades</p>
-------------------	---

<sup>9</sup> A partir do ano de 2009 a prova do Enem passou a ser dois dias e com um maior número de questões, agora 180. Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,segunda-etapa-do-enem-tem-redacao-e-90-questoes-de-linguagens-e-matematica,789104,0.htm>

	<p>africanas, porém, sem nenhuma relevância.</p> <p>Na questão 131 são apresentados dois textos que abordam o contato da língua portuguesa com outras línguas e processos de variação e de mudança decorridos desse contato, então são citadas várias nações, dentre elas a África.</p>
<b>2010</b>	<p><b>1º dia</b></p> <p>A questão 09 discute sobre o G-20, grupos de países mais industrializados e os principais emergentes que dentre eles é citada a África do Sul.</p> <p>A questão 21 discute a conquista pela liberdade dos afro-brasileiros através de um texto baseado na biografia de Luiz Gama, negro, filho de escrava e fidalgo português que através da lei e das letras lutou por sua liberdade.</p> <p>Na questão 25 discute a comemoração dos 200 anos da vinda da família real para o Brasil, e nesta, é citado entre as alternativas das conseqüências dos eventos deste acontecimento, como por exemplo, o fim do comércio de escravos no Brasil.</p> <p>A questão 26 discute sobre o artigo 402 do Código Penal Brasileiro de 1890 por ele naturalizar medidas socialmente excludentes. Entre as alternativas, estão que o texto defende o retorno do cativo e escravidão, a persistência de valores que vinculam alguns grupos ao passado escravista e o poder do regime escravista que mantinha o negro como categoria inferior.</p> <p>A questão 31 que discute sobre o contexto do Período Regencial cita no enunciado o surgimento dos barões de café e o desejo deles na manutenção da escravidão e do tráfico negro.</p> <p><b>2º dia</b></p> <p>A questão 106 aborda o Folclore e entre as alternativas de danças é citado o Congado que é uma representação de um reinado africano onde se homenageia santos através de música, cantos e danças, como também cita o batuque africano.</p> <p>Na questão 115 no texto do enunciado que discute sobre a influências de outras línguas no português do Brasil, cita-se a influência das línguas africanas.</p> <p>Na questão 129 no qual é apresentado um texto intitulado: “Negrinha” de Monteiro Lobato, discute a resistência em aceitar a liberdade dos negros.</p> <p>O primeiro texto para proposta de redação é intitulado: “<b>O que é trabalho escravo?</b> Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade” discute sobre a questão do trabalho escravo.</p>
<b>2011</b>	<p><b>1º dia</b></p> <p>Na questão 03 que discute sobre manifestações no mundo árabe é citado ao final do texto o norte da África, porém a questão não discute sobre a África.</p> <p>Questão 27 aborda sobre aspectos históricos da escravidão no Brasil no</p>

<p>século XIX através do vestuário de um casal negro.</p> <p>A questão 31 que faz referência ao açúcar e sua produção no Antigo Sistema Colonial, cita as feitorias africanas em uma das alternativas.</p> <p>A questão 32 discorre sobre a importância da implementação da Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o Ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira.</p> <p>A questão 35 discute os negros afro-descendentes no período da Independência, no momento que parte da elite colonial participavam de processo de mudança quanto a novas posturas diante das reivindicações populares.</p> <p>A questão 37 retrata a relação econômica da China com o continente africano no século XXI.</p> <p><b>2º dia</b></p> <p>A questão 97 menciona a África ao discutir sobre as guerras provenientes das diferenças raciais e sociais, a partir da música “War” de Bob Marley.</p> <p>A questão 118 discute a formação cultural da nação a partir do seu povo, então menciona o branco, o índio e o negro.</p> <p>Na questão 130 se discute sobre a Mandioca e ao discorrer sobre os lugares que é mais consumida, citam a África.</p>
---

**QUADRO 06 – Questões das Provas do ENEM**

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Ao observar o quadro esquemático acima, podemos perceber que houve mudança quanto a abordagem da questão negra na prova do Enem, embora minimamente. No ano de 2001 a África foi mencionada em apenas dois momentos, no texto de abertura que discutia sobre o desmatamento, e como uma alternativa de resposta sobre crescimento populacional. É fato que está sendo mencionada, porém, de maneira muito discreta ou superficial. A maioria das questões que mencionam a *África ou afro-brasileiros* é por está sendo citada em meio ao contexto ou por surgirem como uma das alternativas de resposta. É menor o número de questões que aborda o tema como central.

Só a partir de 2007 que percebemos um aumento quanto à abordagem da questão negra de forma mais relevante nestas provas. Durante os dez anos que abarcam a Lei 10.639/2003, não podemos deixar de destacar que houve uma sutil mudança no sentido desta discussão, como podemos ver pelo número de questões que abordam o tema entre as provas de 2001 e 2011 é diferente, visto que, em 2001 o continente africano é mencionado de forma irrelevante se comparado ao ano de 2011 em que é abordada inclusive uma questão específica sobre a Lei 10.639/2003.

São pouco discutidas as questões étnicas no Enem, é preciso que nestas provas sejam contempladas a atualidade e as influências dos povos africanos na formação do povo brasileiro, e não apenas que se volte para o passado de escravidão negra, para a situação de miséria de alguns países africanos ou para questões degradantes do continente. Se a tentativa de cumprimento da Lei continuar sendo mencionar a “África” de qualquer maneira, ela não promoverá a mudança na educação quanto ao estudo deste continente, pelo contrário poderá até perpetuar estereótipos.

### 2.3.2 O Enem e o fim das Histórias Locais

Além de avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, o Enem ainda vem desempenhando uma outra função, que é ser usado como mecanismo de acesso à Educação Superior, através de programas do Ministério da Educação como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), como também em processos de permanência, como o Financiamento Estudantil (Fies). Através do mapa do Brasil a seguir (**Figura 01**) destacamos a quantidade de Universidades Federais que usaram o Enem em 2011.



**Figura 1:** Mapa do Brasil

Fonte: <http://www.180graus.com/geral/enem-2011-sera-unica-forma-de-selecao-em-universidades->

Apesar de nem todas as Universidades Federais oferecerem e contemplarem a História local como disciplina, a adesão do Enem como uma forma de seleção para a entrada em uma Instituição Pública de Ensino Superior, apresenta-se como uma ameaça de fim dessa abordagem da História, visto que, o exame em questão acontece em âmbito nacional.

A História local e do Cotidiano é uma sugestão de Eixo temático para os conteúdos das séries iniciais do Ensino Fundamental, expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>10</sup>, porém, ao se tratar das séries finais do Ensino Fundamental<sup>11</sup> e do Médio não existe obrigação, porém, sugestão de acordo com o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 que na construção dos currículos a Base Nacional Comum deve ser complementada por uma parte diversificada pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Neste sentido, os conteúdos de História local são inseridos de forma geral e diluídos na história nacional oficial. Assim, perde-se especificidades que dizem respeito a um conhecimento que é diferenciado, identitário e importante para os contextos históricos locais. Entretanto, os Referenciais Curriculares de História elaborados para o Ensino Médio no Estado da Paraíba, bem como para o Ensino Fundamental, contemplam a História da Paraíba nas três séries, fazendo uma conexão entre o nacional e local mediante os processos de construção histórica. É válido ressaltar que o fato de existir uma educação voltada para a História local em nosso Estado tem sua origem no interesse da Universidade Federal da Paraíba, como em outras Universidades Federais, em construir, pesquisar e ensinar a História do Estado dentro dos processos históricos.

Como nosso objeto de estudo se reporta especificamente para o caso da Paraíba, desta demanda existente de estudantes e pesquisadores, percebemos que os vestibulares da UFPB e os concursos públicos efetivados pelo Estado para preenchimento de vagas nas áreas de educação contemplam a História local em seus conteúdos programáticos, tornando indispensável o conhecimento mínimo da História da Paraíba.

A História local é um caminho de possibilidades para se compreender o processo histórico nacional, visto que, é através da identidade, do convívio e do espaço de crescimento que se permite ao aluno entender uma história coletiva. Através da história do cotidiano, podem-se recuperar relações entre diversos grupos estabelecendo conexões sobre o processo histórico, como afirma Bittencourt (2004),

A História local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. (p. 168).

---

<sup>10</sup> Na nomenclatura atual – a partir de 2006: refere-se às Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

<sup>11</sup> Idem – refere-se às Séries Finais do Ensino Fundamental.

Assim, a partir do seu espaço de vivência o aluno traz para o palco da história as pessoas consideradas comuns como atuantes, as especificidades e conflitos que são frações de uma totalidade. Nessa perspectiva, ressaltamos a importância de se estudar a questão da população negra por meio da História local, visto que Cunha Jr (2005) destaca que a principal função da Lei 10.639/2003 é

fazer ponte de conhecimento entre os elementos de História e da Cultura dos afro-descendentes no âmbito local, em cada bairro, em cada município, com os dos estados e regiões, até o âmbito nacional(...). (p. 269)

Desta forma, o autor nos provoca reflexão para percebemos a ligação da História local com a História da África como ponte de conhecimento considerando que “cada parte do país tem a suas marcas localizadas de africanidades”(Cunha Jr, p.265). Neste sentido, identificar, pesquisar, escrever e divulgar a história e as contribuições dos afro-descendentes locais torna-se relevante e significativo, pois, segundo Neves (1999), “(...) História local refere-se ao conhecimento histórico, sob a perspectiva local, e pode significar: o local como objeto de conhecimento e/ou local como referência para o conhecimento.” (p.15). Enfim, local e geral estão interligados e o local torna-se importante pela multiplicidade de olhares, de perspectivas, de abordagens, que se favoreçam entre si para o entendimento da história.

#### 2.4 AS MUDANÇAS OCORRIDAS NAS DISCUSSÕES DOS FÓRUMS DE HISTÓRIA APÓS A LEI 10.639/2003

Os Fóruns são encontros internacionais, nacionais e locais que acontecem em períodos determinados<sup>12</sup>, onde estudantes, pesquisadores e profissionais se reúnem para discutir sobre História. Através dos materiais produzidos para/nos Encontros, podemos ter uma noção do percurso de pesquisas e do que vem sendo produzido sobre determinados temas. Neste sentido, se fez importante analisar as mudanças ocorridas nas discussões dos Fóruns de História quanto a implementação da Lei 10.639/2003.

Escolhemos os Encontros Nacionais da Associação dos Professores Universitários de História – ANPUH, por ser um dos maiores eventos na área de História; o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História – ENPEH e o Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História – ENPEH, por contemplarem diretamente as discussões sobre o Ensino de História. Neste sentido, faremos uma breve apresentação dos Encontros e em seguida

---

<sup>12</sup> Existem encontros que são a cada um ano e outro a cada dois anos.



discorreremos as discussões que contemplaram as questões étnicas raciais entre os anos de 2001 à 2011, disponíveis na rede mundial de computadores.

#### **2.4.1 Associação dos Professores Universitários de História – ANPUH**

Em 19 de outubro de 1961 foi fundada, na cidade de Marília, estado de São Paulo, a Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH. A entidade trazia na sua fundação a aspiração da profissionalização do ensino e da pesquisa na área de história, opondo-se de certa forma à tradição de uma historiografia não acadêmica e autodidata ainda amplamente majoritária à época.

Atuando desde seu aparecimento no ambiente profissional da graduação e da pós-graduação em História, a ANPUH foi aos poucos ampliando sua base de associados, passando a incluir professores dos Ensinos Fundamental e Médio e, mais recentemente, profissionais atuantes nos arquivos públicos e privados, e em instituições de patrimônio e memória espalhadas por todo o país. A abertura da entidade ao conjunto dos profissionais de história levou também à mudança do nome que, a partir de 1993, passou a se chamar Associação Nacional de História, preservando-se, contudo, o acrônimo que a identifica há mais de 40 anos.

A cada dois anos, a ANPUH realiza o *Simpósio Nacional de História*, o maior e mais importante evento da área de história no país e na América Latina. No intervalo entre dois simpósios nacionais, as Seções Regionais organizam seus encontros estaduais. Neste sentido, contemplamos os Simpósios Nacionais entre 2001 à 2011, ressaltando que, optamos por uma pesquisa na Internet, já que as produções desses eventos nacionais e mesmo os locais tem sido gradativamente disponibilizados em rede. Destacamos, contudo que encontramos lacunas e informações incompletas nos documentos on-line, mas entendemos que, no caso do nosso estudo, seria importante utilizar esses dados, na perspectiva de apreensão da abordagem do tema, bem como, inferindo a necessidade de continuidade da pesquisa para complementação posterior e atualização das informações. O esforço valeu no sentido de uma visibilidade panorâmica da produção acadêmica na temática do estudo ora apresentado.

No XXI Simpósio Nacional de História – 2001, ocorrido em Niterói/RJ e intitulado de: *A História no novo Milênio: entre o individual e o coletivo* – tivemos acesso ao caderno de resumos, neste destacamos a presença nas Comunicações Coordenadas de seis (06) delas contemplando a questão negra. Dos Grupos de Trabalho – GTs apresentados, dez (10) abordaram a temática.

No XXII Simpósio Nacional de História – 2003, desta feita em João Pessoa/PB, *História, acontecimento e narrativa* – o site da Anpuh só disponibiliza o caderno de trabalhos, destes, apenas três contemplam em seus títulos a questão negra.

Em Londrina/PR, o XXIII Simpósio Nacional de História – 2005, teve como tema *História – Guerra e Paz* – deste só conseguimos os Anais e destacamos quatro (04) artigos que discutem a questão étnica.

No XXIV Simpósio Nacional de História – 2007 em São Leopoldo/RS, que discutiu *História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos* – tivemos acesso aos Simpósios e aos Pôsteres. Dos Simpósios Temáticos, dois (02) contemplavam a questão negra. Entre os Pôsteres, 32 abordaram questões étnicas.

Já no XXV Simpósio Nacional de História – 2009, em Fortaleza/CE, cujo referencial foi *História e Ética*, tivemos acesso aos Simpósios temáticos, nestes, seis (06) contemplaram a questão negra. Nos Pôsteres sobre o tema de “História social da Escravidão e Grupos afro descendentes” foram inscritos 59 trabalhos sobre a temática; “História do Brasil colonial” apresentou três; “Ensino de História” destacamos nove; “História e linguagens (música, cinema, literatura. Imagens)” foram apresentados seis pôsteres.

Por fim, no XXVI Simpósio Nacional de História em 2011, na cidade de São Paulo/SP - *Anpuh 50 anos: comemorações, constatamos* entre os Simpósios temáticos que, cinco que discutiam sobre a questão negra.

Neste sentido, os Simpósios Nacionais da Anpuh ocorridos no período do nosso recorte compõem seis eventos. Os Encontros de 2001, 2003 e 2005 contemplam as relações étnicas raciais voltadas em uma considerável parte a questão da Escravidão, e dentre estes podemos destacar: cor, imagem, quilombos, alforrias, liberdade, religião, entre outros. No Encontro de 2007, notamos uma significativa diferença visto que este contempla nos Pôsteres questões além da Escravidão, tal como discussões sobre a lei 10.639. No encontro de 2009 percebemos um aumento de destaque ao abrir discussões nos Simpósios Temáticos para *História e Cultura da África e dos afro-brasileiros*, como também, possuindo em um das sessões para os Pôsteres *História Social da Escravidão e grupos afro-descendentes*, em que todos os pôsteres fazem discussão sobre África, Escravidão, entre outros.

Outro destaque diz respeito à sessão de Pôsteres *Ensino de História* em que vários pôsteres abrem discussões sobre o Ensino de História e a História da África. No último encontro do nosso recorte, no caso o de 2011, são contempladas as questões étnicas raciais em dois Simpósios Temáticos para comunicação oral em que abordam *a África, as perspectivas*

*de pesquisa histórica e do Ensino de História da África, e em três simpósios temáticos que discutem sobre a escravidão.*

Ressaltamos que os Simpósios Nacionais da Anpuh, entre em 2001 e 2011, abrigaram discussão em todos os seis encontros para a questão negra, sendo abordado com mais ênfase a questão da Escravidão nos três primeiros, surgindo nos três últimos debates mais direcionados para o Ensino de História da África e a Lei 10.639. Desta forma, percebemos que embora a lei seja de 2003, mais recentemente é que as discussões em torno desta vem sendo suscitada neste fórum.

#### **2.4.2 Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**

Ao pesquisar sobre o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História, nos deparamos com uma dificuldade com relação a encontrar os sites dos Encontros, e conseqüentemente, os trabalhos neles inscritos. Descobrimos que o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História foi projetado e implementado em 1988, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, no contexto das últimas décadas do século XX, marcado por debates, críticas, revisões curriculares, ampliação quantitativa e qualitativa das pesquisas na área do Ensino de História e das trocas de experiências entre a Universidade e as escolas de Educação Básica.

A partir de 1993, o “*Perspectivas*”, como é conhecido, passou a coexistir com o *Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História*, e assim, ambos os eventos da área de Ensino de História têm sido realizados no Brasil, em diferentes instituições, de dois em dois anos, com o objetivo de contribuir para o debate, o diálogo, as publicações e a formação permanente de professores e pesquisadores na área do Ensino de História. Partindo deste contexto destacamos alguns, dos quais tivemos acesso.

O VI Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História – 2003, em Londrina – *10 Anos: Um Balanço* – tivemos acesso aos Grupos de Trabalhos e nestes destacamos apenas um GT que abre discussões sobre o tema.

O VII Encontro Nacional Perspectiva do Ensino de História – 2007, em Natal/RN, *História: múltiplos ensinios em múltiplos espaços* – tivemos acesso aos Anais, destes destacamos dez trabalhos que contemplam nossas discussões.

No VII Encontro Nacional de Pesquisadores no Ensino de História (ENPEH) – 2008, em São Paulo/SP, com temática *A pesquisa em Ensino de História: Metodologias e*

*Perspectivas* – entre os 12 GTs não localizamos nenhum que ressaltasse o tema, porém pode ter sido discutido dentro dos Grupos.

No VII Encontro Nacional *Perspectivas do Ensino de História* – 2009, em Uberlândia/MG – *Ensino de História, Cidadania e Consciência História*, apresentou entre os Grupos Temáticos um que abordava diretamente a História e Cultura africana.

No IX ENPEH – Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História – 2011, em Florianópolis/SC – *América Latina em Perspectiva: culturas, memórias e saberes*, tivemos acesso aos Grupos de Trabalhos, destes, cinco abordaram a questão étnica.

No total foram cinco Encontros, destes, três do *Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História* e dois do *Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História*. Em todos não podemos deixar de destacar que tem em sua essência a pesquisa e o estudo das práticas de ensino e da cultura escolar.

Sobre o nosso objeto em questão, em 2003 um Grupo de Trabalho teoricamente o contempla ao trabalhar com “*Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade étnicas, identidade nacional e gênero*”. Em 2007, não tivemos acesso aos GT’s, apenas aos artigos, neste sentido, destacamos dez trabalhos que contemplam a questão negra. Em 2008, tivemos acesso aos GT’s, eles se referem à questão da cultura escolar, mas, não destacam as questões étnicas. Em 2009 é contemplado em um dos GT’s “*História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena*”. E por fim, em 2011, é apresentado em cinco GT’s trabalhos sobre questões étnicas.

Em nenhum momento, queremos afirmar que não foram discutidas essas questões, nem todos os encontros abrem Grupos de Trabalho (GT), que abordem literalmente essa discussão, porém, ressaltamos que dos cinco encontros pesquisados, apenas “um” não contempla em seus GT’s linhas sobre as questões étnicas raciais. Os quatro abrem discussões que abrangem de alguma forma questões sobre Ensino, História e África. Assim, nos documentos pesquisados podemos destacar um aumento na abordagem da história afro-brasileira, o que de certa forma caracteriza uma preocupação eminente. Nestes fóruns, se reúnem os profissionais e os estudantes de História de todo o país, o que é relevante e torna-se um lócus privilegiado de discussão sobre os mais variados aspectos da ciência histórica e do ensino de história.

### 3 HISTÓRIA DA ÁFRICA: CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR E CULTURA HISTÓRICA ESCOLAR

Que tipo de idéia podemos formar de uma época, escreveu certa vez Huizinga, se não vemos pessoa alguma nela? Se só pudermos fazer relatos generalizados, vamos apresentar apenas um deserto a que chamamos de história. (BURKE, 2008, p.19)

A História da África nos Livros Didáticos quando não foi citada minimamente como anexo de alguma História, ela foi um deserto, sem grandes homens e sem uma narrativa digna de ser contada. Escrever sobre essa história, pesquisar em Livros Didáticos e escolher a História da Paraíba para o Ensino Médio, se apresentou como uma perspectiva que precisava ser revisitada. Primeiro pela possibilidade de diminuir as lacunas existentes sobre a população negra na História; segundo por ter como fonte de pesquisa Livros Didáticos de História na Paraíba; e terceiro por constituir uma pesquisa no seio da Cultura Escolar da qual minimamente encontramos em outras leituras.

Adotamos a História Cultural para nos embasar uma vez que esta abre possibilidades para variados estudos, tais como: cultura popular, cultura letrada, representações, práticas discursivas, sistemas educativos, entre outros. Segundo Burke (2008), a história cultural não é uma descoberta, já vinha sendo praticada na Alemanha há mais de 200 anos. “Antes disso havia histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química e assim por diante. A partir de 1780, encontramos histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações.” (p.15).

Entre os historiadores do século XIX preocupados em escrever história nacional e capturar o espírito do povo, segundo Pesavento (2005), estava Jules Michelet, historiador que buscava identificar agentes sem rostos, resgatar sentimentos e sensibilidades, uma postura nova para trabalhar com a História. Podemos perceber que este campo não é novo, porém possibilita trazer para os palcos das discussões sujeitos que durante muito tempo permaneceram silenciados. Neste sentido, contemplamos a categoria principal da História Cultural, a representação.

Como a população negra é representada nos Livros Didáticos de História da Paraíba, considerando que a representação é apresentação do que está em realidade ausente, ou seja, a construção da imagem do que foi real, por possuir semelhanças com o quê representa? Esta foi nossa indagação, visto que:

As representações são também portadores do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizam no insciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. (Pesavento (2005, p. 41).

A representação é a apresentação de algo/alguém ausente, porém ela possui um poder que vai além do que está exposto, carrega sentidos que pode se internalizar como natural e dispensar reflexão, tal como podemos perceber com a imagem da população negra que uma vez “escravizada” se enraizou no imaginário coletivo de uma maneira que até os dias atuais ainda permanecem em um tipo de “cativeiro”, dando sentido a um status preconceituoso de inferior.

Segundo Bittencourt (2004), os povos sem escritas como algumas populações africanas eram anuladas, porém com advento da História Cultural foram incorporadas a historiografia, o que obrigou os historiadores a recorrerem a outros novos métodos como memória oral, lendas, mitos, objetos materiais, construções, entre outros. Neste sentido, faremos uma discussão de como a África está sendo representada na Cultura escolar como conhecimento histórico.

### 3.1 HISTÓRIA DA ÁFRICA NA SALA DE AULA

A África tem uma história.  
(KI-ZERBO, 2010, p.32)

Essa frase de Ki-Zerbo na Introdução Geral da Coleção “História Geral da África”, se apresenta como uma chamada de consciência para um continente que teve durante décadas sua história silenciada. O fato de afirmar que existe uma história africana emerge como uma novidade se considerarmos que uma das problemáticas do Ensino de História da África está no desconhecimento e/ou na existência de uma construção errônea de que o continente é composto de selva, fome e problemas sociais. Segundo Ki-Zerbo (2010) é preciso conhecer e reescrever a história da África porque ela foi mutilada ao longo do tempo, como afirma

Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o passado. (p. 32).

A imagem distorcida passou a representar o continente de forma que se anula a possibilidade do conhecimento devido a uma associação imediata, a uma representação. Todavia, essa representação da África é uma construção que se coloca no lugar da realidade camuflando de tal forma que nada se vê além. Segundo Pesavento (2005), o poder da representação pode ser internalizado no inconsciente coletivo, podendo dizer mais do que anunciam, carregando sentidos ocultos que se apresentam como naturais, sem uma necessidade de reflexão.

Na sala de aula, a situação não é muito diferente da sociedade, a África ainda é um continente desconhecido e carregado de representações distorcidas. Não queremos afirmar que o mesmo não possua seus problemas sociais, pobreza, desigualdade e miséria. Claro que possui, é fato. Entretanto, não podemos permitir que uma imagem negativa represente um continente inteiro, exclua tudo que há de interessante, de rico e de conhecimento nos seus países. Partindo deste contexto, cremos que o primeiro passo para esse ensino é o processo de desconstrução da representação distorcida e em seguida uma apresentação do continente. A Constituição de 1988 já previa a necessidade de considerar no Ensino de História as diversas etnias, como estabelece no artigo 242:

§ 1º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. (Constituição, 1988, p. 92)

De acordo com esta determinação da Constituição, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, Art. 26, prevê que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (LDB, 1996, p.12)

Desta maneira, podemos perceber que embora exista esse desconhecimento por parte da sociedade, desde 1988 a Constituição Nacional contempla para o Ensino de História as contribuições étnicas culturais. Em 2003 presenciamos um passo firme quanto a esta caminhada através da implementação da Lei 10.639 que torna obrigatório a História da África no Ensino Básico. A legislação impôs as contribuições afro-descendentes e as diversidades locais, no ensino, uma vez que a escola é responsável pela preservação da cultura e a construção do saber.

Entretanto, apesar de considerarmos um avanço bastante relevante, a Lei 10.639/2003 ainda caminha a passos lentos quanto a sua efetivação. Três dos principais problemas tem

ligação direta com o desconhecimento, são: os professores que não passaram por essa disciplina na sua formação ou não tem formação continuada que possa suprir essa lacuna; a pouca disponibilidade de material didático sobre o assunto; e por último a questão das construções ideológicas que residem não só nas concepções dos discentes, porém, na própria sociedade.

Muitas das justificativas para a não efetivação da Lei, de forma prática em nove anos, está relacionada à falta de material didático, no entanto, consideramos que além e mais forte que a ausência de recurso, é o desconhecimento por parte do professor, que dependendo de sua sensibilidade poderia instigar a reflexão dos seus alunos com perguntas simples, tal como: *Qual a importância do Egito para a humanidade e onde ele se localiza geograficamente?* Sabemos que o Egito foi uma das primeiras civilizações de organização burocrática, rica em conhecimento, tradições, histórica, e o mais importante, é africano. Neste sentido, o Egito seria a porta de entrada para um continente novo, desconhecido. Um continente repleto de conhecimento, povos, dialetos, culturas diferentes, prestes a serem conhecidas. É preciso resgatar contribuições, através de lugares, personalidades, escritores e artistas que possam comprovar o quanto de rico em conhecimento e beleza também é a África.

### 3.2 A RELAÇÃO ENTRE O CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR E A CULTURA HISTÓRICA ESCOLAR

Discutir sobre esta relação requer primeiro que nos voltemos aos princípios básicos, aos conceitos do que vem a ser *Conhecimento* e *Cultura*. De acordo com Referenciais Curriculares de História do Estado da Paraíba para o Ensino Fundamental (2010), Conhecimento é

Ação de construir/adquirir o saber. Dá-se através da prática do estudo e da pesquisa, mediando os significados do saber no mundo atual e os contextos nos quais foram produzidos. O conteúdo do saber é, principalmente, o resultado do processo de construção de conhecimento e não apenas da apropriação de saberes prontos e acumulados. (2010, p. 66)

Neste sentido percebemos que o conhecimento não é apenas uma transmissão de saberes prontos, mas, um processo de construção a partir de estudo e pesquisa, dentro de um contexto determinado. A *Cultura*, por sua vez, de acordo com o mesmo documento é



Tudo aquilo que é produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até idéias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente; (...) conjunto de atividades, instituições, padrões de comportamento, conhecimentos, crenças, costumes, tradições, valores morais, espirituais e intelectuais produzidos por grupo social/sociedade. (2010, p.323)

Tomando como base esses conceitos percebemos que a relação entre Conhecimento e Cultura é intrínseca, uma vez que a construção dos saberes e as atividades/vivências produzidas pela humanidade estão interligadas, visto que não pode existir cultura e nem conhecimento sem a ação humana.

Quanto ao Conhecimento Histórico concordamos com Bittencourt (2004), quando a mesma afirma que este

(...) não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e aos sujeitos que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos, é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos tornando-os inelutáveis. (p. 183)

Desta maneira, o conhecimento histórico é construído mediante o tempo, espaço e a ação humana. E para que se possa entender e explicar acontecimentos e fatos históricos é necessária contextualização, procedimentos e métodos. Quanto ao Conhecimento histórico escolar, Fernandes (2007) nos revela que as últimas três décadas do século XX aconteceram muitas transformações no Ensino de História e na produção sobre este conhecimento histórico.

Se pararmos para analisar, a história enquanto disciplina escolar é diretamente vinculada às mudanças políticas no país, tal como exemplo, o período da ditadura militar em que foi substituída por Estudos Sociais, só voltando como disciplina com as modificações no currículo nos anos de 1980. Neste sentido, discutir sobre conhecimento histórico no meio escolar requer considerar o contexto social e político da educação brasileira, a experiência e vivência do aluno e a ação mediadora do professor, uma vez que ainda segundo Fernandes (2007), a natureza peculiar do conhecimento histórico exige que o ensino da disciplina tenha por princípios a valorização do conhecimento prévio dos alunos e uma abordagem que objetive a construção da consciência histórica. (p.19)

A expressão “saber histórico escolar” e “conhecimento histórico escolar” passou a ser alvo de muitas discussões no âmbito do Ensino de História desde a década de 1980 e acredita-se que teve impulso a partir dos resultados de pesquisas sobre a “História das disciplinas

escolares” de André Chervel. Segundo Cardoso (2007) através desta pesquisa, Chervel concluiu que novos saberes são criados permanentemente no cotidiano escolar, não sendo este saber apenas o resultado da simplificação do conhecimento acadêmico, mas saberes criados “*pela escola, na escola e para escola*” (p. 210). Não podemos, desta maneira, definir ao certo, diante da sua complexidade, o que vem a ser “conhecimento histórico escolar”, uma vez que esse tem vários de sentidos.

O conhecimento dos alunos pode partir de conceitos elaborados mediante sua experiência de vida, entretanto, precisam ser contextualizados junto a conceitos históricos e colocados em questão na sala de aula. Segundo Abud (2005),

(...) é nas escolas que se estuda a história e onde se cruzam de modo comprometido o conhecimento científico e o conhecimento escolar, por que o ambiente escolar é privilegiado para que os alunos aprendam maneiras de pensar sobre o passado que deverão ajudá-los a se orientar no tempo, relacionando o passado, o presente e o futuro com suas vivências como seres temporais. (p.28)

Desta forma, o conhecimento histórico escolar se fundamenta a partir de uma interação entre o saber acadêmico, a cultura escolar e as experiências de vida de alunos e professores. No entanto, sendo a escola um lugar de produção de conhecimento, as disciplinas escolares devem ser consideradas parte integrante desta construção.

Segundo Bittencourt (2004), a história escolar integra as disciplinas que foram sendo constituídas como saberes fundamentais no processo de escolarização e passou por mudanças significativas quanto a métodos, conteúdos e finalidades, fazendo parte do cotidiano escolar de alunos e professores nas últimas décadas. A História como disciplina, faz parte do sistema educacional e mantém especificidades no processo de constituição de saberes. Esse conhecimento escolar corresponde então, a interação também de agentes sociais, como: inspetores, autores de Livros Didáticos, técnicos educacionais e familiares, que garantem a escola o fluxo e adaptações dos saberes das ciências produzidas na academia. Assim, destacamos também a importância do professor como mediador da construção deste saber, uma vez que é ele (...) quem transforma o saber a ser ensinado em um saber apreendido, ação fundamental no processo de produção de conhecimento. (Bittencourt, 2004, p 50). Todavia, esse conhecimento histórico em discussão, da interação entre vivência do aluno, mediação dos professores quanto aos conteúdos e ação de agente sociais é constituído em um ambiente muito específico, na Escola.

O ambiente escolar vem despertando o interesse de pesquisadores quanto a gama de possibilidades de pesquisa que dispõe, se tornando um dos objetos de estudos freqüente para

enfoques de análise, principalmente por possuir uma cultura própria. Apesar dos primeiros trabalhos datarem de 1980 a idéia de cultura escolar se fortaleceu em 1990 apresentando diferentes tendências. Segundo Silva (2006), a escola como instituição compõe uma cultura própria e os principais elementos desta cultura são: os atores (família, professores, gestores e alunos), os discursos (modos de conversação e comunicação), as instituições (organização escolar e sistema de ensino), e as práticas (pauta de comportamento). Entretanto, a definição precisa do que vem a ser a Cultura escolar ainda é muito complexa, e Silva (2006) ressalta algumas definições,

A cultura perpassa toda as ações do cotidiano escolar, seja na influência sobre os seus ritos ou sobre a sua linguagem, seja na determinação das suas formas de organização e de gestão, seja na constituição dos sistemas curriculares. (...) Viñao Frago concebe a cultura escolar como aquele conjunto de práticas, normas, idéias e procedimentos que se expressam em modos de fazer e pensar o cotidiano escolar. (...) Os discursos, as formas de comunicação e as linguagens presentes no cotidiano escolar, constituem um aspecto fundamental de sua cultura. (p.204)

Neste sentido, podemos perceber que apesar da várias opiniões a cerca da Cultura escolar, ela pode ser entendida como um composto de atividades humanas no espaço de uma escola, voltadas para o processo educacional e comprometidas com a formação de um cidadão crítico, na intenção de prepará-lo para a vida socialmente. Partindo desta finalidade, dos agentes sociais que compõem a cultura escolar podemos citar: a gestão educacional democrática, na qual o corpo escolar participa, desde o porteiro, direção, professores até a comunidade; o ser social, o aluno, com sua experiência de vida e os professores mediadores do conhecimento. Podemos destacar também como integrantes, os métodos, as práticas, os materiais didáticos, entre outros que fazem parte do espaço complexo que articula cultura e escola.

Para Julia(2001) no artigo *A Cultura escolar como objeto histórico*, a definição de cultura escolar é

(...) um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenados a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (p.10)

Ou seja, a cultura escolar também pode ser entendida como um conjunto de ações dentro de um contexto escolar, voltadas para o conhecimento mediado por um professor e organizada de forma institucional.

Pesquisar sobre a cultura histórica escolar nos remete a fontes do tipo: projetos pedagógicos, diários de classe, normas, cadernos, ditados, cadernetas de notas, exercícios, exames, manuais didáticos, práticas, métodos, entre outros. Uma vez que se pode buscar analisar as finalidades da escola, os conteúdos ou as práticas escolares, tal como também, avaliar o professor. É dentro deste contexto que inserimos nossa pesquisa, ao analisar como a História da África vem sendo discutida nos Livros Didáticos de História da Paraíba.

### 3.3 A HISTÓRIA DA ÁFRICA COMO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA PERSPECTIVA DA CULTURA HISTÓRICA ESCOLAR

Partindo do pressuposto de que o conhecimento é a ação de construir ou adquirir saber por meio de estudo/pesquisa, sendo este um processo de construção e não apenas apropriação de saberes prontos e acumulados, podemos ressaltar que a História da África ainda precisar ser um conhecimento histórico na perspectiva da Cultura história escolar de maneira efetiva.

Em atividade de docência durante o Estágio Supervisionado VI da graduação<sup>13</sup>, uma experiência em sala de aula pode nos oferecer uma idéia de como é tratado o continente africano no Ensino de História. A experiência foi feita em duas turmas de séries finais do Ensino Fundamental e adquirido o mesmo resultado: o desconhecimento. No propósito de estimular os alunos a querer conhecer o continente foi feita a divisão em dois grupos, um chamado de “Representação” e o outro de “Conceito”. Ao grupo de representação foi entregue imagens da África, do Cairo, de universidades, de feiras, entre outras e pedido que anotassem que lugares eram aqueles. Ao grupo de conceito pedimos que conceituassem a África. O resultado foi uma expressão de surpresa. O Grupo *representação* em nenhuma imagem, nem mesmo a do Egito, mencionou a possibilidade de ser África, e o grupo *conceito* caracterizou o continente como um lugar de fome, mortes, doenças e pobreza. Ao perceberem que a África é muito mais do que seus conceitos através das imagens, foi despertado neles o desejo de conhecer o continente.

A partir desta experiência, pudemos perceber como exemplo, o primeiro passo que deve ser dado na construção de conhecimento histórico sobre a África, ou seja, desconstruir. A escola é um espaço que precisa ser marcado por relações igualitárias, na qual contribuições de vários povos possam ser conhecidas sem supremacias, sem que um povo sobreponha à importância do outro. Não há como despertar o interesse de um aluno que já carrega uma

---

<sup>13</sup> Estágio obrigatório como requisito da disciplina Estágio Supervisionado VI: Prática Docente em História, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira, em duas turmas do 8º ano do Ensino Fundamental em que foram observadas três aulas e ministradas 20.

imagem distorcida da África simplesmente mencionando o tema do conteúdo. Para que essa história não percorra um caminho de transmissão de saber, é preciso que ocorram mudanças. Não sugerimos que o professor inicie a aula mencionando as riquezas do continente, pelo contrário, que ele inicie justamente por essa imagem negativa, por essa desconstrução.

Segundo Gonçalves (2009), sendo a escola a instituição que reproduz as culturas de classe, ela também reproduz as ideologias e as culturas dominantes. Desse modo, as culturas dos grupos dominados não se encontram representadas na escola. (p. 94). Neste sentido, quanto aos negros afro-brasileiros, podemos perceber que na escola também pode ser reproduzido conhecimentos advindos do mito da democracia racial, que a sociedade viveu durante várias décadas, crendo que as etnias viviam harmoniosamente, sem conflitos. Esse conceito foi defendido por intelectuais como o sociólogo Gilberto Freyre, que acabou por encobrir preconceitos existentes no Brasil. Assim, ainda nos dias atuais os negros são retratados minimamente ou de forma distorcida no contexto escolar.

Que tipo de conhecimento histórico escolar pode ser construído, se a imagem representada é distorcida? Se os alunos não são questionados? Se não há uma prática de reflexão sobre o porquê dessas lacunas? São muitas questões que se colocam mediante a dificuldade de se reconhecer a construção efetiva do conhecimento histórico sobre a África, uma vez que os grupos étnicos raciais ainda lutam para ter um espaço igual e concreto nos diversos setores da sociedade.

Atualmente, com a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, podemos constatar modificações, tais como a produção de materiais didático-pedagógicos que podem servir de subsídio para o professor ministrar sua aula. Porém, diante de uma situação de falta de um material ou de um material inadequado, cabe a sensibilidade do mediador (daí a necessidade de uma formação continuada sobre o conteúdo), para que este possa desconstruir as ideologias preconceituosas e provocar reflexão sobre a presença africana na formação do nosso povo, a partir daí podemos refletir sobre um conhecimento histórico da África na perspectiva da Cultura escolar.

## 4 A HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS MANUAIS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO NA PARAÍBA: UM PANORAMA DA PRODUÇÃO DIDÁTICA

Pesquisar como a História da África vem sendo escrita dentro do contexto dos manuais didáticos de História da Paraíba, nos remete primeiro a buscar refletir o que é o Livro Didático e qual sua importância como um dos objetos da Cultura Escolar e como fonte/documento para esta pesquisa.

### 4.1 O LIVRO DIDÁTICO COMO ARTEFATO PARA PESQUISA SOBRE ENSINO DE HISTÓRIA

Antes de qualquer colocação duas perguntas nos inquieta: *O que é um Livro Didático? E o que torna um livro, didático?* São questões que nos acompanham durante todo o processo da nossa pesquisa, por se constituir em um objeto complexo para uma simples definição. Segundo Bittencourt (2004) este artefato caracteriza-se pela interferência de vários sujeitos que participam desde sua produção, circulação até o consumo. Pode assumir *diferentes funções* de acordo com as condições do lugar e do momento que é produzido, como também utilizado em diferentes escolas e situações. Caracteriza-se como *mercadoria*, visto que está intimamente ligado ao mundo editorial. É um *suporte de conhecimentos escolares* proposta pelos currículos educacionais. É um suporte de *métodos pedagógicos* ao conter além dos conteúdos, exercícios, atividades e sugestões; como também *veículo de um sistema de valores de ideologia* de uma cultura determinada, de uma época e uma sociedade. Neste sentido, o Manual didático é um material produzido para o ambiente escolar, e dentro deste, pode exercer inúmeras funções de acordo com seu uso.

Freitas (2009) começa seu artigo *Livro Didático de História: definições, representações e prescrição de uso*, buscando conceituar o que é Livro Didático através da definição de livro “como conjunto de folhas impressas e unidas em volume encadernado ou brochado” e didático como o “que é próprio ou relativo ao ensino, à instrução; que tem por fim instruir” (p.01). Entretanto, o autor percebe que este artefato vai mais além do que um conjunto de folhas impressas unidas em volume e direcionadas ao ensino. A partir de então, ressalta a função do papel como suporte característico do Manual didático, visto que é um material impresso, diferente do texto eletrônico por ser escrito de forma linear, composto por autores e editores, ter unidade temática, ser finito e mediado por sumários e índices. O papel apresenta-se neste contexto como uma característica fundamental porque o torna portátil e

manuseável, independentes de maiores recursos tecnológicos, visto que precisa apenas de um leitor e de luz para que este leia. Assim, Freitas (2009), define Livro Didático como:

(...) um artefato impresso em papel que veicula imagens e textos em formato linear e seqüencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominante alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a disciplina escolar. (p.02.)

Ou seja, diferente de qualquer outro livro, este é planejado e organizado em função didática. Bittencourt (2004) discute sobre a questão dos materiais didáticos através dos pesquisadores do Ensino de História e Geografia do Institut National de Recherche Pedagogique (INRP) da França que indicaram diferenças entre os “*suportes informativos*” e os “*documentos*”, pois, os suportes informativos tem intenção de comunicar elementos do saber das disciplinas escolares, como exemplo o Livro Didático, que pertence ao setor da indústria cultural e são produzidos para a escola, tem linguagem própria, obedecem aos critérios de idade como vocabulário, extensão e formatação de acordo com o sistema pedagógico. Os documentos são produzidos sem intenção didática, tais como: contos, filmes, músicas, pintura, artigos, leis, cartas e romances, ou seja, uma série de materiais que por intermédio do professor e de seus métodos pode se transformar em material didático, no entanto, não foi criado com este fim. Todavia, o Livro Didático é um suporte informativo direcionado para um determinado público e função, diferente de qualquer outro livro.

Neste sentido, consideramos o Livro Didático como um material planejado, organizado e fabricado pelo homem, que nasce dentro do contexto editorial como uma mercadoria de papel impresso, porém, diferenciado por conter conteúdos e imagens sobre determinada disciplina/conhecimento direcionado para o uso do professor e do aluno dentro do cotidiano escolar, se tornando, desta maneira, uma importante fonte de pesquisa, tendo vista sua atuação na escola como afirma Gatti Júnior (2004)

(...) estes objetos da cultura escolar – os Livros Didáticos – são o resultado e, conseqüentemente, uma amostra dos processos culturais vivenciados na escola, lugar onde se entrecruzam aspectos da História da Cultura e da História da Pedagogia. (2004, p. 19)

Desta forma, adotando o Manual didático como artefato de pesquisa percebemos que apesar de estar no cotidiano escolar há pelos menos dois séculos, no Brasil, só na década de 1990, Circe Bittencourt conseguiu implantar a Biblioteca do Livro Didático na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), que se tornou um passo importante para os

pesquisadores que se dedicam a temática, visto que para realizar pesquisas, muitos estudiosos, tiveram ou tem como é nosso caso, de produzir seu próprio acervo.

O Livro didático despertado muito interesse e vem sendo investigado sob diferentes ângulos. Segundo Bittencourt (2004), tem sido estudado a perspectiva ideológica acrescidas a outros aspectos referentes ao conteúdo como defasagem, clivagem, ausência ou estereótipos de grupos étnicos ou minoritários da sociedade brasileira, uma vez que a partir da segunda metade do século passado divulgavam-se estudos críticos sobre os conteúdos escolares, nos quais eram visíveis preconceitos e visões estereotipadas de grupos ou populações. Desta forma, consideramos não só importante a análise dos Livros Didáticos, como fundamental para educação brasileira, visto que, o material produzido para ensino, dependendo de como é construído em sala de aula o conhecimento, ele pode acrescentar na construção de uma perspectiva histórica, ou pode simplesmente cristalizar preconceitos já enraizados.

Partindo deste contexto ressaltamos que a análise do material didático pode contemplar de início a observação da capa, os indícios que ela deixa, suas cores, ilustrações, títulos, informações da proposta, entre outros. Pode-se analisar a organização dos conteúdos, como foi estruturado e qual foi o elemento condutor da obra<sup>14</sup>, tal como podemos citar: **Temporal** - os conteúdos históricos são organizados em capítulos em ordem cronológica, em que a apresentação destes é através da ordem seqüencial dos acontecimentos no tempo; **Espacial** - a partir da criança, família, escola, bairro, município/cidade, campo/cidade, estado, país, ou seja, neste a abrangência espacial tem a função de organizar as partes do livro; **Temática** - mediante Eixos temáticos como Trabalho, Cultura, Diversidade, entre outros; ou de forma **Especial** - que se organiza por meio de uma história ficcional ou que, ao longo do texto, vão sendo trabalhados os conteúdos históricos.

Pode-se analisar a estrutura física como a qualidade do papel, a quantidade de páginas, a formatação dos textos, se estão considerando o tamanho dos títulos, subtítulos, o tamanho do texto, as ilustrações se estão vinculadas ao conteúdo e com referências, o uso dos boxes e a utilização dos conceitos. Pode-se analisar a bibliografia de documentos e obras para constituir a percepção predominante e atualização do autor; analisar o conteúdo em si, se este contempla as disciplinas e se estão contribuindo com a construção de conhecimento, escritos de maneira que provoque reflexão nos alunos ou impondo o assunto sem que haja abertura para crítica, ou seja, o Livro Didático como objeto da cultura escolar, abre um leque de

---

<sup>14</sup> Baseado no Guia dos Livros didáticos – PNLD 2010- disponível em: [ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/livro\\_didatico/guia\\_pnld\\_2010/historia.pdf](ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/livro_didatico/guia_pnld_2010/historia.pdf)



possibilidades de estudo e pesquisa, como também, um espaço para descobertas sobre a funcionalidade da Educação brasileira.

Os Livros Didáticos adotados nas escolas passam por uma análise dos Programas do Governo Federal que são: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>15</sup>, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), executados através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As escolas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, para participar firmam um termo de adesão específico a ser disponibilizado pelo Fundo e a definição de quantidade de exemplares é de acordo com o Censo Escolar anual realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Estes Programas de Livros Didáticos são mantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com recursos financeiros do Orçamento Geral da União, porém com a maior parte da arrecadação do Salário Educação. O processo de análise dos livros começa com a inscrição da editora através das regras publicadas no Diário Oficial da União, em seguida passa por uma Triagem, na qual são avaliados pelo INEP e depois pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), e em seguida o FNDE disponibiliza o Guia do Livro no site e envia o mesmo impresso para as escolas cadastradas no Censo. A partir daí começa o processo para a aquisição do material para escola. Embora o Livro Didático de História da Paraíba seja avaliado apenas nas séries iniciais, visto que nos Parâmetros Curriculares Nacionais não existe a exigência de História Local nos outros níveis e modalidades de ensino, nós utilizamos o Guia do Livro Didático 2010 para orientações de características sobre o Manual didático.

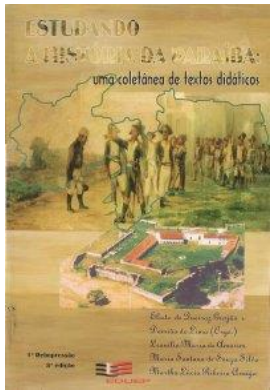
Desta forma, visto a importância do Manual didático na cultura escolar e como fonte de pesquisa, faremos em seguida uma apreciação dos Livros Didáticos de História da Paraíba para o Ensino Médio, publicados entre os anos de 2001 a 2011, na intenção de observar como vem sendo retratada a História da África, tendo em vista, a implementação da Lei 10.639/2003.

---

<sup>15</sup> O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é voltado à distribuição de obras didáticas para estudantes da rede pública de ensino brasileira. Teve início com outra denominação, em 1929, porém o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. O PNLD é voltado à educação básica brasileira, com exceção os alunos da educação infantil. Fonte do Histórico e funcionamento do PNLD disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico>

#### 4.2 PASSEIO NO TEMPO ATRAVÉS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA PARAÍBA – GUIA DE FONTES

O processo de elaboração deste trabalho contou com a criação de um acervo de pesquisa. Iniciamos por meio das plataformas digitais disponíveis a visitação, em seguida em sebos culturais, em bibliotecas, em livrarias, com autores, com amigos e professores. Conseguimos montar um acervo de dez (10) Livros Didáticos de História da Paraíba para o Ensino Médio, publicados no período de 2001 a 2011 que são nossa fonte de pesquisa, os quais, apresentamos.

2001		
IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO		
	<b>TÍTULO</b>	ESTUDANDO A HISTÓRIA DA PARAÍBA: uma coletânea de textos didáticos
	<b>AUTORIA</b>	Eliete de Queiroz Gurjão e Damião de Lima (Org.) Leonília Maria de Amorim; Maria Santana de Souza Silva; Martha Lúcia Ribeiro Araújo.
	<b>EDIÇÃO</b>	2ª Edição
	<b>EDITORA</b>	EDUEP – Editora da Universidade Estadual da Paraíba
	<b>VOLUME</b>	01
	<b>ANO</b>	2001
	<b>LOCAL</b>	Campina Grande
	<b>PÁGINAS</b>	168
	<b>NÍVEL</b>	Ensino Médio
	<b>TEMÁTICA</b>	História da Paraíba
AUTORES – PERFIL		
<p><b>Damião de Lima</b> - Possui Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1989), Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (1996) e Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2004). Atuou por 12 anos na Universidade Estadual da Paraíba e Atualmente é Professor Adjunto III da Universidade Federal da Paraíba. Atua na área de Ensino de História, História Contemporânea e História do Brasil Republicano. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em História do Século XX, Coordenador do Projeto de Ensino e Pesquisa intitulado: A Inserção do Brasil Rural na História Republicana Brasileira. Coordenador do Projeto PROLICEN intitulado: A Presença do Brasil Rural no Ensino de História, Coordenador do Projeto REUNI intitulado: Projeto de Assistência ao Ensino para a área de História do Brasil e Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB. Fonte dessas informações: do próprio Livro.</p>		
<p><b>Eliete de Queiroz Gurjão</b> - Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora aposentada do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é Professora Visitante do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Fonte dessas informações: do próprio Livro.</p>		
<p><b>Leonília Maria de Amorim</b> - Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora aposentada do</p>		

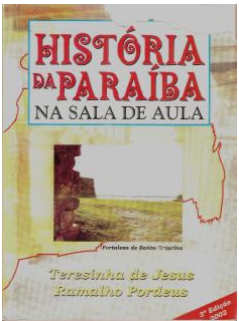
<p>Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é Professora Visitante do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Fonte dessas informações: do próprio Livro.</p>	
<p><b>Martha Lúcia Ribeiro Araújo</b> -Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora aposentada do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é Professora Visitante do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Fonte dessas informações: do próprio Livro.</p>	
<p><b>Maria Santana de Souza Silva</b> - Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta da Universidade Estadual da Paraíba. Fonte dessas informações: do próprio Livro.</p>	
<b>RECURSOS</b>	
<p>Não apresenta ilustrações, mapas, gráficos, boxes. Apresenta no decorrer do livro apenas duas tabelas.</p>	
<b>CAPÍTULOS</b>	
1	Europeus buscam novas terras e mercados.
2	O encontro de “Dois Mundos”: da pré-história à chegada dos europeus.
3	Resistência indígena e dominação do litoral.
4	Resistência indígena e dominação dos sertões.
5	De donos de terra a trabalhadores cativos: a mão-de-obra indígena.
6	“O trabalho é coisa de negro”: a escravidão.
7	A “Bagaceira” na empresa açucareira.
8	A guerra na terra do açúcar: o domínio holandês.
9	O homem seguiu o boi pelos sertões: a pecuária.
10	Rebeldia no Nordeste em 1817: a República de todas as classes.
11	Homens pobres e “livres” revelam-se: movimentos sociais no século XIX.
12	Um panorama da Província da Parahyba.
13	A República dos “Coronéis”.
14	Perrepistas e liberais disputam o poder em 1930.
15	A Paraíba renovada!?
16	O retorno da Democracia!? (1945-1964).
17	Os camponeses se rebelam e lutam pela Reforma Agrária.
18	Tempos de crise e decadência na economia paraibana (1945-1964).
19	A resistência dos homens pobres: sem sonhos e sem terra.
20	Tempos de desenvolvimento e crise na economia campinense.
21	Movimentos sociais urbanos.
22	Lampejos da cultura paraibana.
23	A Paraíba no novo milênio.
<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O LIVRO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capa simples em um tom neutro, com imagens e o mapa da Paraíba, contendo em destaque Título e logo abaixo o nome dos autores;</li> <li>• Apresenta o sumário organizado com títulos e autores, embora use uma fonte diferente do padrão no título não permitindo uma boa leitura;</li> <li>• No corpo do texto o capítulo é destacado em negrito e abaixo o nome do autor;</li> <li>• Todas as páginas são numeradas e possuem o título do livro;</li> <li>• Ao final de cada texto é apresentado um exercício em que são solicitados que o leitor</li> </ul>	

interprete o que aprendeu;

- Sobre o conteúdo observamos que traz uma reflexão global para o Estado na proposta de conduzir o aluno a pensar do seu local como tudo estava acontecendo no mundo, ou seja, situa o aluno para que ele possa entender a macro pela micro-história;
- Os capítulos foram separados de forma interessante, apesar de aparentemente ser temático ele corresponde a uma linha cronológica desde a descoberta do Brasil até o segundo milênio;
- Apresenta ênfase econômica e política, apesar de fazer discussões como as Ligas Camponesas e Movimentos sociais;
- Apesar de direcionado para o Ensino Médio e vestibulandos, de apresentar uma escrita mais didática, o mesmo apresenta-se com estrutura que foge as características do Manual didático, em que não apresenta mapas, imagens, gráficos, boxes que facilitaríamos mais a explicação do conteúdo. Apesar de apresentar textos interessantes, consideramos como um livro de pequenos artigos.

2002

### IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO

	<b>TÍTULO</b>	HISTÓRIA DA PARAÍBA na sala de aula
	<b>AUTORIA</b>	Teresinha de Jesus Ramalho Pordeus
	<b>EDIÇÃO</b>	3ª Edição (1ª ed 1977 e 2ª ed 1978)
	<b>EDITORA</b>	Departamento de Produção Gráfica da Secretaria da Educação – DPG
	<b>VOLUME</b>	01
	<b>ANO</b>	2002
	<b>LOCAL</b>	João Pessoa – PB
	<b>PÁGINAS</b>	291
	<b>NÍVEL</b>	Indicado para todos os Graus de Ensino.
	<b>TEMÁTICA</b>	História da Paraíba

### AUTORA – PERFIL

**Teresinha de Jesus Ramalho Pordeus** – nasceu na cidade de Teixeira, cursou Primário e Secundário no Colégio Cristo Rei, de Patos, e a Escola Técnica de Campina Grande. Ingressou na Universidade Federal da Paraíba, tendo se titulado em História, com Licenciatura Plena, em 1974. É possuidora dos cursos de: Aperfeiçoamento sobre História Colonial da Paraíba; Atualização Didática de História e Geografia (UFPB); Atualização para Docentes de Nível Universitário (Ministério da Educação); Segurança Nacional e Desenvolvimento (ADESG/PB); Arte Barroca (IHGP); História e Geografia do Nordeste (UFPB).

Lecionou História no Liceu Paraibano, Escola de Professores, no Colégio Pio X, Centro de Recursos Humanos, Centro de Aperfeiçoamento de Alagoa Grande, Sapé e Sousa. Durante alguns anos foi pesquisadora na UFPB, na área de História. Pertence à Associação Paraibana de Imprensa e ao Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica.

Trabalhos publicados, além de inúmeros artigos na Revista do IHGP, *História da Paraíba na Sala de Aula*, 1ª. edição, Secretaria da Educação e Cultura da Paraíba, 1977; 2ª. Edição, Editora Universitária, 1978; *A Participação da Mulher na História da Paraíba*, in Revista “Paraíba de Ontem e de Hoje”; *A Segunda Conquista da Paraíba: O Sertão*, ANCAR/PB; *A Ruptura do sistema latifundiário teixeirense sob a ação do Vigário Bernardo*, in Revista “A Igreja e a Questão Agrária no Nordeste”; *Estudos e Debates Latino-Americanos*, Edições Paulinas; *História da Paraíba na Sala de Aula*, 3ª. edição, 2003.

Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano a 10 de setembro de 1978 e possui a Comenda do Mérito Cultural “José Maria dos Santos”, que lhe foi outorgada pelo IHGP.

Fonte: <http://www.ihgp.net/memorial7.htm>. Acessado em 11 de out. 2012.

RECURSOS	
Apresenta nove ilustrações entre fotografias e desenhos todas em preto e branco; três mapas e uma tabela.	
CAPÍTULOS	
01	Antecedentes da conquista. Tragédia de Tracunhaém.
02	Expedições para a Conquista.
03	A conquista.
04	Primeiros tempos. A Ouvidoria Geral da Paraíba (Texto complementar).
05	Primeiros Governadores: João Tavares (1585/1588), Frutuoso Barbosa (1588-1591), Feliciano Coelho de Carvalho. (1592-1600) A Pedra do Ingá. (Texto complementar) A visitação do Santo Ofício na Paraíba. (Texto complementar)
06	Nossos índios. 19 de abril – Dia do Índio – Piragibe. O Homem americano. (Texto complementar)
07	Os Missionários na Paraíba.
08	Fundamentos sócio-econômicos O Pau-Brasil (leitura complementar) O açúcar (leitura complementar) Texto de Antonil; As primeiras terras e a fundação do açúcar.
09	A Invasão holandesa. Domínio Holandês na Paraíba. Restauração do trono português. Expulsão dos Holandeses. Libertação da Paraíba. Leitura complementar Período do Brasil Holandês 1630-1654.
10	Conquista do Sertão Vias de penetração; Primeiros desbravadores: Os Oliveira Ledo (Antônio de Oliveira Ledo, Constantino de Oliveira Ledo, Teodósio de Oliveira Ledo), Os Garcia D'Ávila e Manoel de Araújo Carvalho; Conseqüências do desbravamento do sertão: Guerra dos Cariri e Povoamento do Sertão; Roteiro da Penetração na conquista dos Sertões paraibanos. A participação da Mulher na História da Paraíba (leitura complementar)
11	Século XVIII na Paraíba: Guerra dos Mascates; Leitura complementar sobre a Guerra dos Mascates; Anexação a Pernambuco; Nossa autonomia. Leitura complementar.
12	Acontecimentos do século XIX: Abertura dos Portos e Revolução de 1817. Governo provisório da Revolução; Contra Revolução. Leitura complementar (O Sacrifício de cinco heróis) A Independência; Revolução do Pastorinha; Revolução de 1824; A Paraíba até o final do I Reinado; II Reinado. Principais acontecimentos na Paraíba. Revolução Praieira, a visita de D. Pedro II, Leitura complementar (Saldo positivo da visita imperial).
13	Governos republicanos A Coluna Prestes em Piancó Leitura Complementar (A morte de João Pessoa); A Paraíba e a Revolução de 1930 Primeira República
14	A Paraíba na Segunda República Intentona Comunista (1935) A participação da Paraíba na 2ª Guerra Mundial; As atividades da Quinta Coluna na Paraíba; Redemocratização do país em 1945; O torpedeamento do Afonso Pena Leituras: Revolução de 31 de Março; Dr. João Agripino Filho (1966-1971); A segunda

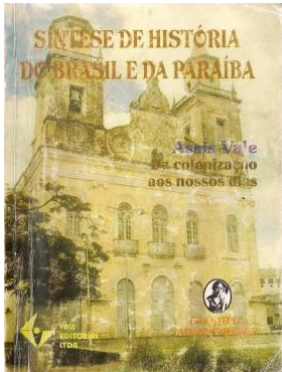
	República (Análise).
15	Governos do Período Militar Homenagem às Primeiras Damas.
16	A Paraíba Cultural: A Cultura na Paraíba; Folclore: contos, lendas, narrativas, trabalhos manuais; Folclore Paraibano; Turismo na Paraíba; Um passeio pelo Centro Histórico; Meio Ambiente; Artesanato.
17	Homens que fizeram a nossa História
18	Homenagem aos Professores: Pe. Inácio de Sousa Rolim; Monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas; Eudésia Vieira; Nísia Nóbrega; Virgílio Pinto de Aragão; Analice Caldas; Maria Ignês Marques da Silva Mariz; Luiz de Albuquerque Burity; José Baptista de Mello.

### CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO

- A Capa é objetiva com título na parte superior e o nome da autora na parte inferior com algumas imagens da Fortaleza de Santa Catarina em Cabedelo;
- O livro tem o prefácio da 1ª, 2ª e 3ª edição, agradecimentos, apresentação e em seguida inicia o capítulo primeiro, não tem sumário, tem um índice no final do livro após as referências bibliográficas;
- O título do capítulo é em fonte maior que a do texto e em negrito, porém pouco destacado, no corpo do texto não tem título do livro nas páginas;
- Ao final dos capítulos apresentam exercícios simples e outros que sugerem dissertações e pesquisas, curiosidades, algumas sugestões de discussão e interpretação e leituras complementares;
- Destacamos nos capítulos iniciais detalhes do cotidiano indígena;
- A escrita do livro é bastante interessante, como se a autora estivesse “contando uma história ao leitor”;
- No geral a autora escreve a história dos heróis, até discorrendo sobre os indígenas a história contada é de grandes feitos. Exemplo: história dos governadores, história dos índios destacados, corajosos desbravadores, dos grandes homens, entre outros;
- A história é linear, factual e oficial através dos “Grandes Homens”. A estrutura é falha, apresenta poucas imagens e mapas para um Livro Didático, não tem boxes, ele se intitula didático, mas na concepção do PNLD ele não se enquadra desta forma.
- 

**2003**

### IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO

	<b>TÍTULO</b>	SÍNTESE DE HISTÓRIA DO BRASIL E DA PARAÍBA: Da colonização aos nossos dias.
	<b>AUTORIA</b>	Francisco de Assis Vale Cavalcante
	<b>EDIÇÃO</b>	2ª Edição
	<b>EDITORA</b>	Vale Editorial LTDA
	<b>VOLUME</b>	01
	<b>ANO</b>	2003
	<b>LOCAL</b>	João Pessoa
	<b>PÁGINAS</b>	154
	<b>NÍVEL</b>	Destaca na Apresentação que o material é para os níveis de Fundamental e Médio.
<b>TEMÁTICA</b>	História da Paraíba (Edição Revista e Ampliada – Questões dos Vestibulares e PSS da Paraíba).	
<b>OBSERVAÇÃO</b>	Autor destaca que o material tem questões do PSS, Vestibulares e Enem.	
<b>AUTOR – PERFIL</b>		



**Francisco de Assis Vale Cavalcante** - Professor da Rede Pública e Privada de Ensino do Estado da Paraíba. Membro do Grupo José Honório Rodrigues. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFPB). Licenciado em História. Curso de Aperfeiçoamento em História Moderna e Contemporânea (Associação Nacional dos Professores Universitários de História – 1981). Debatedor e Palestrante das Comemorações do Quadro Centenário da Paraíba (1985). Palestrante no Primeiro Seminário Geral de Mestre Maçons do GOB (1988).  
Fonte dessas informações: do próprio Livro.

### RECURSOS

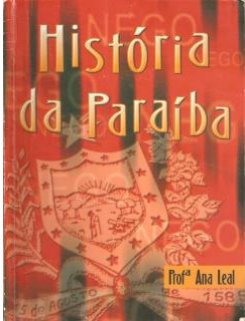
Apresenta 18 ilustrações em preto e branco de pouca qualidade dificultando a visualização, 06 mapas com pouca qualidade de impressão, 06 tabelas, usa várias notas de rodapé e vários esquemas explicativos, não apresenta gráficos ou boxes.

### CAPÍTULOS

1	A Construção da Modernidade.
2	Conquista e ocupação da Paraíba.
3	Invasão e domínio holandês.
4	A crise do século XVIII e a incorporação a Pernambuco.
5	Etapas da Separação brasileira de Portugal (1808-1822).
6	Primeiro Reinado.
7	Império.
8	O Brasil e a Paraíba na 1ª República.

### CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO

- A capa apresentada a imagem da Igreja Nossa Senhora das Neves, o título e nome do autor destacado. Abaixo o período “Da colonização aos nossos dias”;
- Tem uma apresentação, dedicatória, perfil do autor e sumário;
- O sumário é organizado com o título dos capítulos e abaixo os textos que fazem parte;
- No corpo do texto as imagens monocromáticas são de péssima impressão, não dando para distinguir. A tentativa foi interessante, mas, não rendeu um bom resultado;
- Nos títulos dos capítulos são bem destacados, porém nas páginas não tem título do livro;
- A escrita faz conexões entre a História do Brasil e Paraíba em um paralelo dos acontecimentos nacionais e regionais;
- O livro é composto por uma organização linear e oficial;
- Existe uma tentativa por parte do autor de não escrever a história dos heróis, buscando mostrar também outros seguimentos sociais;
- Apresenta vários textos de outros autores, de jornais, de livros e revistas;
- Apresenta espaço para anotações, questões de vestibulares e questões dissertativas ao final dos capítulos;
- Apresenta vários esquemas cronológicos para situar o aluno;
- De negativo quanto a nossa pesquisa, enfatizamos a apresentação no livro de um texto de Humberto C. de Melo em que ele discute as bases econômicas da sociedade paraibana e ressalta a importância da escravidão concordando com Gilberto Freyre e Celso Mariz, dizendo que dentro do panorama geral da História pátria, a hediondez da escravidão quase se dilui;
- Apesar de apresentar imagens, tabelas, questões de ENEM e PSS na tentativa de interação, não o consideramos um Livro Didático no sentido estrutural, ele falha quanto às imagens, a formatação e é semelhante a uma apostila.

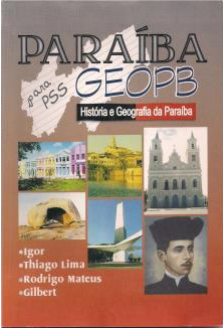
2003		
IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO		
	<b>TÍTULO</b>	<b>HISTÓRIA DA PARAÍBA</b>
	<b>AUTORIA</b>	Ana Leal
	<b>EDIÇÃO</b>	2ª Edição
	<b>EDITORA</b>	Gráfica Editora Potiguar Ltda
	<b>VOLUME</b>	01
	<b>ANO</b>	2003
	<b>LOCAL</b>	Natal – RN
	<b>PÁGINAS</b>	67
	<b>NÍVEL</b>	Ensino Médio
	<b>TEMÁTICA</b>	História da Paraíba
AUTORA – PERFIL		
<p><b>Ana Maria Meira Leal</b> - Possui graduação em História pela Faculdade de Formação de Professores de Goiânia (1988) e Especialização em História, Meio Ambiente e Turismo pelo Centro Universitário de João Pessoa (2001).            Fonte: <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4759494I9">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4759494I9</a>. Acessado em 11 de out. 2012.</p>		
RECURSOS		
<p>Apresenta o total de 12 imagens monocromáticas, 04 mapas, 02 boxes, faz citações de outros autores em várias páginas, não apresenta gráficos e nem tabelas.</p>		
CAPÍTULOS		
01	Os primitivos habitantes.	
02	A Resistência indígena e a Dominação do litoral.	
03	A Guerra na terra do açúcar: o Domínio holandês.	
04	Política administrativa holandesa na Paraíba.	
05	Conquista o interior.	
06	Inquisição I.	
07	Santa Inquisição II na Paraíba.	
08	A Capitania da Paraíba é oficialmente subordinada a Pernambuco.	
09	Revoluções liberais.	
10	Grito do Ipiranga.	
11	O século XIX: o algodão.	
12	O Engenho.	
13	Os problemas de saúde na Paraíba império.	
14	<i>“O negro no mundo dos brancos”</i> .	
15	Declínio conservador e retrocesso histórico.	
16	Cangaço: 1930.	
17	Perrepistas e liberais disputam o poder em 1930.	
18	Os camponeses se rebelam e lutam pela reforma agrária.	
19	Primeiros governadores da Paraíba.	
20	O turismo.	
21	Primeiras vilas da Paraíba na época colonial.	
22	Bandeira do Estado da Paraíba.	
23	Hino do Estado da Paraíba.	
24	A cidade da Paraíba: um pequeno aglomerado urbano.	
25	Movimentos sociais urbanos.	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em sua capa possui o brasão da Paraíba e as cores preto e vermelha, em destaque o título na parte superior e o nome da autora no inferior;</li> </ul>		



- Após folha de rosto a autora vai direto para o sumário;
- Sumário bem organizado e explicativo, título do livro destacado em todas as páginas, título do capítulo em destaque junto com o subtítulo;
- As ilustrações com referências;
- O livro é contínuo, ao terminar um capítulo a autora não muda de página, continua na mesma;
- A autora em alguns capítulos inicia com questionamentos que se pretende desenvolver no texto;
- Não faz nitidamente uma apresentação dos conteúdos de forma cronológica, faz por temas, porém que acompanham uma lógica de acontecimentos;
- Discorre sobre a História precisamente da Paraíba fazendo pontes com a História do Brasil;
- Apresenta falhas como, por exemplo, não tem exercícios, tem erros ortográficos, não organiza as mudanças dos capítulos, se assemelhando mais a uma apostila do que um Livro Didático.

2005

**IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO**

	<b>TÍTULO</b>	PARAÍBA GEOPB História e Geografia da Paraíba
	<b>AUTORIA</b>	Igor Vasconcellos; Thiago Lima; Rodrigo Mateus; Gilbert.
	<b>EDIÇÃO</b>	1ª Edição.
	<b>EDITORA</b>	F&A Gráfica e Editora.
	<b>VOLUME</b>	01
	<b>ANO</b>	2005
	<b>LOCAL</b>	João Pessoa.
	<b>PÁGINAS</b>	106
	<b>NÍVEL</b>	Ensino Médio
	<b>TEMÁTICA</b>	História e Geografia da Paraíba.

**AUTORES – PERFIL**

**Igor Vasconcellos** - NÃO ENCONTRAMOS INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR.

**Thiago Lima** - NÃO ENCONTRAMOS INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR.

**Rodrigo Mateus** - Professor de História da Rede Particular de Ensino Médio. Autor de um Livro Didático sobre História da Paraíba.

Fonte: <http://profrodrigomateus.blogspot.com/>. Acessado em 11 de out. 2012.

**Gilbert Patsayev** - É graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal da Paraíba e Especializado em Direito Constitucional pela FIR (Faculdade Integrada do Recife). Atualmente é mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com área de concentração em História e Espaço e professor de história da Rede de Ensino Geo, Anglo vestibulares, IRB Colégio e Curso e prefeitura municipal de Santa Rita. Atuando principalmente nos seguintes temas: Atualidades, História da Paraíba, História Moderna e Contemporânea.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4458314P4>. Acessado em 11 de out. 2012.

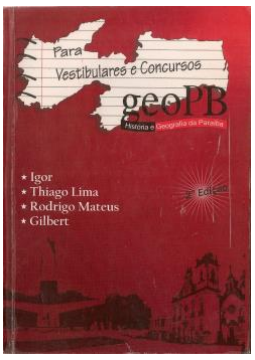
**RECURSOS**

Apresenta 13 ilustrações monocromáticas, 01 mapa, 01 boxe, 01 tabela e 02 citações. Não apresenta gráficos.

**CAPÍTULOS - História da Paraíba**

Este material é dividido em duas partes, a primeira parte se refere à Geografia da Paraíba e a segunda a História da Paraíba. Devido ao nosso tema focar a História da Paraíba, só analisaremos a segunda parte do livro referente ao conteúdo de História que corresponde a 55 páginas do volume.

01	A Paraíba Pré-Portuguesa
02	A invasão e o domínio Holandês na Paraíba

03	Panorama político e econômico	
04	Movimentos sociais no século XIX	
05	A Província Paraíba	
06	A Paraíba e a Oligarquia dos Coronéis	
07	A luta pelo poder e as eleições de 1930	
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• É um manual de circulação local vendidos em bancas de revista, como encarte em jornais locais e em livrarias, em colégios da rede privada de ensino, sob depósito dos autores, fugindo assim de uma circulação editorial;</li> <li>• A capa tem o título e autores em destaque, apresenta algumas imagens da Paraíba e um desenho do formato do mapa;</li> <li>• Após a capa o livro vai direto ao índice, este é simples e objetivo quanto ao conteúdo;</li> <li>• Todas as páginas tem o tema, nesse caso “História” e o nome dos autores que escreveram;</li> <li>• O título do capítulo tem destaque em negrito e as imagens não tem legenda ou referencia, algumas tem o nome, exemplo: Fortaleza de Santa Catarina;</li> <li>• O livro apresenta uma estrutura direcionada aos conteúdos de provas de vestibular na Paraíba;</li> <li>• Discorre sobre a História da Paraíba iniciando pelos primeiros habitantes, fazendo ponte com o contexto da História do Brasil, entretanto se volta para a descoberta contanto sobre os indígenas da Paraíba;</li> <li>• As letras do corpo do texto são muito pequenas e juntas, dificultando a leitura, tornando cansativa;</li> <li>• Os autores reproduzem textos inteiros referente a <i>Ligas Camponesas</i> presentes no livro da autora Ana Leal, sem, contudo, indicar os créditos;</li> <li>• A História da Paraíba é a oficial, linear e factual, que conta os acontecimentos no propósito de conduzir o leitor a memorizar os fatos e não de apreender como se construiu a História do Estado;</li> <li>• Discorre sobre a História dos políticos, da imprensa e da elite;</li> <li>• É um livro de “conteúdos” e questões de concursos e vestibulares.</li> </ul>		
<b>2006</b>		
<b>IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO</b>		
	<b>TÍTULO</b>	Para Vestibulares e Concurso GEOPB História e Geografia da Paraíba
	<b>AUTORIA</b>	Igor Vasconcellos; Thiago Lima; Rodrigo Mateus; Gilbert.
	<b>EDIÇÃO</b>	2ª Edição
	<b>EDITORA</b>	F&A Gráfica e Editora
	<b>VOLUME</b>	01
	<b>ANO</b>	2006
	<b>LOCAL</b>	João Pessoa
	<b>PÁGINAS</b>	112
	<b>NÍVEL</b>	Ensino Médio
	<b>TEMÁTICA</b>	História e Geografia da Paraíba
<b>AUTORES – PERFIL</b>		
<b>Igor Vasconcellos - NÃO ENCONTRAMOS INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR.</b>		
<b>Thiago Lima - NÃO ENCONTRAMOS INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR.</b>		
<b>Rodrigo Mateus -</b> Professor de História da Rede Particular de Ensino Médio. Autor de um Livro Didático sobre História da Paraíba. Fonte: <a href="http://profrodrigomateus.blogspot.com/">http://profrodrigomateus.blogspot.com/</a> . Acessado em 11 de out. 2012.		
<b>Gilbert Patsayev –</b> É graduado em Licenciatura plena em História pela Universidade Federal da Paraíba e Especializado em Direito Constitucional pela FIR (Faculdade Integrada do		

Recife). Atualmente é mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com área de concentração em História e Espaço e professor de história da Rede de Ensino Geo , Anglo vestibulares, IRB Colégio e Curso e prefeitura municipal de Santa Rita. Atuando principalmente nos seguintes temas: Atualidades, História da Paraíba, História Moderna e Contemporânea.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4458314P4>. Acessado em 11 de out. 2012.

### RECURSOS

Apresenta 05 ilustrações monocromáticas, 01 mapa, 10 boxes, 09 textos complementares, nenhum gráfico ou tabela.

### CAPÍTULOS - História da Paraíba

Este material é dividido em duas partes, a primeira parte se refere à Geografia da Paraíba e a segunda a História da Paraíba. Devido ao nosso tema está restrito a História da Paraíba, só analisaremos a segunda parte do livro referente ao conteúdo de História que corresponde a 55 páginas do livro.

01	Introdução.
02	Luta, sangue e a fundação da Cidade Nossa Senhora das Neves.
03	A União Ibérica e o Domínio Holandês na Paraíba.
04	A ocupação do Sertão, o gado e o confronto com os Cariris.
05	Primeiras Vilas da Paraíba na época Colonial.
06	A Revolução de 1817.
07	Movimentos no século XIX.
08	Paraíba e a República Velha (1889-1930).
09	Paraíba na Era Vargas (1930-1945).
10	Paraíba na Redemocratização do País.
11	Paraíba no Regime Militar (1964-1985).
12	Paraíba na Nova República (1985 até os dias atuais).

### CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO

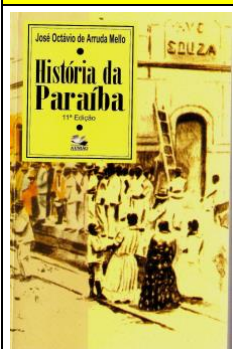
- Este livro trata-se de uma nova edição diferenciada da primeira, tal como exemplo temos neste 12 capítulos enquanto o outro tem sete, uma vez que redividiram o conteúdo;
- É um manual de circulação local vendidos em bancas de revista, como encarte em jornais locais e em livrarias, em colégios da rede privada de ensino, sob depósito dos autores, fugindo assim de uma circulação editorial;
- Capa vermelha e ao fundo em marca-d'água algumas imagens de João Pessoa, com o título e autores em destaque;
- Como é a Segunda Edição, percebe-se uma melhoria de organização, na estrutura;
- Tem uma apresentação, agradecimentos e um índice mais organizado;
- O nome “História” e autores em todas as páginas na parte de cima do conteúdo de História;
- Os capítulos são destacados;
- Possuem imagens para ilustrar;
- Conta a História da Paraíba iniciando pelos primeiros habitantes por meio do contexto da descoberta do Brasil e dos indígenas da Paraíba;
- Apresenta textos complementares;
- No corpo do texto, as letras continuam muito pequenas e juntas dificultando a leitura;
- A História da Paraíba é factual, discorre sobre os acontecimentos no intuito da memorização e não de entender como se construiu a história do Estado;
- Esteticamente continua um livro de “conteúdos” e questões de concursos e vestibulares.

<b>2008</b>		
<b>IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO</b>		
	<b>TÍTULO</b>	HISTÓRIA DA PARAÍBA para vestibulares e concursos.
	<b>AUTORIA</b>	Gilbert Patsayev
	<b>EDIÇÃO</b>	1ª Edição
	<b>EDITORA</b>	Gráfica e Editora Imprell
	<b>VOLUME</b>	01
	<b>ANO</b>	2008
	<b>LOCAL</b>	João Pessoa
	<b>PÁGINAS</b>	78
	<b>NÍVEL</b>	Ensino Médio
	<b>TEMÁTICA</b>	História da Paraíba
<b>AUTOR – PERFIL</b>		
<p><b>Gilbert Patsayev Marreiro Miranda</b> - É graduado em Licenciatura plena em História pela Universidade Federal da Paraíba e Especializado em Direito Constitucional pela FIR (Faculdade Integrada do Recife). Atualmente é mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com área de concentração em História e Espaço e professor de história da Rede de Ensino Geo, Anglo vestibulares, IRB Colégio e Curso e prefeitura municipal de Santa Rita. atuando principalmente nos seguintes temas: Atualidades, História da Paraíba, História Moderna e Contemporânea.</p> <p>Fonte: <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4458314P4">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4458314P4</a> . Acessado em 11 de out. 2012.</p>		
<b>RECURSOS</b>		
<p>Apresenta 06 ilustrações monocromáticas, 02 mapas, 01 esquema explicativo. Sem boxes, gráficos ou tabelas. O Autor utiliza citações de outros Livros Didáticos e de Horácio Almeida, indica filmes.</p>		
<b>CAPÍTULOS</b>		
01	A Conquista do Território Paraibano.	
02	As primeiras atividades produtivas.	
03	Paraíba Republicana. Paraíba e a Nova República (1985 até os dias atuais).	
04	Símbolos da Paraíba: Hino do Estado da Paraíba; Bandeira, Brasão.	
05	Questões de vestibulares e concursos.	
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• É um manual de circulação local vendidos em bancas de revista, como encarte em jornais locais e em livrarias, em colégios da rede privada de ensino, sob depósito do autor, fugindo assim de uma circulação editorial;</li> <li>• A capa com a imagem da Igreja São Francisco, possui título e nome do autor em destaque;</li> <li>• Tem dedicatória, apresentação e índice simples dividido em: Conquista, economia e República;</li> <li>• Todas as páginas tem o site do autor e o título do livro;</li> <li>• O título do capítulo é destacado discretamente;</li> <li>• Esse livro se direciona para memorizar informações, pois é informativo, esquemático e prático, é direto, menciona datas e nomes;</li> <li>• Suas citações são várias de Livros Didáticos, apesar de apresentar uma bibliografia de livros acadêmicos que discutiram mais profundamente os conteúdos;</li> <li>• O conteúdo apresenta-se simples e esquemático, prático para memorização;</li> <li>• Apresenta 21 páginas com o conteúdo e 42 em questões, ou seja, é um livro de exercício para vestibular e concurso. É direcionado a preparar para seleção de vestibulares e concursos;</li> </ul>		

- Esteticamente se assemelha a uma apostila: prática, resumida e esquemática. Apresenta algumas imagens, mapas e um esquema explicativo; a leitura é simples, mas, o conteúdo é limitado. Não apresenta gráficos e boxes que facilitariam mais a explicação do conteúdo.

2008

**IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO**

	<b>TÍTULO</b>	HISTÓRIA DA PARAÍBA Lutas e Resistência
	<b>AUTORIA</b>	José Octávio de Arruda Mello
	<b>EDIÇÃO</b>	11ª Edição
	<b>EDITORA</b>	A União
	<b>VOLUME</b>	01
	<b>ANO</b>	2008
	<b>LOCAL</b>	João Pessoa – PB
	<b>PÁGINAS</b>	280
	<b>NÍVEL</b>	Indicado para professores e alunos do Ensino Médio
	<b>TEMÁTICA</b>	História da Paraíba

**AUTOR – PERFIL**

**José Octávio de Arruda Mello** - estudou em colégios de João Pessoa e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Paraíba. Posteriormente, graduou-se em História, também pela UFPB. Após realizar cursos de especialização e mestrado em História, obteve o título de Doutor em São Paulo ingressando logo a seguir no magistério superior tendo sido o fundador da Cadeira de História da Paraíba na Universidade da Paraíba. Há mais de 10 anos é professor da Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande. Obteve o 1º lugar no concurso.

Foi aprovado em vários concursos para a UFPB, mas, perseguido pelo regime militar, seu ingresso nos quadros da Universidade Federal da Paraíba somente ocorreu em 1976, no reitorado de Linaldo Cavalcanti, após o aval do então chefe do SNI – Serviço Nacional Informação - e futuro presidente da República, general João Baptista de Figueiredo. Aposentou-se pela UFPB em 1995. Na Unipê ficou de 1971 a 1977, quando se afastou para fazer Mestrado no Recife. Retornou à faculdade em 1997. A trajetória vitoriosa do intelectual filho de seu Arnaldo e de dona Otília inclui ainda funções em todos os governos da Paraíba, desde os anos 60, na administração Pedro Gondim, até à presidência do Iphaep, no Governo Cássio Cunha Lima I.

A paixão por história despertou já nos verdes anos de sua vida, na escola primária, através da professora Tércia Bonavides. Ingressou no Liceu Paraibano, em 1957, e prosseguiu com as lições de história, através do mestre Aníbal Moura, segundo José Octávio, um formador de gerações. Na faculdade, concluiu Direito em 1963 e História em 1966, tendo como principais professores Afonso Pereira, Cláudio Santa Cruz, Fóscoli da Nóbrega, e Aníbal Moura.

José Octávio É membro da Academia Paraibana de Letras (APL) e ao longo de sua carreira, coleciona cerca de 50 livros publicados, incluindo participação em coletâneas. De sua autoria são cerca de 25 títulos.

Fonte: <http://culturapopular2.blogspot.com/2010/03/jose-octavio-de-arruda-melo.html>

Acessado em 11 de out. 2012.

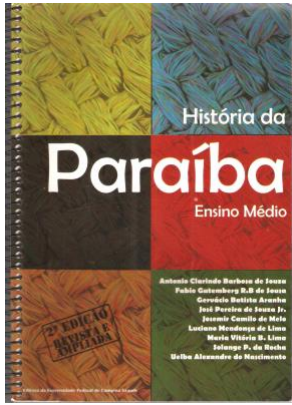
**RECURSOS**

Não possui ilustrações, nem gráficos, tabelas ou boxes. Tem um mapa da Paraíba na última página do livro.

**CAPÍTULOS**

01	Nas Origens da Paraíba.
02	Consolidação e defesa da terra – as invasões holandesas.
03	Integração territorial, monopólio e crise do século XVII ao XVIII.
04	Um tempo de muitas lutas.
05	Da República dos Coronéis a Revolução de 30 ou ascensão e declínio das oligarquias.
06	Estado, crise social, partidos e involução econômica na Paraíba de 1930 a 1990.
07	Paraíba: síntese histórica e evolução cultural.



CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capa em destaque o título e nome do autor com imagem antiga ao fundo sem uma definição precisa;</li> <li>• Tem apresentação, prefácio e sumário;</li> <li>• Sumário organizado com capítulos e os textos destes;</li> <li>• Na primeira página de cada capítulo tem o título e um sumário do que o compõe;</li> <li>• Em toda página tem o título do livro e autor;</li> <li>• Ao final dos capítulos tem uma bibliografia básica e outra complementar;</li> <li>• Bastante informativo e organizado, apesar de indicado para alunos, o livro não tem características de Livro Didático, se assemelha mais a um livro para o professor;</li> <li>• É composto por pequenos artigos, porém obedecendo a uma linha factual e cronológica, fundamentado na política e na economia;</li> <li>• Esteticamente não é um Livro Didático, não possui nenhuma característica de Livro Didático quanto à organização, ilustrações e linguagem de texto.</li> </ul>		
2008		
IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO		
	<b>TÍTULO</b>	HISTÓRIA DA PARAÍBA – Ensino Médio
	<b>AUTORIA</b>	Antonio Clarindo Barbosa de Souza; Fábio Gutemberg R. B. de Sousa; Gervásio Batista Aranha; José Pereira de Sousa Jr.; Josemir Camilo de Melo; Luciano Mendonça de Lima; Maria Vitória B. Lima; Solange Pereira da Rocha; Uelba Alexandre do Nascimento
	<b>EDIÇÃO</b>	2ª Edição
	<b>EDITORA</b>	EDUFCG
	<b>VOLUME</b>	01
	<b>ANO</b>	2008
	<b>LOCAL</b>	Campina Grande
	<b>PÁGINAS</b>	208
	<b>NÍVEL</b>	Ensino Médio
	<b>TEMÁTICA</b>	História da Paraíba
AUTORES – PERFIL		
<p><b>Antonio Clarindo Barbosa de Souza</b> - Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará (1987), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1993) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Campina Grande e professor do Programa de Pós-graduação em História da UFCG. Autor em parceria dos livros: A PB no Império e na República: Ensaios de História Social e Cultural; João Pessoa; Editora Idéia; 2003 (e 3ª edição EDUFCG -2005); História da Mídia Regional: O rádio em Campina Grande; Campina Grande; EDUEP/EDUFCG; 2006 e História da Paraíba - Ensino Médio; Campina Grande; EDUFCG; 2007; Por um real de amor: representações sobre a prostituição na MPB; Campina Grande; EDUFCG; 2008. Cultura e cidades (org.); Campina Grande; EDUFCG; 2009; Cidades e Experiências Modernas; EDUFCG; Campina Grande, 2010. E autor de capítulo no Livro Cidade e Memória; Teresina/Imperatriz; Ética/EDUFPI; 2010. Autor de capítulo do livro Memórias entrelaçadas: Experiências de Pesquisa; Fortaleza; EDUECE; 2009; Autor de artigo no livro Historiografia e(m)diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico; João Pessoa; Ed. da UFCG/ANPUH-PB, 2010 e org.do livro Cidades e Experiências Modernas; CG; EDUFCG, 2010. Autor de capítulo do livro publicado em Coimbra-PT - Cultura, Memória e Imagens; Secção Filatélica da Associação Acadêmica de Coimbra; Coimbra; 2010. Organizador da coletânea Populares na Cidade: Vivências de Trabalho e lazer; João Pessoa, Ed. idéia; 2011. Tem experiência na área de História, com ênfase, História das Cidades; História Cultural do Urbano e História da Paraíba, estudando principalmente os seguintes temas: cidade, cultura, história cultural, ensino de história, cultura popular e atividades lazer, mulheres na cidade,</p>		

prostituição, festas populares. Atualmente trabalha com 3 alunos do Mestrado e 12 alunos de Graduação no Projeto sobre a História da Modernização, industrialização e violência em Campina Grande entre as décadas de 1970 e 1990. E no projeto coletivo: Os populares nas cidades paraibanas (2011-2012-2013)

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784152T0> . Acessado em 11 de out. 2012.

**Fábio Gutemberg R. B. de Sousa (In memorian)** - Possui graduação em Bacharelado Em História pela Universidade Federal da Paraíba (1987), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1992) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é professor da Universidade Federal de Campina Grande. Tem experiência na área de História, com ênfase em cidade e cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, história, metodologia de pesquisa em história, Livro Didático e ensino.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780469H3>. Acessado em 11 de out. 2012.

**Gervásio Batista Aranha** - Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1985), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1992) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é professor retido da Universidade Federal de Campina Grande. Tem experiência no ensino universitário na área de Teoria e Metodologia da História, atuando na graduação e na pós-graduação em História. Desenvolve pesquisas nos seguintes temas: trem urbanidade modernidade, história renovação paradigma, cidade cultura modernidade, provas possibilidades experimento e literatura, modernidade, trauma.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797157J4>. Acessado em 11 de out. 2012.

**José Pereira de Sousa Jr.** - Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (2001). Mestre em História pela UFCG (2009), faz Doutorado em História pela UFPE (2011) e Atualmente é professor Substituto da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tem experiência na área de História do Brasil, da África e Paraíba, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, festas religiosas, religião, Etnias, Racismo, cultura brasileira, relações sociais e irmandades religiosas. É orientado pelo professor Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda - PPGH - UFPE.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4162672P2> . Acessado em 11 de out. 2012.

**Josemir Camilo Melo** - Possui graduação em História pela Universidade Católica de Pernambuco (1974), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1978) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), com pesquisas em arquivos ingleses. Professor aposentado da Universidade Federal da Paraíba, Professor Visitante da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história econômica (ferrovias, secas escravidão), estudos afro-brasileiros, memória, patrimônio e cultura. Autor de Ferrovias Inglesas e Mobilidade Social no Nordeste (1850-1900), pela EDUFCG (2008), e Uma Família de Engenheiros Ingleses no Brasil: De Mornay Brothers, pela Livro Rápido, 2008 (Recife-PE).

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780510U4> . Acessado em 11 de out. 2012.

**Luciano Mendonça de Lima** - Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1989), mestrado em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2001) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Tem experiência na área de História, com foco em História, atuando principalmente nos seguintes temas: Escravidão, Escravos, Resistência, quebra-quilos, matriarcas e patriarcas negros, Paraíba oitocentista e ensino de História.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782715E4> . Acessado em 11 de out. 2012.

**Maria Vitória B. Lima** - Doutora (2010) e Mestre (2002) em história pela Universidade

Federal de Pernambuco. Especialista em Organização de Arquivos (1996) e Graduada em História (1992) pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é pesquisadora voluntária do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba e professora substituta do Departamento de História/UFPB. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, e Arquivologia, organização de arquivos permanentes.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797512A4>. Acessado em 11 de out. 2012.

**Solange Pereira da Rocha** - Mestre e Doutora em História pela UFPE (2001-2007), com Programa Sanduíche na UFF, em 2004. No ano de 2006, ganhei o I Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, concedido pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres em parceria com MEC, MCT, UNIFEM e CNPq, com ensaio baseado na dissertação de mestrado (Antigas Personagens, Novas Histórias: Memórias e Histórias de Mulheres Escravizadas na Paraíba Oitocentista). Em 2007, o meu trabalho de doutorado foi vencedor do concurso de teses da ANPUH, recebendo o I Prêmio-Tese da ANPUH do Biênio 2007-2009, intitulada Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual, publicada pela Editora da Unesp. Atualmente sou professora Adjunta no Departamento de História e do PPGH, ambos na UFPB, onde oriento mestrandos/as, bolsistas de Iniciação científica e graduandos/as, e lidera o Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista. Atuo na área de pesquisa de História do Brasil, com ênfase no Período Imperial, desenvolvendo estudos sobre os seguintes temas: escravidão, família, parentesco, história de mulheres negras.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728021P8> . Acessado em 11 de out. 2012.

**Uelba Alexandre do Nascimento** - Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2003) e mestrado em Sociologia da Cultura pela Universidade Federal de Campina Grande (2007). Atualmente faz doutorado no curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, desenvolvendo sua tese sobre Boêmia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga e Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: antiguidade clássica e oriental, gênero, cidade, prostituição e mundo Boêmio.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4162633P3> . Acessado em 11 de out. 2012.

### RECURSOS

Apresenta 62 ilustrações coloridas, 03 mapas, 01 gráfico, 53 boxes entre citações e explicações e 02 tabelas.

### CAPÍTULOS

01	A Pré-História da Paraíba.
02	Os Índigenas na Paraíba.
03	<i>A escravidão na Paraíba: trabalho, cultura e resistência.</i>
04	<i>Escravidão e o processo de conquista e ocupação do interior da Paraíba.</i>
05	A Paraíba na teia inquisitorial.
06	As agitações liberais e republicanas na Paraíba (1817-1848).
07	Revoltas populares na periferia do império: ronco da abelha e quebra-quilos.
08	A Parahyba do norte na passagem do século xix para o século xx: vida urbana e modernidade.
09	O trem de ferro na Parahyba do Norte.
10	A Paraíba na primeira metade do século xx: transformações urbanas.
11	Entre a casa e o cabaré: o feminino (in)subordinado na Paraíba (1920-1950).
12	Quando o dourado pode sair em nossas mãos – os anos 50 na Paraíba.
13	Entre metralhadoras e sorvetes: o golpe militar de 1964 e suas repercussões na Paraíba.

### CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO

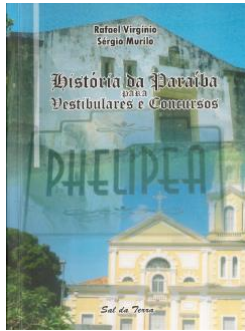
- Possui uma capa colorida destacando as cores da bandeira do Estado, o título do livro em destaque enfatizando o nome “Paraíba”, e abaixo o nome dos autores;



- Possui folha de rosto, dedicatória, apresentação e biografia dos autores;
- Trata-se de uma coletânea com sumário organizado, explicativo, contendo o título do capítulo e dos devidos autores;
- Toda página tem a identificação do capítulo na parte superior e na parte inferior o título do livro;
- O título do capítulo é destacado em um realce colorido e negrito na fonte;
- O corpo do texto é organizado em duas colunas e apresenta vários boxes explicativos ao longo dos capítulos;
- As ilustrações possuem legendas;
- Ao final do capítulo tem uma bibliografia, atividades propostas e texto complementar;
- É organizado de forma temática, abordando temas como Mulher, o cotidiano e o processo de modernidade, porém, sem fugir da linha cronológica;
- É um livro indicado para o Ensino Médio, apresenta várias características comuns em manuais didáticos, se apresenta enquanto uma coletânea de artigos.

2011

**IDENTIFICAÇÃO DO LIVRO**

	<b>TÍTULO</b>	<i>HISTÓRIA DA PARAÍBA</i> para Vestibulares e Concurso
	<b>AUTORIA</b>	Sérgio Murilo Ribeiro Chaves; Rafael da Silva Virgínio
	<b>EDIÇÃO</b>	1ª Edição
	<b>EDITORA</b>	Sal e Terra Editora
	<b>VOLUME</b>	01
	<b>ANO</b>	2011
	<b>LOCAL</b>	João Pessoa
	<b>PÁGINAS</b>	158
	<b>NÍVEL</b>	Ensino Médio
	<b>TEMÁTICA</b>	História da Paraíba

**AUTORES – PERFIL**

**Sérgio Murilo Ribeiro Chaves** - Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba(1993). Atualmente é PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4763782Z2> . Acessado em 11 de out. 2012.

**Rafael da Silva Virgínio** – NÃO ENCONTRAMOS INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR.

**RECURSOS**

Apresenta 04 ilustrações, 01 mapa, 07 tabelas, 16 citações, 01 esquema explicativo, 05 textos complementares, várias notas de rodapé, e nenhum gráfico ou boxes.

**CAPÍTULOS**

<b>01</b>	Pré-história paraibana; Antecedentes da conquista; Ocupação e governantes da Paraíba; Invasões holandesas; Economia; A crise do século XVIII e a anexação Paraíba a Pernambuco; Participação paraibana em revoltas do século XIX.
<b>02</b>	A transição para o Império; Constituinte e Constituição; A Confederação do Equador (1824); A construção da Ordem Imperial e a Província da Parahyba do Norte; O Período Regencial; A Revolução Praieira (1848); As revoltas populares na Paraíba.
<b>03</b>	A Paraíba na república das oligarquias; O nascimento e a consolidação da república na Paraíba; Os movimentos sociais; A participação paraibana na Revolução de 1930.
<b>04</b>	A Paraíba durante a Era de Vargas (1930/45).
<b>05</b>	O período populista (1945/1964); As Ligas Camponesas; A Paraíba e o Golpe Militar de 1964; Redemocratização (1978/1990).

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO**

- Possui na capa algumas imagens de João Pessoa, título em destaque e nome dos

- autores;
- Tem Folha de rosto, dedicatória e sumário;
  - Sumário prático e sem destaque, apenas o capítulo em negrito, mas, todas as letras em maiúsculo;
  - Em todas as páginas tem o título do livro e o nome dos autores;
  - No livro ao discutir sobre a Paraíba os autores buscam explicar o contexto nacional e internacional para as mudanças no Estado;
  - Contextualiza todos os acontecimentos, destacamos como exemplo o capítulo que os autores discutem sobre o Ronco da Abelha, no qual fazem uma contextualização para que o aluno possa entender o que levou a esse movimento;
  - Usa texto complementar para discussões;
  - Apresenta algumas imagens, tabelas e textos complementares, porém não apresenta interação para com o leitor/aluno, não apresenta exercícios e nem instiga para outras pesquisas ou reflexão. Não segue a estrutura dos que estão indicados no Guia do PNLD.

Como podemos perceber na breve apresentação dos Livros Didáticos, na década do nosso recorte foram contemplados dez manuais didáticos para o Ensino Médio de História da Paraíba. Consideramos Livro Didático: um material planejado e organizado pelo homem, fruto de pesquisa e estudo materializado dentro de um contexto editorial como mercadoria de papel impresso, diferente dos demais por possuir conteúdos e imagens adequados para determinada disciplina/conhecimento direcionado ao uso do professor e aluno dentro do cotidiano escolar. Neste sentido, é um material com linguagem adequada para o nível médio, com estrutura que contemple boxes, ilustrações, tabelas, gráficos, mapas, exercícios, sugestões, bibliografia complementar e textos complementares; que apresente um sumário adequado e uma estética na formatação que colabore com a estrutura do texto.

Dentre estes percebemos muita diversidade nas estruturas e embora indicados para o Ensino Médio nem todos seguem um padrão de organização segundo observamos no Guia do PNLD. São feitos para os alunos, visto que são eles os maiores compradores, especialmente da rede privada; para apoio ao professor; para *concurseiros* em exames públicos na Paraíba, e, claro, o vestibular.

Entre os dez manuais analisados, apenas quatro apresentam boxes, oito deles tem ilustrações, quatro tem tabelas, e em todos não são apresentados gráficos. A maioria tem exercícios, principalmente os que são direcionados ao vestibular. Observamos que o fio condutor que organiza essas obras é o tempo cronológico-factual, embora alguns tentem elaborar o conteúdo de forma temática não fogem da ordem dos acontecimentos.

#### 4.3 COLEÇÕES ESPECÍFICAS PARA A HISTÓRIA DA ÁFRICA DISTRIBUÍDAS PELO MEC PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO: ISSO RESOLVE?

Desde que a Lei 10.639/2003 foi implementada vem sendo publicadas coleções sobre a História da África, a exemplo a Coleção “A África está em Nós” e o “O Brasil somos todos nós”<sup>16</sup> publicadas pela Editora Grafset. Segundo a Editora Grafset<sup>17</sup> a coleção “A África está em nós”, apresenta-se atualmente com duas versões para atender as especificidades da Educação Básica. Uma edição em ciclos composta por quatro livros para os alunos e quatro livros para os professores, e a edição seriada com oito livros para os alunos e oito livros para os professores. Ambas apresentam versão consumível e não consumível. A coleção apresenta textos, fotografias, sugestões de filmes, atividades e leituras, músicas, cantigas africanas, poemas, mapas e desenhos. Foram acrescentados textos legislativos, glossários para o enriquecimento de vocabulário e propostas de atividades.

A Lei que torna obrigatório o Ensino de História da África na Educação Básica entrou em vigor em 2003, a partir daí começaram a ser publicadas coleções, livros de literatura africana, contos, entre outros, que abordassem a temática. Por mais folclorizado que estivessem não podemos deixar de enfatizar que foram os primeiros, e naquele momento eram os únicos materiais que se tinha conhecimento, considerando a situação de despreparo do corpo escolar mediante essa mudança, tal podemos perceber a situação das escolas na Paraíba até os dias atuais, como afirma Chagas (2011),

(...) o Estado e os municípios, através da secretaria de educação ainda não se pronunciaram no sentido de fazer valer a lei, não se tem informação na Paraíba de nenhum município que tenha aplicado essa lei como parte das políticas de ações afirmativas destinadas à população negra. (2011, p. 74)

Ou seja, apesar da Lei, da publicação de livros temáticos, as ações ainda não se concretizaram em sala de aula, tal como podemos perceber.

Há também a coleção “A África está em nós regionalizado”, ou seja, o conteúdo de África mediante os Estados: Africanidades Catarinenses, *Africanidades Paraibanas*, Africanidades Pernambucanas e Africanidades Baianas.

---

<sup>16</sup> BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. A África está em nós: história e cultura afro-brasileira e O Brasil indígena: história e cultura dos povos indígenas do Brasil. Livro 1-8/7-8/João Pessoa, PB. Editora Grafset, 2010.

<sup>17</sup> Todas as informações sobre a Coleção “A África está em Nós” encontra-se disponível no site: <http://www.grafseteditora.com.br/africa-apresentacao.php>. Idem

No ano de 2011 foi lançado o Livro “Africanidades Paraibanas” sob a Coordenação do Professor Elio Flores<sup>18</sup> em parceria com os escritores: Alessandro Moura de Amorim<sup>19</sup>, André Cabral Honor<sup>20</sup>, Maria Vitória Barbosa de Lima<sup>21</sup> e Waldeci Ferreira Chagas<sup>22</sup>, todos atuantes na área de História. Este livro faz uma discussão sobre a história da população negra na Paraíba a partir de valores civilizatórios africanos. É um livro bastante interessante, apesar de ter uma capa igual aos outros, os temas são bem diversificados. É dividido entre os capítulos: Tempo e espaço da população negra na Paraíba; Movimento negro e histórias de resistência na Paraíba; Manifestações da cultura negra na Paraíba; e Expressões religiosas da população negra na Paraíba. É um material muito rico em conteúdo, bem formatado, com corpo do texto justificado, título em negrito destacado, ilustrações variadas com referência, apresentado boxes, tabelas, mapas e exercícios.

Este material o qual consideramos de uma importância impar por contemplar a História da África dentro da História da Paraíba, pode se apresentar como uma opção para se inserir a questão negra na Paraíba em sala de aula, porém, nada vai adiantar se o professor que é o mediador da construção de conhecimento não estiver preparado para esse conteúdo. As

---

<sup>18</sup> Possui graduação em Estudos Sociais pela Universidade da Região da Campanha (1983), graduação em Ciências Sociais pela Universidade da Região da Campanha (1986), mestrado no Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992) e doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (2002). Atualmente é professor associado da Universidade Federal da Paraíba no curso de Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPB). Avaliador do INEP/SINAES.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P890667>. Acessado em 11 de out. 2012.

<sup>19</sup> Formou-se em História em 1994 pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em História, turma 2009, pela Universidade Federal da Paraíba. No Estado de Sergipe, atuou como: produtor cultural e cinematográfico, ativista da Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (SACI), entre outros. Em 2004 foi premiado com o 2º Prêmio Nacional Educar para a Igualdade Racial Experiências de Promoção da Igualdade Racial/Étnica no ambiente escolar. Na Paraíba desde 2005, foi professor da Universidade Aberta Vida/Universidade Estadual do Vale do Acaraú; Lecionou na Formação Continuada (SEDEC/PMJP/PB); Militou no Instituto de Referência Étnica entre 2005 e 2008, faz parte do Núcleo de Estudantes Negras e Negros da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desde janeiro de 2009 é professor da Rede Municipal de Ensino Público de João Pessoa.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4721141T7>. Acessado em 11 de out. 2012.

<sup>20</sup> Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da mesma instituição. Desde 2010 é doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é bolsista CAPES/REUNI prestando serviço ao Bacharelado em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis na mesma universidade.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=E9311797>. Acessado em 11 de out. 2012.

<sup>21</sup> Doutora (2010) e Mestre (2002) em história pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Organização de Arquivos (1996) e Graduada em História (1992) pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é pesquisadora voluntária do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba e professora substituta do Departamento de História/UFPB. Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=B870357>. Acessado em 11 de out. 2012.

<sup>22</sup> Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1992), Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1996) e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Atualmente é professor Adjunto II da Universidade Estadual da Paraíba, Campus de Guarabira. Coordenador do Grupo de Pesquisa: Cotidiano, Cidadania e Educação.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=B069165>. Acessado em 11 de out. 2012.

coleções temáticas sobre a África distribuídas pelo MEC ou adotadas pelas escolas e professores é uma boa opção, porém, ressaltamos que ainda mais emergente é o preparo do professor para trabalhar sobre os conteúdos da história do continente africano em sala de aula. Muitos professores que estão nas escolas estão distantes da Academia há mais de dez anos e não foram contemplados com disciplinas que proporcionasse conteúdo para o tema.

Neste sentido, por melhor que seja o material, não vai exercer nenhum crescimento sem que seja bem articulado e que o professor possa conduzir os alunos a uma reflexão crítica sobre o conteúdo. Ressaltamos que antes é necessário investimento por parte dos órgãos governamentais para além da compra de livros, que haja cursos de formação continuada que contemple essa questão da África para que os professores possam ter condições de ministrar essas aulas.

#### 4.4 OS CONTEÚDOS E ABORDAGENS SOBRE A HISTÓRIA DA ÁFRICA NA PRODUÇÃO DIDÁTICA PARAIBANA PARA O ENSINO MÉDIO

Nossa pesquisa fez um passeio na década de 2001 à 2011 entre os Livros Didáticos, a procura dos negros que contribuíram/contribuem com a construção da História da Paraíba. Esse percurso nos proporcionou muitas leituras agradáveis e descobertas interessantes sobre a História da África na História da Paraíba disponíveis para alunos do Ensino Médio e demais estudiosos.

O primeiro livro analisado foi *Estudando História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos* (2001). O capítulo sexto sob título “O Trabalho é coisa de negro: a escravidão” escrito por Leonília Maria de Amorim, faz uma reflexão desde a chegada dos negros, seu cotidiano nos engenhos, sua resistência, a questão da liberdade, as influências africanas na nossa alimentação, religião, música e vocabulário paraibano. Alguns trechos demonstram a intenção da autora quanto ao lugar do negro neste contexto, tais como:

Os negros aqui chegados eram meros objetos de comércio, simples instrumentos de trabalhos, peças compradas para se transformarem máquinas (...). (p.39). Não podiam trazer ou ser prejuízo. Vinham de várias regiões, tribos distintas para evitar comunicação (p. 40).

Em outro momento a autora menciona a dimensão de ser dono do outro: “Os compradores das novas peças, determinavam a vida das mesmas: onde iam morar, trabalhar e, até, com quem iam casar!” (2001, p. 40).

A autora destaca também como deveriam ser os escravos domésticos: “(...) deveriam ser fortes, limpos, altos e bem comportados; as negras teriam que ser bonitas, boas de cama,

objetos sexuais de seus senhores.”(2001, p.41). Embora saibamos o quanto as negras atraíam os seus senhores, colocados desta maneira talvez precise da perspicácia do professor para não incentivar mais crenças preconceituosas.

No capítulo sete “A Bagaceira na empresa Açucareira” escrito pela mesma autora, é mencionado sobre as habitações dos escravos, visto que ao discutir sobre o Engenho de açúcar conseqüentemente aborda a mão-de-obra deste período. No capítulo oito “A Guerra na Terra do Açúcar: o domínio holandês” da mesma autora, os negros escravos viam a guerra de conquista do açúcar como uma oportunidade para fuga continua, indo em massa para o Quilombo dos Palmares. No capítulo nono “O homem seguiu o boi pelos Sertões: a pecuária” da mesma autora, também é discutido a existência de mão-de-obra escrava nos municípios sertanejos. No capítulo 12 “Um panorama da Província da Parahyba” de Eliete de Queiroz Gurjão, é discutido o período de crise que abalou o Império e proporcionou condições para a chegada da República, neste discorre sobre o processo de abolição.

A História da África neste manual é contada através da Escravidão, o negro surge como mão-de-obra escrava, participa, contribui e depois não é mais discutido na história, pelo menos neste livro.

O segundo livro foi *HISTÓRIA DA PARAÍBA na sala de aula* (2002). A autora menciona a mão-de-obra negra no capítulo oito em que fala dos “Fundamentos sócio-econômicos: pau-brasil, algodão, lavoura do açúcar” e no capítulo 12 “Acontecimentos do século XIX” em que se discute sobre o processo de libertação dos escravos, inclusive citando o caso do Município de Areia na Abolição; apresenta uma leitura complementar sobre o “13 de maio na Paraíba” e sobre a “Proclamação da República na Paraíba”. Nestes capítulos podemos perceber que o negro é discutido, porém dentro do contexto da escravidão. No Capítulo 16 “A Paraíba Cultural” ao discorrer sobre o folclore é citada a influência africana e uma das ilustrações é um símbolo africano.

Neste livro, o negro é símbolo de economia para o país e citam-se algumas influências, porém após o período da escravidão, o negro não é mais mencionado, conseqüentemente a História da África também não.

O terceiro livro “Síntese de História do Brasil e da Paraíba: da colonização aos nossos dias” (2003), entre as ilustrações tem uma gravura de Debret “Negros pés e mãos do Império”, o autor cita a África no primeiro capítulo sobre “A construção da Modernidade” em que discute o processo de expansão marítima e o sistema colonial. Ainda neste, tem três momentos que se discute o africano: “Engenho, unidade de produção açucareira, formado por:

casa-grande, senzala, capela e moenda”, “Mão-de-obra escrava negra” e “Origem do povo africano”, no qual este último citaremos um trecho:

O elemento africano fez também sentir desde logo, mas em grão muito mais baixo do que aquelles. Foi na várzea do Parayba principalmente, onde existia a grande lavoura, os engenhos, cercados das aldeias; e nas do Mamanguape e Camaratuba, onde nasceu a raça cruzada(...). (p.27). Depois que a colonização estendeu-se a todo o território da capitania, com o desenvolvimento da cultura do algodão nas catingas, aumentou o elemento africano, sem que com tudo, ele chegasse a preponderar em parte alguma pelo número.(...) Pode-se pois estabelecer a seguinte escala dos elementos constitutivos do povo parahybano, 1 o europeu, 2 o americano, 3 o africano. (...) O recenseamento, que se fez da população escrava em todo paiz, prova que a Parahyba era uma província que menos escravos possuia, relativamente a sua população livre. (p.28)

No capítulo três sobre “Invasão e domínio holandês”, tem um tópico que discute a questão negra: “Bases da sociedade paraibana: Escravidão, Regime de família e Propriedade”, no qual o autor faz um comentário sobre a importância da escravidão diminuindo suas consequências:

Cedo se utilizou aqui, como em todo o restante do Brasil, o braço escravo negro, capturado na África. A instituição, que durou quase três séculos, aproveitou inicialmente, na Paraíba, aos engenhos de cana-de-açúcar. Era lavoura que demandava muitos braços. Para um partido de 40 tarefas – cerca de 12 hectares – requeria nada menos de 20 escravos. **Se não podemos hoje sequer pensar em admitir a escravidão, temos contudo, que reconhecer a elevada importância que a imigração forçada dos negros teve para o Brasil e concordar com Gilberto Freyre e Celso Mariz, para os quais dentro do panorama geral da História pátria, sua hediondez quase se dilui.**O negro, verdadeiro filho dos trópicos, tinha indiscutível superioridade sobre o índio e sobre o português em vários aspectos de cultura moral e material. E não há nenhum exagero em dizer que, sem o trabalho do negro, a civilização brasileira não se teria construído. Começou assim, a constituição de famílias regulares, sob as bênçãos da Santa Madre Igreja. Mas, isso não pôs fim a miscigenação. Os solteiros mantinham concubinas e os casados tinham amantes, principalmente entre índias e as negras, as caboclas e as mucamas, originando descendência mestiça ao lado das brancas, legítimas. (Grifos nossos, p.43)

Acreditamos que em momento algum a hediondez se dilui diante da suposta importância da escravidão. Admitir a relevância do negro brasileiro com seu trabalho e conhecimento para a constituição do nosso país é fundamental, sem dúvida, mas, não se pode admitir a violência e a desumanidade do sistema da escravidão que machucava e deixou marcas de inferioridade até os dias atuais.

No capítulo sete “Império” se discute sobre o processo efervescência que antecedeu a Abolição, e no capítulo oito “O Brasil e a Paraíba na 1ª República” ressalta o movimento republicano e a abolição como também a Revolta da Chibata:

Em 1910, no início do mandato presidencial do Marechal Hermes da Fonseca, os marinheiros se revoltaram contra a prática de castigos corporais vigente na Marinha. Os castigos físicos, principalmente a utilização da chibata, decorriam em grande parte dos resquícios da escravidão, pois a maior parte dos marinheiros era negra. Além disso, o recrutamento era feito entre as camadas inferiores da sociedade (pobres, marginais, ladrões, desempregados, filhos de rebeldes, etc). (p.69)

Podemos perceber neste trecho um fato interessante, visto que é pouco mencionada essa questão étnica na *Revolta da Chibata*, porém é preciso que o professor fazendo uso deste material possa conduzir os alunos a uma reflexão sobre esses resquícios da escravidão, que se tratando de algumas situações, ainda persistem.

No geral, esse livro não omite a existência do negro africano no contexto da nossa história, porém também não o vê além da Escravidão, na qual ainda mantêm a idéia da mão-de-obra negra necessária, apoiando Gilberto Freyre quanto a hediondez *que quase se dilui* do sistema escravista.

O quarto livro “História da Paraíba” (2003) percebemos que o capítulo três “A guerra na terra do açúcar: o domínio holandês” é uma compilação do livro “Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos” no qual se discute sobre os negros no período do domínio holandês. No capítulo quatro “Política administrativa Holandesa na Paraíba”, a autora discute sobre a capitania da Paraíba e menciona negros africanos como trabalhadores dos engenhos. No capítulo cinco “O Engenho” a mesma faz o seguinte questionamento:

Ao lado desse poder, os senhores de engenho inspiravam medo até de seus familiares. Mesmo tendo as suas amantes negras, não se despiam do autoritarismo que marcava suas relações com todos, especialmente com a escravaria. A aproximação sexual entre senhores e mucamas (escravas domésticas) é sinal de democracia racial? (p.25)

A autora deixa o questionamento, que fica a critério do professor conduzir os alunos a que tipo de democracia é essa.

No capítulo 14 “O negro no mundo dos brancos”, a autora inicia discutindo o que é a escravidão como também a história dos Palmares, discorrendo sobre quilombos e o fato de existir comunidades negras remanescentes de antigos quilombos que ainda preservam dialetos africanos. Cita a participação dos negros em revoltas, discute sobre a efervescência da



abolição. Sobre a pós-abolição a autora faz uma discussão interessante chegando até ao mito da democracia racial:

E interessante observar que, na perspectiva da maioria desses abolicionistas, esse novo homem livre era visto sempre como um trabalhador para outro, isto é, subordinado a um padrão. Queriam a abolição, mas, também a manutenção da sociedade de classes. (...). A regra geral foi a não integração do negro à sociedade. Ele não tinha condições de concorrer com o imigrante, melhor qualificados, tecnicamente os planos dos abolicionistas em relação à integração do escravo não se concretizaram. Os negros foram atirados no mundo dos brancos sem nenhuma indenização, garantia ou assistência. A grande maioria se deslocou para as cidades, onde os aguardavam o desemprego e uma vida marginal. O que deveria ser um desajustamento transitório transformou-se num desajustamento estrutural, reforçando assim o preconceito racial. (p. 28)

A abolição, na medida em que não promoveu a integração social do escravo, pouco contribuiu para terminar com a idéia de inferioridade do negro, e, mesmo não havendo intenção, agravou ainda mais a marginalizações das populações negras. (...). Tomando como exemplo a relação violenta entre brancos e negros nos Estados Unidos e a miscigenação que existe no Brasil, difundiu-se a idéia de que a sociedade brasileira vive uma democracia racial. **É um mito.** A realidade nos dá prova de que em vez de democracia racial, o que temos é uma tolerância racial. A existência do preconceito no Brasil pode ser constatada até em nossas formas simples de expressão – os provérbios populares. (Grifos nossos, p. 29).

Nesta discussão podemos perceber como a autora ressalta a questão da pós-abolição quanto aos danos morais que provocou a população negra, inclusive instigando a reflexão sobre o mito da democracia racial. Nos capítulos 15 e 17 ainda cita os escravos quanto o processo de libertação. No capítulo 20 “O turismo”, menciona sobre o Município de São José de Princesa que há o Quilombo da Serra do Livramento, onde vivem os descendentes do Zumbi de Palmares.

Neste livro enfatizamos o fato que a autora não apenas se concentra na questão da Escravidão, mas textos que podem suscitar reflexões interessantes como a democracia racial e a continuidade dos povos afro-descendentes, para que tipo de sociedade se formou a partir da abolição, em que o negro era agora um homem sem instrução e posteriormente dependente de um senhor com outro nome, um empregador agora. O que considero fundamental é que a autora entrou na discussão sobre os afro-descendentes por meio da atividade econômica, mas instigou a discussão e a reflexão para o depois, para o hoje. Apesar de apresentar pontos significativos na discussão, ainda percebemos que o negro está condicionado ao sistema econômico, não foi discutido suas contribuições e a questão da identidade negra.

O quinto livro “Paraíba GEOPB: História e Geografia da Paraíba” (2005), percebemos que os autores também se utilizam de partes inteiras do livro “Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos” no terceiro capítulo onde discute a Invasão e o domínio Holandês na Paraíba”. Ao discutir sobre o “Panorama político e econômico”, os autores apontam para as principais fontes de riqueza que entre o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o algodão, está o comércio de escravos. No capítulo quinto “A província Paraíba” destaca o processo de abolição, período de efervescência no Brasil, único momento em que a questão negra é discutida. No capítulo sete “A luta pelo poder e as eleições de 1930”, observamos reproduções parciais do livro “História da Paraíba” de Ana Leal de 2003, porém é transcrito o texto completo das “Ligas Camponesas”.

O africano apresenta-se referente ao escravo. No livro inteiro o pouco que se discute é quanto a condição de escravidão e sem ênfase a pessoa física, mas, ao instrumento de trabalho.

O sexto livro é “Para Vestibulares e Concursos GEOPB História e Geografia da Paraíba” (2006), como é uma segunda edição do livro anterior, percebemos que está modificado e o negro é citado em quatro momentos, no capítulo dois “Luta, sangue e a fundação da Cidade Nossa Senhora das Neves” quando discorre sobre a construção do forte em que foi usada a mão de obra escrava negra; no capítulo três “A União Ibérica e o domínio holandês na Paraíba” em que discute sobre o negro Henrique Dias que se ofereceu como voluntário para lutar contra os holandeses recrutando negros alforriados; no capítulo quatro “A ocupação do Sertão, o gado e o confronto com os Cariris” em que cita a fonte de riqueza através do comércio de escravos; e por fim ao discutir no sétimo capítulo “Movimentos no século XIX” sobre a efervescência do momento para abolição.

O livro não apresenta reflexões sobre a vinda dos africanos, o processo de escravidão/abolição, e as demais problemáticas dos afro-brasileiros. O negro, além de mencionado poucas vezes e referente ao escravo, não existe nas demais linhas do livro. A luta dos negros pela liberdade não é contada, o processo de Escravidão e abolição não é discutido. Apesar de ser de 2006 o livro não cumpre a obrigatoriedade da Lei.

O sétimo livro é “História da Paraíba para vestibulares e concursos” (2008), no corpo do texto não são discutidos os africanos, afro-brasileiros e negros. Nem mesmo se discute a Escravidão. O livro como está direcionado para vestibulares e concursos se prende a questões políticas e mais precisamente ao período referente à República. Apenas é citado o negro e escravidão em algumas questões dos exercícios. Este não aborda nada que abra discussão sobre a questão negra.

O oitavo livro é “História da Paraíba Lutas e Resistência” (2008), no primeiro capítulo “Nas Origens da Paraíba” ressalta a importância da escravidão negra para a economia. No capítulo dois “Consolidação e defesa da terra – as Invasões Holandesas” discorre sobre a resistência dos negros e fuga para o Quilombo de Palmares. No capítulo três “Integração territorial, monopólio e crise do século XVII ao XVIII” discute sobre a resistência indígena e a ida de escravos negros para o sertão da Paraíba. No capítulo quarto “Um tempo de muitas lutas” é discutida a questão da economia açucareira e neste a exploração do trabalho escravo, como também sobre a abolição da escravidão. No capítulo sete “Paraíba: síntese histórica e evolução cultural” faz menção a cultura popular advinda dos diversos povos que constituem o Brasil:

Agrupado, principalmente, nas comunidades, fazendas e estradas do interior, esse povo, não português ou branco, como proclamado pelo preconceito, mas, índio, negro, mestiço, curiboca, mameluco, plasmou a chamada cultura popular, derivada da apropriação da natureza do homem. (p. 270)

Assim, destacamos que este manual não omite a existência do homem negro na Paraíba, porém como símbolo da economia, ligado ao sistema econômico e ao açúcar.

O nono livro “História da Paraíba – Ensino Médio” apresenta nove ilustrações de africanos e dois boxes sobre os negros. No primeiro capítulo que discute “A pré-história da Paraíba”, o negro é mencionado quando discorre sobre o crânio de Lagoa Santa (MG), que posteriormente ficou conhecido como Luzia, que sugere que nossos ancestrais tinham traços negros e não mongólicos. No capítulo dois “Os indígenas na Paraíba” em uma discussão sobre índios da Baía da Traição é citada uma ligação entre índios com negros. Os capítulos três e quatro são discussões sobre os negros africanos que para o Brasil vieram.

O capítulo três “A escravidão na Paraíba: trabalho, cultura e resistência” tem o objetivo de chamar atenção para o período da Escravidão e a presença ativa dos escravizados na construção da nossa história e inicia com o tópico: “Paraíba: um Estado negro” em que faz uma colocação muito interessante sobre o fato da Paraíba ser predominantemente negra e também, pelo fato do negro explorado no passado, correr o risco de ter sua história esquecida no presente/futuro:

Talvez muitos não saibam, mas, a Paraíba é um Estado predominantemente negro (...). Apesar dessa forte presença demográfica, a população de ascendência negra do nosso Estado, até agora não teve o destaque que merece. Se, no passado, o negro foi explorado como mão de obra, no presente, continua excluído dos benefícios sociais e sua memória e história de vida e resistência estão seriamente ameaçados de serem esquecidas. (p.37)

No tópico “A escravidão no Litoral Paraibano: população e trabalho de escravizados(as) negros(as) na zona açucareira” os autores fazem uma discussão interessante sobre o cotidiano dos engenhos, trabalhos e demografia dos negros na Paraíba. Ao final, ressalta informação importante sobre as mulheres negras que negociavam na capital e estavam presentes por volta de 1850. Discute também sobre como os negros foram capturados e vieram para o Brasil; sobre o processo de compra/venda de escravos ressaltando os mercados, jornais, encomendas; sobre a rotina dos negros nos engenhos; sobre as fugas, quilombos, capturas de fugidos e também sobre os negros livres e pobres. No tópico “Histórias de liberdade: lutas de escravizados(as) residentes na zona açucareira da Paraíba” é discutido sobre escravizados que compravam suas cartas de alforrias; os que recorriam aos tribunais para conquistarem sua liberdade; caso raro no Brasil de pessoas negras livres ou ex-escravas que possuíam escravos; relações familiares entre os cativos e os demais livres; a questão dos escravos significar status; exemplos de separação de escravas e seus filhos; e casos de lutas por alforrias. Neste ainda são mencionados alguns conceitos importantes para entender a Escravidão.

No capítulo quarto, “Escravidão e o processo de conquista e ocupação da Paraíba” é discutido sobre o trabalho escravo, as festas como forma de resistência e sobrevivência, ressaltando a participação dos escravizados na configuração histórica desse espaço microrregional. Neste, discorre sobre o cotidiano escravo, a presença deles nos movimentos de Quebra-quilos, a escravidão no Sertão Paraibano, a rebeldia e conceitos importantes sobre Escravidão.

No capítulo seis “As agitações liberais e republicanas na Paraíba (1817-1848) é citado um socialista negro, Antônio Pedro de Figueiredo.

No capítulo sete “Revoltas populares na periferia do Império: Ronco da Abelha e Quebra-quilos” é mencionada a participação dos negros livres e até escravos no Rondo da Abelha e ainda discute sobre a questão da Lei Eusébio Queiroz<sup>23</sup> e a situação dos escravos africanos.

No geral o livro discute a questão dos povos africanos ressaltando seu objetivo de chamar atenção sobre o período da Escravidão e a presença ativa dos escravizados na construção da nossa história. O negro é discutido com muita propriedade, tendo em vista que contemplam o período da escravidão, mas, buscando as diversas vertentes como: trabalho, cotidiano, resistência, entre outros. Mostra a participação ativa dos negros como sujeitos

---

<sup>23</sup> Lei que proíbe o tráfico de escravos em 1850.

construtores da nossa história, e embora nos outros capítulos não seja discutida, ao menos, nesses dois capítulos sobre a escravidão é ressaltado uma participação e conseqüentemente uma herança cultural que possuímos até os dias atuais. Destacamos que sentimos uma lacuna quanto a presença dos negros em outros momentos da história da Paraíba além da escravidão.

No décimo e último livro analisado, “História da Paraíba para vestibulares e concursos” (2011) destacamos nos tópicos: “Antecedentes da Conquista” na fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves presença de negros no ato; na “Ocupação e governantes da Paraíba” é discutido sobre a base açucareira e conseqüentemente sobre o escravo africano; na “Economia” onde se fala sobre a cana de açúcar discorre sobre o trabalho escravo negro nos engenhos; e também na “A crise do século XVIII e a anexação Paraíba e Pernambuco” o escravo também é citado. No capítulo dois em “As revoltas populares na Paraíba” discorre sobre a Lei Eusébio de Queiroz e o Movimento Ronco da Abelha, em que se resalta questão do fim do tráfico negreiro. No capítulo três “A Paraíba na República das Oligarquias” para introduzir a República das Oligarquias, os autores, iniciam discorrendo sobre as mudanças ocorridas no século XIX, dentre elas a abolição da escravatura.

O livro discute a questão dos negros vindos da África dentro do contexto da escravidão, ele surge como mão de obra e desaparece após a abolição, depois não se faz mais menção ao negro afro-brasileiro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a História da África nos Livros Didáticos de História da Paraíba para o Ensino Médio foi uma provocação ao nosso desejo de construir conhecimento e de contribuir de alguma forma para o ensino de história e a formação dos discentes. A História é viva e desta fazem parte às pessoas que a constroem, por isso, nossa intenção é que este trabalho não apenas sirva para os nossos pares, mas que ultrapasse os muros da academia e que de alguma forma contribua para se construir reflexões possíveis de se fazer em sala de aula nas escolas públicas no Estado da Paraíba.

Neste sentido, sob a luz da lei 10.639/2003 que torna obrigatório o Ensino de História da África e Cultura afro-descendente na Educação Básica decidimos pesquisar a influência destes povos no nosso Estado, nos manuais didáticos de História da Paraíba. O espaço foi a Paraíba, o tempo foi de 2001 à 2011, o objeto foi a História da África e a fonte os manuais didáticos do Ensino Médio de História da Paraíba. Após a pesquisa de campo e ter em mãos todas as fontes, fomos à construção desta história.

Primeiro fizemos uma discussão a respeito da legislação. Nesta expomos o percurso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 a 1996, e discorremos o trajeto e as lutas dos povos negros por uma educação que contemple a História da África, a qual teve seu primeiro passo com a Lei 10.639/2003. Em seguida, pesquisamos Livros Didáticos sobre a História da Paraíba, examinamos os Referenciais Curriculares de História para o Ensino Médio na Paraíba, os programas de vestibulares da UFPB, o Enem e fóruns de História. Nestes concluímos que as mudanças quanto à implementação da Lei estão acontecendo, porém, lentamente.

Os Referenciais Curriculares contemplam a História da Paraíba e a África com sugestões para o Ensino Médio. Os vestibulares da UFPB entre os anos de 2001 até 2010 mantêm os mesmos conteúdos programáticos não apresentando nenhuma mudança embora a lei seja de 2003. No ano de 2011 com a adoção dos Eixos Temáticos podemos perceber conteúdos que contemplem mais ativamente as questões étnicas no vestibular.

Quanto ao Enem, destacamos que a Matriz de Referência contempla a questão dos Africanos e da Cultura afro-descendente, porém só percebemos com mais ênfase questões que abordem esta temática nas provas a partir de 2007 quando a abordagem da questão negra tem mais relevância, porém não podemos deixar de destacar que entre os dez anos que contemplam a lei houve uma sutil mudança nas provas do Enem se compararmos a prova de 2001 a de 2011, mas, ainda é preciso que essas discussões se ampliem. Quanto aos fóruns de

História, embora as inúmeras dificuldades de encontrar o material podemos perceber que os Simpósios Nacionais da Anpuh entre em 2001 e 2011 abrem em todos os seis encontros discussões sobre a questão negra.

Nos três primeiros enfatizam mais a Escravidão e nos três últimos além da Escravidão, debates direcionados para o Ensino de História da África e a Lei 10.639. Desta forma, ressaltamos que recentemente é que as discussões em torno desta vem sendo suscitada neste fórum. Além dos Encontros da Anpuh, destacamos três edições do *Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História* e duas do *Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História*. Nestes destacamos que dos cinco, apenas “um” não discutiu nos Grupos de Trabalho sobre as questões étnicas raciais. No entanto, os quatro discutem de alguma forma sobre Ensino, História e África. Neste sentido, percebemos que quanto aos fóruns que é onde se encontram professores, escritores, pesquisadores e estudiosos, estas discussões vem, recentemente, despertando mais interesse.

Sendo o Livro Didático nossa fonte de pesquisa e este um elemento da Cultura Escolar, discutimos no capítulo três sobre a História da África: Conhecimento histórico escolar e Cultura história escolar, buscando fazer uma explanação da História da África na sala de aula dentro deste contexto escolar, discutindo sobre a construção do conhecimento histórico escolar sobre África.

Após discorrer sobre a Lei 10.639/2003 que rege nosso trabalho, sobre a História da Paraíba no Ensino Médio mediante os Referenciais que orienta a Educação Básica, os vestibulares e o Enem que conduzem ao Ensino Superior, os fóruns onde estão reunidos os pesquisadores e estudiosos que escrevem a história, e por fim sobre a cultura escolar e o conhecimento histórico escolar, chegamos então ao quarto e ultimo capítulo desta monografia, “A História da África nos manuais didáticos do Ensino Médio na Paraíba: um panorama da produção didática”.

Neste momento chegamos na etapa final, para isso discutimos sobre Livro Didático, este material impresso de difícil definição o qual foi nossa fonte, em seguida apresentamos nossas fontes, mediante autores e bibliografia, e depois discutimos sobre as coleções de África, as quais creditamos seu valor, porém não as vemos como salvadoras da situação, e por fim apresentamos então a História da África na produção didática.

Consideramos após essa análise que a Lei 10.639/2003 apesar de importante e atual, demanda maior empenho por parte de quem com ela trabalha – professores, editores e autores, e, portanto necessita muito a ser feito, no sentido de sua apreensão por discentes e pela sociedade em geral. Por meio do contexto aqui exposto e dos livros analisados, ainda

percebemos lacunas e ausências. Não podemos mencionar que estes não contemplaram de alguma forma a África em suas entrelinhas, mas de que forma? Durante mais de três séculos as populações negras são omitidas, estereotipadas ou minimamente mencionadas nos manuais didáticos. A Escravidão negra fez parte do sistema econômico do nosso país de forma cruel e violenta, e, no entanto, é o conhecimento da África que se tem em todos esses Livros Didáticos analisados. Esse sistema foi tão violento que até os dias atuais a população negra luta para ser reconhecida como sujeito construtor da História, e não mais mercadorias. As conseqüências deste passado estão presentes nas ações de racismo e preconceitos, invisibilidade ou omissão.

A História da África nos livros de História da Paraíba é discutida por meio da Escravidão e embora percebamos mudanças quanto à inserção de valor desta população que construíram e formaram nosso povo, nesses manuais, em sua maioria, as negras e negros estão presentes até a abolição. E hoje, onde estão as negras e negros da História da Paraíba? Fica o questionamento e o nosso olhar. As influências estão em toda parte, mas não são mencionadas. A educação é o caminho para as mudanças e para liberdade. Esperamos que possam surgir mais manuais didáticos de História local que contemplem a História destas mulheres e homens presentes em nosso povo e que isso seja veículo de transformação para um mundo melhor.



## REFERÊNCIAS

### FONTES

CAVALCANTE, Francisco de Assis Vale. *Síntese de História do Brasil e da Paraíba: da colonização aos nossos dias*. 2 ed. Vale Editorial: João Pessoa, 2008. p.154.

LEAL, Ana. *História da Paraíba*. Natal, RN: Gráfica Editora Potiguar Ltda. 2003. 67p.

LIMA, Damião de; GURJÃO, Eliete de Queiroz (Orgs.). *Estudando a História da Paraíba: Uma coletânea de textos didáticos*. 2 ed. Campina Grande: EDUEP Meta, 2001. 158p.

MELO, José Otávio de Arruda. *História da Paraíba: Lutas e Resistências*. 11 ed. Editora a União: João Pessoa, 2008. 279p.

PATSAYEV, Gilbert. *História da Paraíba para vestibulares e concursos*. João Pessoa: Imprell, 2008. 78p.

PORDEUS, Teresinha de Jesus Ramalho. *História da Paraíba – Na sala de aula*. 3 ed. João Pessoa-PB: Departamento de Produção Gráfica da Secretaria da Educ, 2002. 291p.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de; SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de (Orgs.). *História da Paraíba – Ensino Médio*. 2 ed. Campina Grande: EDUFCEG, 2008. 208p.

VASCONCELLOS, Igor. LIMA, Thiago; Rodrigo Mateus; PATSAYEV, Gilbert. *Paraíba GEOPB. História e Geografia da Paraíba para PSS*. João Pessoa: Fea. 2005. 106p.

\_\_\_\_\_. *Para Vestibulares e Concurso GEOPB História e Geografia da Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: Fea, 2006, 112p.

VIRGÍNIO, Rafael da Silva, e CHAVES, Sérgio Murilo Ribeiro. *História da Paraíba para Vestibulares e Concursos*. João Pessoa: Sal e Terra, 2011. 158 p.

### BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. Processos de construção do saber histórico escolar. In: *História & Ensino*, Londrina, v.11, jul. 2005. Pgs. 24-34.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3 ed. São Paulo: 2006.

BARBOSA, Vilma de Lurdes e FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva e. História. In: *Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Ciências Humanas, Ensino Religioso e Diversidade Sociocultural*. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva da Educação Infantil e Ensino Fundamental. João Pessoa: Grafset, 2010, p. 11-156.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira e O Brasil indígena: história e cultura dos povos indígenas do Brasil*. Livro 1-8/7-8/João Pessoa, PB. Editora Grafset, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALISSI, Luciana; e SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Ciências Humanas e suas Tecnologias: Conhecimentos de História*. In.: Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba: Ciências Humanas e Suas Tecnologias. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Coordenadoria de Ensino Médio. 3V. João Pessoa: 2006, p. 83-152.

CALISSI, Luciana. *Diversidade Sociocultural*. In: Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Ciências Humanas, Ensino Religioso e Diversidade Sociocultural. / Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva da Educação Infantil e Ensino Fundamental. - João Pessoa: Grafset, 2010, p. 312-386.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Festa negra: registro de cultura de matiz africana na Parahyba do norte (século XIX). In. *Anais do XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB*, Campina Grande/PB: EDUFPG, 2006. p. 1-10.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. A temática da África e do(a) negro(a) na sala de aula. In: ROCHA, Solange Pereira da; e FONSECA, Ivonildes da Silva. (Orgs.). *População negra na Paraíba*. Campina Grande/PB: EDUFPG, 2010. p. 24-40.

\_\_\_\_\_. Informação e conhecimento: quando os conteúdos pertinentes a população negra são tratados na sala de aula. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque e GARCIA, Joana Coeli Ribeiro (Org.). *Responsabilidade étnico-social das Universidades públicas e a Educação da população negra*. João Pessoa: Editora UFPB, 2011. Pgs. 71-81.

\_\_\_\_\_. Formação docente e cultura afro-brasileira. In. *Revista África e Africanidades* – Ano I, n. 3. Nov. 2008. Disponível em: [www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com). Acesso 30 mar. 2012.

CARDOSO, Oldimar Pontes. Representações dos professores sobre saber histórico escolar. In: *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n. 130, p.209-226, jan./abr. 2007.

CUNHA JR, Henrique. Nós, afrodescendentes: História africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: *História da Educação do Negro e outras histórias*. Jeruse Romão (Org.). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p. 249-273.

FERNANDES, Marcos Salete. *O ensino de história e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas*. Instituição: UEL, 2007, p. 2007.  
Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/650-4.pdf>. Acesso em 25 mai. 2012.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. In. *Seaculum* – Revista de História. Dossiê: História e Cultura Histórica. n. 16, João Pessoa, Jan. /Jun.2007, p. 83-102.

\_\_\_\_\_. (Coord.) *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira: africanidades paraibanas*. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2011, 168p.

\_\_\_\_\_. Tinta negra, páginas brancas: a literatura negra nas aulas de história e de historiografia. *Seaculum* - Revista de História. Dossiê: História e História da Educação, n. 22, João Pessoa, Jan./Jun. 2010. p. 191-198.

\_\_\_\_\_. Etnicidade e Ensino de História: a matriz cultural africana. In. *Tempo* - Revista do Departamento de História da UFF. vol. 11. n. 21. Julho, 2006, p. 75-92.

FREITAS, Itamar. Livro Didático de História: definições, representações e prescrição de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de e OLIVEIRA, Almir Flélix Bueno de (orgs.). *Livros Didáticos de História: escolas e utilizações*. Natal: Editora da UFRN, 2009, p. 11-19.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: Livro Didático e ensino no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Diversidade: A cultura afro-brasileira e a Lei 10.639/03. In: SOUZA, Maria Elena Viana (Org.). *Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a Lei 10.639/2003*. Rio de Janeiro: Rovelte, 2009, p.91-106.

JULIA, Dominique. *A cultura Escolar como objeto Histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, n.1, Jan./Jun. 2001, p. 09-43.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: \_\_\_\_\_. *História geral da África*. 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. p. 32-56.

LIMA, Luciano Mendonça; LIMA, Maria da Vitória Barbosa; ROCHA, Solange Pereira da. Perfis biográficos de mulheres e homens negros na Paraíba oitocentista: subsídios para a implantação da Lei 10.639-2003 que trata do Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana. In. GONÇALVES, Regina Célia; CITTADINO, Monique (Orgs.). *Historiografia em diversidade: ensaios de história e Ensino de História*. Campina Grande/PB: EDUFCEG, 2008. p. 33-48.

NEVES, Joana. História local e Construção da Identidade social. In: *Saeculum*. Revista de História. N. 3. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1999. P. 13-27.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SANTOS, Sales Augusto do. A Lei n. 10.639/2003 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In.: MEC/BID/UNESCO. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12814&Itemid=872](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872) Acesso 26 nov. 2010

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. In: *Educar*, n. 28 Curitiba: Editora UFPR, 2006, p. 201-216.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas Bases para o Ensino de História da África no Brasil. In.: MEC/BID/UNESCO. *Educação Anti-Racista: caminhos aberto pela Lei Federal n. 10.639/2003*. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 133-166.

## PLATAFORMAS DIGITAIS

**A POESIA DE AGOSTINHO NETO.** Disponível em:

[http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=196%3Aa-poesia-de-agostinho-neto-como-documento-historico&catid=51%3Aoutros-escritores&Itemid=104&lang=en](http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=196%3Aa-poesia-de-agostinho-neto-como-documento-historico&catid=51%3Aoutros-escritores&Itemid=104&lang=en) Acesso em 15 mar. 2012.

**SOBRE AGOSTINHO NETO NO ARTIGO:** *Literatura africana e leitores afro-descendentes: nossa identidade ignorada.* Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307355866\\_ARQUIVO\\_TEXT\\_OZildaFreitasCong\\_UFBa.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307355866_ARQUIVO_TEXT_OZildaFreitasCong_UFBa.pdf). Acesso em 15 mar. 2012.

**POESIA DE AGOSTINHO NETO “RENÚNCIA IMPOSSÍVEL”** - Disponível em: [http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=537:a-renuncia-impossivel&catid=65:renuncia-impossivel&Itemid=202](http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=537:a-renuncia-impossivel&catid=65:renuncia-impossivel&Itemid=202) Acesso em 15 mar. 2012.

**POESIA DE AGOSTINHO NETO.** Disponível em:

[http://www.antonimiranda.com.br/poesia\\_africana/angola/agostinho\\_netto.html](http://www.antonimiranda.com.br/poesia_africana/angola/agostinho_netto.html) Acesso em 15 mar. 2012.

**POESIA DE AGOSTINHO NETO.** Disponível em:

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/agostinho-neto/agostinho-neto.php>. Acesso em 15 mar. 2012.

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.** Disponível em:

<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao> Acesso em 03 abr. 2012.

**APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO “A ÁFRICA ESTÁ EM NÓS”** Disponível em:

<http://www.grafseteditora.com.br/africa-apresentacao.php> Acesso em 03 jun 2012.

**ENCONTROS NACIONAIS PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA** - Disponível em:

<http://www.viiperspectivas.ufu.br/>

**ENCONTROS NACIONAIS PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA.** Disponível em:

<http://www.cchla.ufrn.br/anpuhrn/anpuhrn/nova/conteudo/ApresentacaoPerspec.htm> Acesso 30/03/2012.

**ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE ENSINO DE HISTÓRIA.** Disponível em:

<http://www.ixenpeh.ufsc.br/> Acesso 30 mar. 2012.

**ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE ENSINO DE HISTÓRIA.**  
Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/enpeh/anais.htm>. Acesso 30 mar. 2012.

**EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM.** Disponível em:  
<http://www.vestibulandoweb.com.br/enem/vestibular-provas-enem.asp> Acesso 30 mar. 2012.

**EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM.** Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310&id=13318&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310&id=13318&option=com_content&view=article) Acesso 30 mar. 2012.

**EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM.** Disponível em:  
<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/eenem.htm> Acesso 30 mar. 2012.

**EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM.** Disponível em:  
[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2009/Enem2009\\_matriz.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2009/Enem2009_matriz.pdf)  
Acesso 30 mar. 2012.

**EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM.** Disponível em:  
<http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem> Acesso 30 mar. 2012.

**EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM.** Disponível em:  
<http://www.enem.inep.gov.br/> Acesso 30 mar. 2012.

**EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM.** Disponível em:  
<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,segunda-etapa-do-enem-fem-redacao-e-90-questoes-de-linguagens-e-matematica,789104,0.htm>. Acesso 29 set. 2012.

**MATRIZ DE REFERÊNCIA DO ENEM –** Disponível em:  
<http://redepassaporte.com.br/blog/enem-2012-confirmado> Acesso 30 mar. 2012.

**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE –**  
Disponível em:  
<http://www.fnde.gov.br/> Acesso 08 jun. 2012.

**GUIA DOS LIVROS DIDÁTICOS – PNLD 2010.** Disponível em:  
[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro\\_didatico/guia\\_pnld\\_2010/historia.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/guia_pnld_2010/historia.pdf). Acesso 08 jun. 2012.

**HISTÓRICO DA UFPB.** Disponível em: <http://www2.ufpb.br/content/hist%C3%B3rico>  
Acesso 30 mar. 2012.

**HISTÓRICO DOS VESTIBULARES UFPB.** Disponível em: <http://www.coperve.ufpb.br/>  
Acesso 30 mar. 2012.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISA EDUCACIONAL – INEP.**  
Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/> Acesso 08 jun. 2012.

**PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD.**  
Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico> Acesso em: 08 jun. 2012.

**LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB n.º 4.024 de 1961.**

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em 07 jun.2012.

**LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB n.º 5.692 de 1971.**

Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-legislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/lbd%20n%C2%BA%205692-1971.pdf>. Acesso em 07 jun.2012.

**LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB n.º 9.394 de 1996.**

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf> . Acesso em 07 jun.2012.


**LEI 10.639 DE 09 DE JANEIRO DE 2003.** - Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso 26 nov. 2010

**SIMPÓSIOS NACIONAIS DA ANPUH.** - Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/650-4.pdf> Acesso em 30 mar. 2012.





*O meu lugar está marcado  
no campo da luta  
para conquista da vida perdida*

*Eu sou. Existo  
As minhas mãos  
colocaram pedras  
nos alicerces do mundo  
Tenho direito  
ao meu pedaço de pão*

*Sou um valor positivo  
da humanidade  
e não abdicó,  
nunca abdicarei!  
(A Renúncia Impossível  
de Agostinho Neto, 1949)*

ISBN 978-855597135-8



9

788555

971358